

2023 | 2027

UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT
COOPERATION FRAMEWORK (UNCF)
FOR CABO VERDE

QUADRO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS (UNCF)
PARA CABO VERDE



CONTENTS

JOINT STATEMENT	3
SIGNATURE PAGE FOR THE UN COUNTRY TEAM IN CABO VERDE	4
EXECUTIVE SUMMARY	5
CHAPTER 1: COUNTRY PROGRESS TOWARDS THE 2030 AGENDA	7
1.1. COUNTRY CONTEXT	9
1.2. NATIONAL VISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT	11
1.3. PROGRESS TOWARDS THE SDGS	13
1.4. GAP AND CHALLENGES	17
CHAPTER 2: UN DEVELOPMENT SYSTEM SUPPORT TO THE 2030 AGENDA	21
2.1. THEORY OF CHANGE	23
2.2. STRATEGIC PRIORITIES FOR THE UN DEVELOPMENT SYSTEM	23
2.3. INTENDED DEVELOPMENT RESULTS	25
2.4. COOPERATION FRAMEWORK OUTCOMES AND PARTNERSHIPS	27
2.4.1. STRATEGIC PRIORITY 1: STRENGTHENED HUMAN TALENT AND SOCIAL CAPITAL	27
2.4.2. STRATEGIC PRIORITY 2: INCLUSIVE ECONOMIC TRANSFORMATION, PROSPERITY AND JUST TRANSITION TO A HEALTHY ENVIRONMENT	29
2.4.3. STRATEGIC PRIORITY 3: TRANSFORMATIVE GOVERNANCE AND STRENGTHENED TERRITORIAL COHESION	33
2.5. SYNERGIES BETWEEN COOPERATION FRAMEWORK OUTCOMES	35
2.6. SUSTAINABILITY	37
2.7. UN COMPARATIVE ADVANTAGES AND UNCT CONFIGURATION	37
CHAPTER 3: COOPERATION FRAMEWORK IMPLEMENTATION PLAN	41
3.1. IMPLEMENTATION STRATEGY AND STRATEGIC PARTNERSHIPS	43
3.2. JOINT WORKPLANS	43
3.3. GOVERNANCE	45
3.4. RESOURCES	47
CHAPTER 4: MONITORING AND EVALUATION PLAN	49
4.1. MONITORING PLAN	51
4.1.1. RISKS AND OPPORTUNITIES	51
4.1.2. COOPERATION FRAMEWORK REVIEW AND REPORTING	53
4.2. EVALUATION PLAN	53
ANNEX	55
RESULTS FRAMEWORK	58
LEGAL ANNEX (INCLUDING HACT)	71
HARMONIZED APPROACH TO CASH TRANSFERS (HACT)	75

ÍNDICE

DECLARAÇÃO CONJUNTA	3
PÁGINA DE ASSINATURAS DA EQUIPA PAÍS DAS NAÇÕES UNIDAS.	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	6
CAPÍTULO 1: PROGRESSO DO PAÍS RUMO À AGENDA 2030	7
1.1. CONTEXTO DO PAÍS	10
1.2. VISÃO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	12
1.3. PROGRESSO RUMO AOS ODS	14
1.4. LACUNAS E DESAFIOS	18
CAPÍTULO 2: SISTEMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ONU À AGENDA 2030	21
2.1. TEORIA DA MUDANÇA	24
2.2. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU.	24
2.3. RESULTADOS ESPERADOS DO DESENVOLVIMENTO	26
2.4. RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO E PARCERIAS	28
2.4.1. PRIORIDADE ESTRATÉGICA 1: REFORÇO DO TALENTO HUMANO E DO CAPITAL SOCIAL.	28
2.4.2. PRIORIDADE ESTRATÉGICA 2: TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA INCLUSIVA, PROSPERIDADE E TRANSIÇÃO JUSTA PARA UM AMBIENTE SAUDÁVEL	30
2.4.3. PRIORIDADE ESTRATÉGICA 3: GOVERNAÇÃO TRANSFORMADORA E COESÃO TERRITORIAL REFORÇADA	34
2.5. SINERGIAS ENTRE OS RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO.	36
2.6. SUSTENTABILIDADE	38
2.7. VANTAGENS COMPARATIVAS DA ONU E CONFIGURAÇÃO DA UNCT	40
CAPÍTULO 3: PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO QUADRO DE COOPERAÇÃO	41
3.1. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E PARCERIAS ESTRATÉGICAS.	44
3.2. PLANOS DE TRABALHO CONJUNTOS	44
3.3. GOVERNANÇA	46
3.4. RECURSOS	48
CAPÍTULO 4: PLANO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	49
4.1. PLANO DE MONITORIZAÇÃO	52
4.1.1. RISCOS E OPORTUNIDADES	52
4.1.2. REVISÃO DO QUADRO DE COOPERAÇÃO E RELATÓRIOS	54
4.2. PLANO DE AVALIAÇÃO	54
ANEXO	55
QUADRO DE RESULTADOS.	57
ANEXO JURÍDICO (INCLUINDO HACT)	72
ABORDAGEM HARMONIZADA PARA TRANSFERÊNCIAS DE DINHEIRO (HACT EM SUA SIGLA EM INGLÊS)	76

JOINT STATEMENT

The Government of Cabo Verde and the United Nations Country Team in Cabo Verde are pleased to present the United Nations Sustainable Development Cooperation Framework (UNCF) for Cabo Verde for 2023–2027.

This Framework represents the UN's collective support to the achievement of the Five-Year Cabo Verde Sustainable Development Strategic Plan (PEDS-II - 2022–2026), Cabo Verde's National Development Vision 2030, the 2030 Agenda for Sustainable Development, the African Union Agenda 2063 and the SAMOA Pathway.

Jointly developed, the 2023-2027 UNSDCF is an agreement between the Government of Cabo Verde and the UN to work together, in partnership with all stakeholders, including civil society, academia, the private sector, and development partners, to achieve the Sustainable Development Goals (SDGs) in an integrated manner. The UNSDCF will contribute to a vision for the country where all people equitably participate in, and benefit from, sustainable development in a peaceful and resilient CaboVerdean society, underpinned by gender equality.

On behalf of the Government of Cabo Verde and the UN in Cabo Verde, we would

like to extend our gratitude to those who contributed valuable time and efforts in the development of the 2023-2027 UNSDCF, in particular the Government and public partners, municipalities, development partners, representatives from civil society, private sector, academia, LNOB Partnership representatives and youth who participated in consultations throughout the one year process.

By signing hereunder, the members of the Government of Cabo Verde and the United Nations Country Team for Cabo Verde endorse the United Nations Sustainable Development Cooperation Framework for Cabo Verde (2023–2027), and underscore the joint commitment to working together to achieve the national development priorities and ensure progress towards the Cabo Verde's 2030 Development Vision and 2030 Agenda so that all people can benefit from sustainable development in Cabo Verde.

DECLARAÇÃO CONJUNTA

O Governo de Cabo Verde e a Equipa País das Nações Unidas em Cabo Verde têm o prazer de apresentar o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNCF) para Cabo Verde para 2023-2027.

Este Quadro representa o apoio coletivo das Nações Unidas à realização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde (PEDS-II - 2022-2026), a Visão de Desenvolvimento Nacional de Cabo Verde 2030, a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, a Agenda 2063 da União Africana e a SAMOA Pathway

Desenvolvido conjuntamente, o UNCF 2023-2027 é um acordo entre o Governo de Cabo Verde e as Nações Unidas para trabalhar em conjunto, em parceria com todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil, a academia, o sector privado e os parceiros de desenvolvimento, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de uma forma integrada. A UNSDCF contribuirá para uma visão do país em que todas as pessoas participem e beneficiem equitativamente do desenvolvimento sustentável numa sociedade cabo-verdiana pacífica e resiliente, sustentada pela igualdade de género.

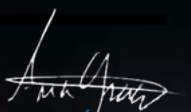
Em nome do Governo de Cabo Verde e das Nações Unidas em Cabo Verde, gostaríamos

de estender a nossa gratidão àqueles que contribuíram com tempo e esforços valiosos no desenvolvimento do UNCF 2023-2027, em particular o Governo e parceiros públicos, municípios, parceiros de desenvolvimento, representantes da sociedade civil, do sector privado, da academia, representantes da parceria LNOB e jovens que participaram em consultas ao longo de um ano de exercício.

Ao assinarem o presente documento, os membros do Governo de Cabo Verde e a equipa das Nações Unidas em Cabo Verde subscvem o Quadro das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para Cabo Verde (2023-2027), e sublinham o compromisso conjunto de trabalhar em conjunto para alcançar as prioridades nacionais de desenvolvimento e assegurar o progresso para a Visão de Desenvolvimento de Cabo Verde e a Agenda 2030, de modo a que todas as pessoas possam beneficiar do desenvolvimento sustentável em Cabo Verde

SIGNATURE PAGE FOR THE UN COUNTRY TEAM IN CABO VERDE

PÁGINA DE ASSINATURAS DA EQUIPA PAÍS DAS NAÇÕES UNIDAS



ANA PATRÍCIA GRAÇA

Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde
UN Resident Coordinator in Cabo Verde



MIRYAM VIEIRA

Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
Secretary of State for Foreign Affairs and Cooperation



ANA LAURA TOUZA

Representante Residente da FAO
FAO Resident Representative



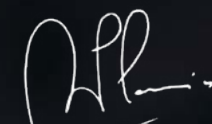
STEVEN URSINO

Chefe do Escritório Conjunto a.i. do UNDP
Head of Office a.i. of UNDP



STEVEN URSINO

Chefe do Escritório Conjunto a.i. do UNDP
Head of Office a.i. of UNDP



MARIE-PIERRE POIRIER

Diretora Regional do UNICEF para a África Ocidental e Central
Regional Director for UNICEF in West and Central Africa



DANIEL KERTSZ

Representante Residente da OMS
WHO Resident Representative



CHRISTOPHE YVETOT

Representante da UNIDO para Cabo Verde
UNIDO Country Representative



FLORENCE RAES

Representante da ONU-MULHERES para Cabo Verde
UN-WOMEN Country Representative



DIMITRI SANGA

Representante da UNESCO para Cabo Verde
UNESCO Country Representative



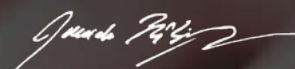
CHRISTOPHER GASCON

Representante da OIM para Cabo Verde
IOM Country Representative



ROBERT KOTCHANI

Representante da OHCHR para Cabo Verde
OHCHR Country Representative



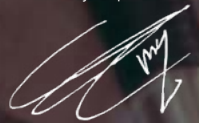
AMADO PHILIP DE ANDRES

Representante da ONUDC para Cabo Verde
UNODC Country Representative



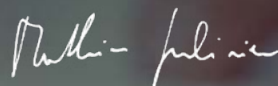
FRANK TURATUNGA

Representante da ONUDC para Cabo Verde
UNODC Country Representative



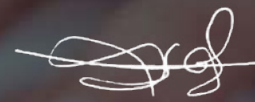
DRAMANE HAJDARA

Representante da OIT para Cabo Verde
ILO Country Representative



MATHIAS SPALIVIERO

Gestor do ONU-Habitat para África do Oeste
UN-Habitat Task Manager for West Africa



NGONE DIOP

Representante da UNECA para Cabo Verde
UNECA Country Representative



ANNE-RACHEL INNE

Representante da ITU para Cabo Verde
ITU Regional Director for Africa



CHRIS NIKOI

Representante da PAM para Cabo Verde
WFP Country Representative



ENEIDA FERNANDES

Representante da BM para Cabo Verde
WB Country Representative



MARC SERY-KORE

Representante da WIPO para Cabo Verde
WIPO Country Representative



REBECA GRYNSPAN

Secretária Geral da UNCTAD
Secretary-General of UNCTAD

EXECUTIVE SUMMARY

The United Nations Sustainable Development Cooperation Framework (UNCF) represents the UN development system's collective offer to support Cabo Verde in addressing key development priorities and challenges to the achievement of the objectives of the strategic plan for sustainable development (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável– PEDS II) 2022-2026 leading to the achievement of the 2030 Agenda, its Sustainable Development Goals (SDGs) and Cabo Verde's National Agenda for Sustainable Development "Ambition 2030".

The UNCF is nationally owned and anchored in national development priorities and the 2030 Agenda. It outlines the contribution of the UN development system to reach the SDGs in an integrated manner, with a commitment to leave no one behind, respect human rights, gender equality, and other international standards and obligations. The Cooperation Framework serves as a core accountability tool between the UN Country Team (UNCT) and the host Government and among UNCT members for collectively delivering development results with United Nations entity-specific country programmes and strategies derived from the UNCF.

The basis for the preparation of the Cooperation Framework was the Common Country Analysis (CCA), which identified the main challenges for the achievement of sustainable development in Cabo Verde, including the impacts of the COVID-19 pandemic. The formulation the UNCF was co-led by the Government and the United Nations, with significant contributions from the various development partners through a participatory, consultative, and inclusive process that involved youth, civil society, the private sector and the

National Leave No One Behind (LNOB) partnership. The UN and the Government of Cabo Verde jointly carried out a foresight exercise that included the main development stakeholders' participation to identify assets, assumptions, risks, opportunities, developments solutions, and pathways that fed the Theory of Change of both the PEDS II and the UNCF.

In response to identified development requirements, lessons learned from UNDAF 2018-2022 and an analytical and forward process, three interrelated and mutually reinforcing Strategic Priority areas are identified for the 2023-2027 Cooperation Framework. The United Nations will concentrate its efforts through these Strategic Priority areas to support the Government of Cabo Verde in accelerating progress towards the achievement of SDGs by 2030 and to achieve a vision for the country where "all people in Cabo Verde realize their full potential in a consolidated democratic, safe, inclusive, equitable and resilient country, without extreme poverty, dully integrated in the region":

Strategic priority area 1: Strengthened human talent and social capital

Outcome 1.1: By 2027, more people, especially those living in the most vulnerable and marginalized situations and those living with disabilities, have equitable access to and use of high-quality, resilient, gender-responsive, and modern essential social services and protection.

Strategic priority area 2: Inclusive economic transformation, prosperity, and just transition to a healthy environment

Outcome 2. 1: By 2027, a more sustainable, inclusive, diversified and integrated economy generates decent jobs, food security and nutrition for the most vulnerable, especially women, youth and the extreme poor.

Outcome 2.2: By 2027, key marine and land ecosystems and biodiversity are better protected, restored, and more sustainably managed and the resilience to shocks and climate change are improved and gender responsive.

Strategic priority area 3: transformative governance and strengthened territorial cohesion

Outcome 3.1 : By 2027, more people, especially women, youth, and those in vulnerable groups, freely exercise their rights, participate in, and benefit from, inclusive, resilient, transparent, and accountable institutions and a more modernized, transformative and effective system of democratic governance that upholds the rule of law, at national and local levels.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Quadro Estratégico de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNCF) representa o contributo coletivo do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas para apoiar Cabo Verde na abordagem das principais prioridades e desafios do desenvolvimento para a realização dos objetivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II) 2022-2026 que conduz à realização da Agenda 2030, dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde “Ambição 2030”.

O UNCF tem total apropriação nacional e está ancorado nas prioridades de desenvolvimento nacional e na Agenda 2030. Descreve a contribuição do sistema de desenvolvimento da ONU para alcançar os ODS de forma integrada, com o compromisso de não deixar ninguém para trás, respeitar os direitos humanos, a igualdade de género, e outras normas e obrigações internacionais. O Quadro de Cooperação funciona como um instrumento central de responsabilização entre a Equipa Nacional da ONU (UNCT), o Governo anfitrião e entre os membros da UNCT para os resultados de desenvolvimento com programas e estratégias nacionais específicas das Nações Unidas derivadas do UNCF.

A preparação do Quadro de Cooperação teve como base a Análise Comum do País (ACP), que identificou os principais desafios para a realização do desenvolvimento sustentável em Cabo Verde, incluindo os impactos da pandemia da COVID-19. A formulação do UNCF foi co-gerida pelo Governo e pelas Nações Unidas, com contribuições significativas dos vários parceiros de desenvolvimento através de um processo participativo, consultivo e inclusivo que envolveu a juventude, a sociedade civil, o sector privado e a parceria nacional “Não Deixar Ninguém Para

Trás” (LNOB). A ONU e o Governo de Cabo Verde realizaram conjuntamente um exercício de previsão que incluiu a participação das principais partes interessadas no desenvolvimento para identificar bens, pressupostos, riscos, oportunidades, soluções de desenvolvimento e caminhos que alimentaram a Teoria da Mudança de ambos os PEDS II e do UNCF.

Em resposta aos requisitos de desenvolvimento identificados, às lições aprendidas do UNDAF 2018-2022 e a um processo analítico e prospetivo, foram identificadas três áreas prioritárias estratégicas que se reforçam mutuamente para o Quadro de Cooperação 2023-2027. As Nações Unidas centrarão os seus esforços nestas áreas prioritárias estratégicas no sentido de apoiar o Governo de Cabo Verde a acelerar o progresso de modo a alcançar os ODS até 2030 e a alcançar uma visão para o país onde “todos os Cabo-verdianos possam realizar todo o seu potencial num país democrático consolidado, seguro, inclusivo, equitativo e resiliente, sem pobreza extrema e devidamente integrado na região”:

Área estratégica prioritária 1: Reforço do talento humano e do capital social

Resultado 1.1: Até 2027, mais pessoas, especialmente as que vivem em situações de mais vulnerabilidade ou marginalização e as que vivem com deficiências, terão acesso equitativo e utilização de serviços sociais essenciais e de proteção de alta qualidade, resilientes, sensíveis ao género e modernos.

Área estratégica prioritária 2: Transformação económica inclusiva, prosperidade e transição justa para um ambiente saudável

Resultado 2. 1: Até 2027, uma economia mais sustentável, inclusiva, diversificada e integrada gerará empregos decentes, segurança alimentar e nutrição para os mais vulneráveis, especialmente para as mulheres, os jovens e os que vivem em situação de pobreza extrema.

Resultado 2.2: Até 2027, os principais ecossistemas marinhos e terrestres e a biodiversidade serão melhor protegidos, restaurados e geridos de forma mais sustentável, e a resiliência aos choques e às alterações climáticas será reforçada e mais sensível às questões de género.

Área estratégica prioritária 3: governação transformadora e coesão territorial reforçada

Resultado 3.1: Até 2027, mais pessoas, especialmente mulheres, jovens e grupos vulneráveis, exercerão livremente os seus direitos, participarão e beneficiarão de instituições inclusivas, resilientes, transparentes e responsáveis e de um sistema de governação democrático mais modernizado, transformador e eficaz que defenderá o Estado de Direito, ao nível nacional e local.

COUNTRY PROGRESS TOWARDS THE 2030 AGENDA

**O PROGRESSO DO PAÍS RUMO À
AGENDA 2030**





1.1. COUNTRY CONTEXT

Cabo Verde is a **country in multiple transitions** - demographic, epidemiological, nutritional, consumption patterns, and income status, compounded with its structural constraints as a Small Island Developing State (SIDS). A Lower Middle-Income Country (MIC) for 15 years now, it has had a **successful journey toward the Millennium Development Goals (MDGs)**¹, which continued in the first years of implementation of Agenda 2030.

The country is experiencing a **positive yet complex path in improving access to basic and social services**. While it performed outstandingly on certain indicators compared to peers, general progress on health, education, access to water, or penetration of renewable energies for instance, should be maintained or accelerated to achieve SDGs by 2030. Some municipalities and islands are still lagging when it comes to access to basic and social services, as well as economic opportunities, such as the North of Santiago, Fogo, Brava and Santo Antão. Besides, despite significant progress in reducing gender-based violence and gender gaps, including in education, sexual and reproductive health and rights, political representation, and economic opportunities, **gender inequalities persist, and progress are jeopardized by multiple crises** (see below). Children and youth also face specific barriers that lead to a disproportionate incidence of poverty and malnutrition and unequal access to education, especially secondary education, skills, and jobs. Other groups struggle to fully enjoy their human rights, including elderlies, immigrants from the African mainland, people with disabilities, LGBTIQ+, and prisoners. Internal

migrations add to the pressure on basic and social services and threaten territorial balances.

A steady growth (around 5% yearly average) and a limited but real fiscal consolidation led to improvement in employment, poverty reduction, and mitigation of inequalities. However, **multiple crises** came to challenge these development progresses: COVID-19, with a socio-economic impact amongst the highest in the world, led to a decrease of GDP by 14,8%, public revenues by 25%, and an increase in unemployment by 3.2%²; climate change impacts on biodiversity and food security as changing weather patterns influence agricultural production (especially droughts) and ocean warming with decreasing fish stocks; and the Ukraine war, with devastating effects on economy that is heavily relying on fossil fuels to operate and negative consequences for the purchasing power of the households, especially the most vulnerable, as 80% of the food is imported.

These three overlapping crises, in a context of overwhelming public debt level (155% of GDP at the end of 2021) and debt service (58% of tax revenues); led to an increase in poverty (+7% in 2020, followed by a decrease by 2 p.p in 2021, and probably an increase in 2022 due to high inflation among others), and food insecurity (9% of the population in food crisis in 2022 vs. 2% in 2021³), and pushed the Government

to declare a **state of social and economic emergency** and to adopt expensive measures to ensure access to food and energy for all.

Despite the crisis and its socioeconomic and financial consequences, several signs allow for **hope regarding medium-term recovery**. The vaccination campaign is successful, with 98% of the target population vaccinated with one dose and 85% with two doses⁴. The recovery of tourism, internal and international mobility, and economic growth (+7% in 2021, +6% initially projected for 2022) is underway, although the impact of the Ukraine war is yet to be analyzed. Third, important Foreign Direct Investments - FDI (-11.9% in 2020, +31.9% in 2021) signed in 2021 and 2022 in aquaculture, tourism, and renewable energy will affect the economy positively in the coming months and years, gradually impacting GDP and economic diversification, and boosting recovery and resilience, with a positive effect on public finances. Fourth, remittances have increased consistently since 2020 (+22% in 2021, +32% in the first quarter of 2022)⁵, providing a safety net for households – especially the most vulnerable - to cope with the crises.

Cabo Verde's robust governance environment sets a solid ground for human security, public service delivery and sustainable economic development. Cabo Verde has ratified

1 INECV, SDM Summary, 2015

2 Government of Cabo Verde, [State Budget 2022](#), 2021 / Governo de Cabo Verde, [Orçamento do Estado 2022](#), 2021

3 Government of Cabo Verde, [Communication to the country declaring the State of Emergency](#), 2022 / Governo de Cabo Verde, [Comunicação da Declaração do Estado de Emergência](#), 2022

4 [COVID-19 Vaccination Bulletin](#), Edition: N° 47, June 15, 2022 / [COVID-19 Boletim de Vacinação](#), Edição: N° 47, Junho 15, 2022

5 For both FDI and remittances, Banco de Cabo Verde, [External sector Statistics](#), 2022 / Para IDE e remessas, Banco de Cabo Verde, [Estatísticas do Setor Externo](#), 2022

1.1. CONTEXTO DO PAÍS

Cabo Verde é um país em múltiplas transições - demográficas, epidemiológicas, nutricionais, padrões de consumo, e nível de rendimento, combinadas com os seus constrangimentos estruturais como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID). Um País de Rendimento Médio-Baixo (MIC) há 15 anos, que tem tido uma **trajetória bem-sucedida rumo aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs)**¹, que continuou nos primeiros anos de implementação da Agenda 2030.

O país está a viver um **percurso positivo, mas complexo** na melhoria do **acesso aos serviços básicos e sociais**. Apesar de ter tido um desempenho notável em certos indicadores em comparação com os pares, os progressos gerais em matéria de saúde, educação, acesso à água, ou penetração de energias renováveis, por exemplo, devem ser mantidos ou acelerados para atingir os ODS até 2030. Alguns municípios e ilhas estão ainda atrasados no acesso aos serviços básicos e sociais, bem como nas oportunidades económicas, como é o caso do Norte de Santiago, Fogo, Brava e Santo Antão. Além disso, apesar dos progressos significativos na redução da violência baseada no género e das disparidades de género, incluindo na educação, saúde sexual e reprodutiva e direitos, representação política e oportunidades económicas, **as desigualdades de género persistem, e o progresso é comprometido por múltiplas crises** (ver abaixo). Crianças e jovens enfrentam também barreiras específicas que levam a uma incidência desproporcional de pobreza e subnutrição e a um acesso desigual à educação, especialmente no ensino secundário, competências e empregos. Outros grupos lutam para usufruir plenamente dos seus

direitos humanos, incluindo idosos, imigrantes do continente africano, pessoas com deficiência, LGBTQI+, e prisioneiros. As migrações internas aumentam a pressão sobre os serviços básicos e sociais e ameaçam os equilíbrios territoriais.

Um crescimento constante (cerca de 5% em média anual) e uma consolidação fiscal limitada, porém real, contribuíram para a melhoria do emprego, a redução da pobreza e a mitigação das desigualdades. No entanto, as **múltiplas crises** vieram desafiar estes progressos de desenvolvimento: A COVID-19, com um impacto sócio-económico entre os mais elevados do mundo, provocou uma diminuição do PIB de 14,8%, das receitas públicas em 25%, e um aumento do desemprego de 3,2%²; as alterações climáticas influenciaram a biodiversidade e a segurança alimentar, uma vez que a alteração dos padrões climáticos influenciou a produção agrícola (especialmente as secas) e o aquecimento dos oceanos provocou a diminuição das reservas de peixe; e a guerra na Ucrânia, que teve efeitos devastadores sobre a economia, muito dependente dos combustíveis fósseis para funcionar, com consequências negativas no poder de compra dos agregados familiares, especialmente os mais vulneráveis, uma vez que 80% dos produtos alimentares são importados.

Estas três crises sobrepostas, num contexto de nível de dívida pública elevado (155% do PIB no final de 2021) e de serviço da dívida (58% das receitas fiscais); levaram a um aumento da pobreza (+7% em 2020, seguido de uma diminuição de 2 pontos

percentuais em 2021, e provavelmente a um aumento em 2022 devido à elevada inflação, entre outros), e à insegurança alimentar (9% da população em crise alimentar em 2022 contra 2% em 2021³), fazendo com que o Governo declarasse o **estado de emergência social e económico** e a adotasse medidas dispendiosas para garantir o acesso a alimentos e energia para todos.

Apesar da crise e das suas consequências socio-económicas e financeiras, vários sinais permitem ter **esperança na recuperação a médio prazo**. A campanha de vacinação foi bem-sucedida, com 98% da população alvo vacinada com uma dose e 85% com duas doses⁴. A recuperação do turismo, da mobilidade interna e internacional e do crescimento económico (+7% em 2021, +6% inicialmente projetado para 2022) estão em curso, embora o impacto da guerra na Ucrânia tenha ainda de ser mais analisado. Em terceiro lugar, importantes investimentos diretos estrangeiros - IDE (-11,9% em 2020, + 31,9% em 2021) assinados em 2021 e 2022 nas áreas da aquacultura, turismo e energias renováveis irão impactar positivamente a economia nos próximos meses e anos, afetando gradualmente o PIB e a diversificação económica, e impulsionando a recuperação e a resiliência, com um efeito positivo nas finanças públicas. Em quarto lugar, as remessas têm aumentado de forma consistente desde 2020 (+22% em 2021, +32% no primeiro trimestre de

1 INECV, SDM Summary, 2015 / INECV, [Resumo ODM](#), 2015. MIC = País de Rendimento Médio-Baixo

2 Government of Cabo Verde, [State Budget](#) 2022, 2021 / Governo de Cabo Verde, [Orçamento do Estado](#) 2022, 2021 = País de Rendimento Médio-Baixo

3 Government of Cabo Verde, [Communication to the country declaring the State of Emergency](#), 2022 / Governo de Cabo Verde, [Comunicação da Declaração do Estado de Emergência](#), 2022

4 [COVID-19 Vaccination Bulletin](#), Edition: N° 47, June 15, 2022 / [COVID-19 Boletim de Vacinação](#), Edição: N° 47, Junho 15, 2022

eight of the nine main international human rights conventions and has adhered to the main instruments promoting human rights in Africa. In terms of international labour standards, Cabo Verde has ratified 9 out of 10 fundamental conventions, while C187 - Promotional Framework for Occupational Safety and Health Convention, 2006 (No. 187) is yet to be ratified. The country also ratified the United Nations Convention Against Corruption (UNCAC), and it has a good accountability framework in terms of predictability and control of budget execution although some challenges remain.

To continue its successful journey towards the SDGs in a challenging landscape and with limited fiscal space to invest in resilience and development, Cabo Verde will have to rely on its well-functioning institutions and continued public administration reforms, including through digitalization and improving the business environment, fostering the participation of citizens, particularly women and youth, in decision-making processes. It will also need to continue investing in human capital development: extending social protection coverage (51.4% of the population received at least one social benefit in 2020), health, reinforcing the system and its preparedness (amongst others, the country's first Intensive Care Unit was installed in 2022 and will need to be put up to speed), and quality education, continuing the reforms to boost outstanding yet stagnating indicators at all levels.

This will be critical not only to maintain and improve access to quality basic and social services but also to revive and transform an economy dominated by the services sector and strongly dependent on tourism and imported intermediary and final goods. This transformation should include a drastic change in critical bottlenecks linked to the water-energy nexus and the inner and external connectivity, including

with the ECOWAS region, enabled by both a stronger institutional framework and better implementation of it, which is currently hampered by the limited fiscal space and the territorial dispersion and relative isolation of several islands. Moreover, in an economy where half of the jobs are informal, and 97% of the businesses are micro and small, dominated by services (58% of GDP, 66% of jobs) with a high concentration in tourism, economic resilience will also mean economic transformation and diversification to foster the transition towards formality and diversify the drivers of economic growth, in a SIDS context.

1.2. NATIONAL VISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Over the past fifteen months, Cabo Verde has carried out a series of participatory strategic planning exercises critical to the country's development:

- Cabo Verde Ambition 2030
- COVID-19 Socio-Economic Impact Assessment and Recovery Plan (SEIA)
- Evaluation of the strategic plan for sustainable development (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável– PEDS) 2017-2021
- SDG National Voluntary Report and SDG Local Voluntary Report 2021
- Leave No One Behind Assessment 2021

- The 2020 update of the Nationally Determined Contribution and the 2022 National Adaptation plan.
- National Sustainable Development Strategy (PEDS II) 2022-2026

All these exercises, led by the Government, have benefited from extensive participation from all stakeholders from public administration, municipalities, civil society, the private sector, academia, and international partners. The result is a shared vision and a national purpose for recovery and sustainable economic, social and environmental development. As a result, the Government's Programme for the 10th legislative term and the National Agenda for Sustainable Development "Ambition 2030 and PEDS II" set Cabo Verde's national development priorities and an overall objective that "In 2030, Cape Verde will be, a consolidated and modern democracy, inclusive, a blue nation, digitalized, emerging and resilient, a circulation economy located in the Middle Atlantic integrated into ECOWAS with full employment and shared prosperity, a country useful to the world and a reference of pride for all".

Ambition 2030 also identified Five SDG accelerators as priorities for promoting growth and accelerating progress:

1. Human capital development;
2. The blue economy, recognizing the great potential of the maritime economy and the importance of protecting ocean health and coastal areas;
3. The digital economy, to stimulate the adoption of technology and digital solutions to support value chains and

2022)⁵, proporcionando uma rede de segurança para as famílias - especialmente as mais vulneráveis - para fazer face às crises.

O robusto contexto de governação de Cabo Verde estabelece um terreno sólido para a segurança humana, a prestação de serviços públicos e o desenvolvimento económico sustentável. Cabo Verde ratificou oito das nove principais convenções internacionais de direitos humanos e aderiu aos principais instrumentos de promoção dos direitos humanos em África. Em termos de normas laborais internacionais, Cabo Verde ratificou 9 das 10 convenções fundamentais, enquanto que a C187 - Quadro Promocional para a Segurança e Saúde no Trabalho, 2006 (No. 187) ainda não foi ratificada. O país ratificou também a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), e tem um bom quadro de responsabilização em termos de previsibilidade e controlo da execução orçamental, embora subsistam alguns desafios.

Para continuar a sua bem-sucedida viagem rumo aos ODS num cenário desafiante e com um espaço fiscal limitado para investir em resiliência e desenvolvimento, Cabo Verde terá de confiar no bom funcionamento das suas instituições e na continuação das reformas da administração pública, designadamente através da digitalização e da melhoria do ambiente empresarial, fomentando a participação dos cidadãos, particularmente das mulheres e dos jovens, nos processos de tomada de decisão. Terá também de continuar a investir no desenvolvimento do capital humano: alargar a cobertura de proteção social (51,4% da população recebeu pelo menos um benefício social em 2020), saúde, reforçar o sistema e a sua prontidão (entre outros, a primeira

Unidade de Cuidados Intensivos do país foi instalada em 2022 e terá de ser acelerada), e educação de qualidade, continuar as reformas de forma a impulsionar indicadores notáveis, mas estagnados a todos os níveis.

Isto será fundamental não só para manter e melhorar o acesso a serviços básicos e sociais de qualidade, mas também para revitalizar e transformar uma economia dominada pelo sector dos serviços e fortemente dependente do turismo e de bens intermédios e finais importados. Esta transformação deverá incluir uma mudança drástica nos pontos críticos de estrangulamento ligados ao nexo água-energia e à conectividade interna e externa, incluindo com a região da CEDEAO, proporcionada tanto por um quadro institucional mais forte como por uma melhor implementação do mesmo, atualmente dificultada pelo espaço fiscal limitado e pela dispersão territorial e relativo isolamento de várias ilhas. Além disso, numa economia onde metade dos empregos são informais, e 97% das empresas são micro e pequenas empresas, dominadas pelos serviços (58% do PIB, 66% dos empregos) com uma elevada concentração no turismo, a resiliência económica significará também uma **transformação económica** e diversificação de forma a fomentar a transição para a formalidade e diversificar os impulsionadores do crescimento económico, num contexto de PEID.

1.2. VISÃO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nos últimos quinze meses, Cabo Verde levou a cabo uma série de exercícios de planeamento estratégico participativo considerados críticos para o desenvolvimento do país:

- Cabo Verde Ambição 2030
- COVID-19 Avaliação de Impacto Sócio-Económico e Plano de Recuperação (SEIA)
- Avaliação do plano estratégico de desenvolvimento sustentável (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável - PEDS) 2017-2021
- Relatório Voluntário Nacional dos ODS e Relatório Voluntário Local dos ODS 2021
- Avaliação Não Deixar Ninguém Para Trás 2021
- A atualização da Contribuição Nacional Determinada de 2020 e do Plano Nacional de Adaptação de 2022.
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II) 2022-2026

Todos estes exercícios, liderados pelo Governo, beneficiaram de uma ampla participação de todos os intervenientes da administração pública, municípios, sociedade civil, sector privado, universidades, e parceiros internacionais. O resultado é uma visão partilhada e um objetivo nacional de recuperação e desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável. Como resultado, o Programa do Governo para a 10ª legislatura

5 For both FDI and remittances, Banco de Cabo Verde, [External sector Statistics, 2022](#) / Para IDE e remessas, Banco de Cabo Verde, [Estatísticas do Setor Externo](#), 2022

inclusive digital transformation;

4. Renewable energies, as they will determine the reduction of factor costs;
5. The tourism industry, as when tourism anchors agriculture, fishing, crafts, creative industries, and other services, they accelerate modernization, productivity, and the entire constellation of tourism.

Five-year strategic plans (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável– PEDS) operationalize this longer-term goal. The formulation of the PEDS II for 2022-2026 took place in parallel to the UNCF elaboration, and its implementation is set to start in the second semester of 2022. The priorities of the PEDS II are organized around four pillars:

Pillar 1 – Economy with the objectives to:

Ensure economic recovery, fiscal consolidation and sustainable growth, promote diversification and make Cape Verde an economy of circulation located in the Middle Atlantic

Pillar 2 – Social aiming to:

o Promote social development through human capital, inclusion and mobility, reduction of inequalities, eradication of extreme poverty and gender equality.

Pillar 3 – Environment with the goal to:

o Promote decentralization, regional development and convergence with territorial cohesion, urban quality and

sustainability, environmental sustainability, climate action and resilience, and enhance biodiversity and geodiversity.

Pillar 4 - Sovereignty intending to:

o Consolidate national sovereignty, deepen the appreciation of democracy, the Diaspora and the international prestige of Cabo Verde, promote regional integration and the dynamic insertion of Cabo Verde in the World Economic System.

The PEDS II further identifies 8 priorities: eradication of extreme poverty and reduction of absolute poverty, investing in youth as the future of Cabo Verde; diversify the economy and resilience; inclusive and social Cabo Verde; Cabo Verde secure and with effective justice; improve the quality of cities, towns and localities; promote territorial cohesion; and good governance. At the local level, all 22 municipalities now have their Municipal Sustainable Development Strategic Plans.

1.3. PROGRESS TOWARDS THE SDGS

A solid democratic and governance framework, constant investments in human capital and basic services, and rapid growth driven mainly through tourism led to rapid progress towards the SDGs, following a long recovery period that ended in 2016. The below summary of the progress towards the SDGs in Cabo Verde is structured around the five pillars of Agenda 2030: people, prosperity, planet, peace, and partnership.

People: The fight against poverty and hunger is a priority across governments, and investment in human capital has been constant.

Poverty by the international poverty line (1.9 USD/day) was reduced from 23.7% in 2015 to 13.1% in 2020⁶, despite COVID impact, making #SDG1 a strong performer. Poverty by the national poverty line (2.77 USD/day) was reduced from 35.2% in 2015 to 25.7% in 2019, before increasing to 31.6% in 2020. Because of structural constraints linked to the lack of arable lands and freshwater, 80% of the food consumed is imported, and #SDG2 is one of the most challenging Goals, with fragile food security and a high prevalence of stunting and wasting among children under 5, even before the Ukraine war. The increase in oil and food prices since 2021, accelerated in March 2022 and led the Government to declare the State of social and economic emergency in June 2022.

Human capital has always been a high priority with #SDG3 and #SDG4 being outstanding performers on most indica-

⁶ INECV, IDRF 2015 and Poverty estimates 2020, 2017 and 2021 / INECV, [IDRF 2015](#) e estimativas de pobreza 2020, 2017 e 2021

e a Agenda Nacional para o Desenvolvimento Sustentável “Ambição 2030 e PEDS II” estabeleceram as prioridades nacionais de desenvolvimento de Cabo Verde e um objetivo global que **“Em 2030, Cabo Verde será, uma democracia consolidada e moderna, inclusiva, uma nação azul, digitalizada, emergente e resistente, uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio integrada na CEDEAO com pleno emprego e prosperidade partilhada, um país útil para o mundo e uma referência de orgulho para todos”**.

A ambição 2030 identificou também **cinco aceleradores dos ODS** como prioridades para promover o crescimento e acelerar o progresso:

1. Desenvolvimento do capital humano;
2. A economia azul, reconhecendo o grande potencial da economia marítima e a importância de proteger a saúde dos oceanos e das zonas costeiras;
3. A economia digital, para estimular a adoção de tecnologia e soluções digitais para apoiar a cadeia de valores e a transformação digital inclusiva;
4. As energias renováveis, uma vez que determinarão a redução dos custos dos fatores;
5. A indústria do turismo, assim como o turismo alavancado na agricultura, na pesca, no artesanato, nas indústrias criativas, e em outros serviços, aceleram a modernização, a produtividade, e toda a constelação do turismo.

Os planos estratégicos quinquenais (Plano Estratégico de De-

envolvimento Sustentável - PEDS) operacionalizam este objetivo a longo prazo. A formulação do PEDS II para 2022-2026 decorreu em paralelo com a elaboração do UNCF, e a sua implementação está prevista para o segundo semestre de 2022. As prioridades do PEDS II estão organizadas em torno de 4 pilares:

Pilar 1 - Economia com o objetivo de:

o Garantir a recuperação económica, a consolidação orçamental e o crescimento sustentável, promover a diversificação e fazer de Cabo Verde uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio.

Pilar 2 - Objetivo social de:

o Promover o desenvolvimento social através do capital humano, inclusão e mobilidade, redução das desigualdades, erradicação da pobreza extrema e igualdade de género.

Pilar 3 – Ambiente visando:

o Promover a descentralização, o desenvolvimento regional e a convergência com coesão territorial, qualidade e sustentabilidade urbanas, a sustentabilidade ambiental, a ação climática e a resiliência e valorizar a biodiversidade e a geodiversidade

Pilar 4 - Soberania visando:

o Consolidar a soberania nacional, aprofundar a valorização da democracia, da diáspora e do prestígio internacional de Cabo Verde, promover a integração regional e a inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial.

O PEDS II identifica ainda 8 prioridades: erradicação da pobreza

extrema e redução da pobreza absoluta, investir na juventude como o futuro de Cabo Verde; diversificar a economia e a resiliência; Cabo Verde inclusivo e social; Cabo Verde seguro e com justiça efetiva; melhorar a qualidade das cidades, vilas e localidades; promover a coesão territorial; e a boa governação. A nível local, todos os 22 municípios têm agora os seus Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento Sustentável.

1.3. PROGRESSO RUMO AOS ODS

Um quadro democrático e de governação sólido, investimentos constantes no capital humano e nos serviços básicos, e um crescimento rápido impulsionado principalmente pelo turismo levaram a um rápido progresso em direção aos ODS, após um longo período de recuperação que terminou em 2016. O resumo abaixo apresentado do progresso em direção aos ODS em Cabo Verde está estruturado em torno dos cinco pilares da Agenda 2030: pessoas, prosperidade, planeta, paz e parceria.

Pessoas: A luta contra a pobreza e a fome tem sido uma prioridade entre os governos, e o investimento no capital humano constante.

A pobreza, de acordo com o limiar internacional de pobreza (1,9 USD/dia) foi reduzida de 23,7% em 2015 para 13,1% em 2020⁶, apesar do impacto da COVID, fazendo com que o #ODS1 tivesse um forte desempenho. A pobreza, de acordo com o limiar nacional de pobreza (2,77 USD/dia), foi reduzida de 35,2% em 2015 para 25,7% em 2019, antes de aumentar para 31,6% em 2020⁶. Devido a constrangimentos estruturais ligados à falta de terras aráveis e água doce, 80% dos alimentos consumidos

6 INECV, IDRF 2015 and Poverty estimates 2020, 2017 and 2021 / INECV, [IDRF 2015](#) e estimativas de pobreza 2020, 2017 e 2021

tors. With the new parity Law, efforts to reduce Gender-Based Violence and socioeconomic inequalities are consolidating gender equality (#SDG5) into a regional best practice, or access to decision making positions in both the public and the private sector. Finally, for #SDG6, 86% of the population has access to an improved source of drinking water and 82.9% to at least basic sanitation (92% rural, 73.2% urban). For #SDG7, access to clean energy is almost universal (access rate was 92.2% in 2019, 86.5% in 2015⁷), with a stagnating share of renewables in energy production (19.6% in 2019) and limited improvements in energy efficiency (1.41 toe/million escudos, in 2015, to 1.39 toe/ million, in 2019).

Prosperity: The SDGs related to jobs and inclusive growth, industrialization and innovation, inequalities and cities' sustainability, performed well after a slow recovery post-2008 crisis and before COVID-19 socioeconomic impact on the country, among the highest worldwide. Growth (#SDG8), mainly driven by tourism (25% of GDP⁸), FDI (5% of GDP in 2021⁹), trade, and migrant remittances (13% of GDP¹⁰) took off in 2016 and was relatively high at 4,7% annual average until 2019 included, before being negative in 2020 (-14.8%) and partially recover in 2021 (+7%). Yet, the growth model is vulnerable because of its concentration into the tourism sector, its fragmentation and informality, and the fact that it

did not generate enough jobs (11.3% unemployment in 2019, the best rate in 8 years, 14.5% in 2020).

Planet: Although most data is missing on environmental issues is still missing and climate resilience remains a relevant challenge, Cabo Verde performs comparatively well on environmental SDGs, especially in what concerns the adoption of international policies and agreements for the sustainable management of natural resources on land and sea, and for the climate action. #SDG13 on climate change is achieved and #SDG12 on sustainable consumption and production is close to achievement. Almost all indicators for these two Goals are on track, especially in terms of waste and emissions (although recent data is missing in many cases). Challenges remain since the country is ranking 144th of 180 countries in the Environmental Performance Index published by Yale, impacting achievements in #SDG14 and #SDG15. On the planetary pressure adjusted HDI (PHDI) Cabo Verde is not much better than its HDI, partly due to an important material footprint per capita. However, the increasingly protective legal framework, critical environmental projects, and the diversification of tourism, enable the acceleration of action and bring the perspective of substantial improvement in all environmental SDGs.

Peace: As far as #SDG16 (Peace and strong institutions) is concerned, the country's robust institutional framework and well-functioning checks and balances are the solid basis of Cabo Verde's sustainable development achievements. Governance indicators rank well, especially in terms of freedom, institutional soundness, and legal and policy frameworks, including the integration of Human rights and other global conventions at the national level. However, challenges in the justice and security sector, namely related to the

enforcement of these laws and the perception of insecurity and impunity amongst the population remain.

Partnerships: domestic indicators on SDG17 are overall positive, with a rapid expansion of the population using the Internet (from 50.4% to 61.9% between 2016 and 2019), yet discrepancies in connection exist between municipalities and islands, from 70% of the population having used the Internet in the last three months in Sal to 41.6% in Ribeira Grande, Santo Antão. The tax to GDP ratio did not improve substantially, from 74,3% in 2015 to 76,8%, with a peak at 84,6% in 2018, yet it remains relatively high compared to peers. Externally, challenges remain, mainly linked to regional integration, with Cabo Verde ranking among average performers in the Africa Regional Integration Index (32nd) and to high sovereign debt (155% of GDP). Data availability in a timely, reliable, disaggregated manner, from different sources is another challenge.

7 INECV, Anuário Estatístico 2019, 2021 / INECV, [Anuário Estatístico 2019](#), 2021

8 UNWTO, 2020.

9 Calculations based on Banco de Cabo Verde, External Sector Statistics, 2022 / Cálculos baseados no Banco de Cabo Verde, Estatísticas do Setor Externo,

10 Ibidem

são importados, e o #ODS2 constitui um dos Objetivos mais desafiantes, com uma segurança alimentar frágil e uma elevada prevalência de raquitismo e desperdício entre as crianças com menos de 5 anos, mesmo antes da guerra na Ucrânia. O aumento dos preços do petróleo e dos alimentos desde 2021, acelerou em Março de 2022 e levou o Governo a declarar o Estado de emergência social e económico, em Junho de 2022.

O capital humano tem sido sempre uma alta prioridade do #ODS3 e o #ODS4, a terem um desempenho excecional na maioria dos indicadores. Com a nova Lei de Paridade, os esforços para reduzir a Violência Baseada no Género e as desigualdades socio-económicas estão a consolidar a igualdade de género (#ODS5) numa melhor prática regional, apesar de persistirem focos de desigualdades, tais como a gravidez adolescente (15,6% das raparigas com menos de 20 anos estão grávidas ou já tiveram um filho em 2020) ou o acesso a posições de tomada de decisão tanto no sector público, como no privado. Finalmente, para o #ODS6, 86% da população tem acesso a uma fonte melhorada de água potável e 82,9% ao saneamento básico (92% rural, 73,2% urbano). Para o #ODS7, o acesso à energia limpa é quase universal (a taxa de acesso era de 92,2% em 2019, 86,5% em 2015⁷), com uma quota estagnada de energias renováveis na produção de energia (19,6% em 2019) e melhorias limitadas na eficiência energética (1,41 tep/milhões de escudos, em 2015, para 1,39 tep/milhões, em 2019).

Prosperidade: Os ODS relacionados com o emprego, o crescimento inclusivo, a industrialização e a inovação, desigualdades e sustentabilidade das cidades, tiveram um bom desempenho após uma lenta recuperação a seguir à crise pós-2008 e an-

tes do impacto sócio-económico da COVID-19 no país, entre os mais elevados a nível mundial. O crescimento (#ODS8), impulsionado principalmente pelo turismo (25% do PIB⁸), IDE (5% do PIB em 2021⁹), comércio, e remessas de emigrantes (13% do PIB¹⁰) disparou em 2016 e foi relativamente elevado com uma média anual de 4,7% até 2019 inclusive, antes de se tornar negativo em 2020 (-14,8%) e recuperar parcialmente em 2021 (+7%). No entanto, o modelo de crescimento é vulnerável devido à sua concentração no sector do turismo, à sua fragmentação e informalidade, e ao facto de não ter gerado empregos suficientes (11,3% de desemprego em 2019, a melhor taxa em 8 anos, 14,5% em 2020).

Planeta: Embora a maioria dos dados sobre questões ambientais ainda esteja em falta e a resiliência climática continuar a ser um desafio relevante, Cabo Verde tem um desempenho comparativamente bom em matéria dos ODS ambientais, especialmente no que diz respeito à adoção de políticas e acordos internacionais para a gestão sustentável dos recursos naturais em terra e no mar, e para a ação climática. #ODS13 sobre alterações climáticas foi alcançado e #ODS12 sobre consumo e produção sustentáveis está próximo de ser alcançado. Quase todos os indicadores para estes dois Objetivos estão no bom caminho, especialmente em termos de resíduos e emissões (embora faltem dados recentes em muitos casos). Os desafios permanecem uma vez que o país ocupa a 144^a posição entre 180 países no Índice de Desempenho Ambiental publicado pela

Yale, com impacto nas realizações dos #ODS14 e #ODS15. Sobre o IDH (PHDI) ajustado por pressão planetária, Cabo Verde não é muito melhor do que o seu IDH, em parte devido a uma importante pegada material per capita. Contudo, o quadro jurídico cada vez mais protetor, importantes projetos ambientais e a diversificação do turismo, permitem a aceleração de ações e trazem a perspetiva de uma melhoria substancial em todos os ODS ambientais.

Paz: No que diz respeito ao #ODS16 (Paz e instituições fortes), o sólido quadro institucional do país e o bom funcionamento de controles e equilíbrios têm sido a base do sucesso do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. Os indicadores de governação estão bem classificados, especialmente em termos de liberdade, solidez institucional e quadros jurídicos e políticos, incluindo a integração dos direitos humanos e outras convenções globais a nível nacional. Contudo, persistem ainda desafios no setor da justiça e da segurança relacionados, nomeadamente, com a implementação destas leis e a perceção de insegurança e impunidade entre a população.

Parcerias: os indicadores domésticos sobre o ODS17 são globalmente positivos, com uma rápida expansão da população que utiliza a Internet (de 50,4% para 61,9% entre 2016 e 2019), não obstante algumas diferenças nas ligações entre os municípios e as ilhas, tendo 70% da população utilizado a Internet nos últimos três meses na Ilha do Sal e 41,6% na Ribeira Grande, Santo Antão. O rácio imposto/PIB não melhorou de forma significativa, de 74,3% em 2015 para 76,8%, com um pico de 84,6% em 2018, no entanto permanece relativamente elevado em comparação aos seus pares. A nível externo, os desafios permanecem, principalmente os ligados à integração regional, com Cabo Verde a ocupar um lugar de destaque no Índice de Integração Regional de África (32º) e com uma elevada dívida

7 INECV, Anuario Estatístico 2019, 2021 / INECV, [Anuário Estatístico 2019](#), 2021

8 UNWTO, 2020.

9 Calculations based on Banco de Cabo Verde, External Sector Statistics, 2022 / Cálculos baseados no Banco de Cabo Verde, Estatísticas do Setor Externo,

10 Ibidem

1.4. GAP AND CHALLENGES

The main challenges ahead include:

1. **Vulnerability to exogenous shocks:** As a SIDS, Cabo Verde faces structural constraints that hamper its economic and social development, such as a small internal market, territorial dispersion, high cost of transport, energy and water, and significant dependence on external inputs (fuels, food, merchandise, intermediate goods) and finance (Remittances, FDI, External Loans, Official Development Assistance ODA...). This vulnerability made Cabo Verde one of the countries most hit by the multiple, overlapping crises. These include the consequences of climate change, COVID-19, and the war in Ukraine. The combined effect of these crises further exacerbates their impact, consuming the buffers at State, business, and household levels (earnings, savings, investments, solidarity networks).
2. **Stagnation in institutional and human capital development:** Cabo Verde has made great progress in recent decades on the legal and institutional framework for gender equality, gender-sensitive budgeting and participation of CSOs, etc. Reported cases of GBV was halved between 2015 and 2020 (22% vs. 11%) and gender gaps narrowed or disappeared in education, Sexual and Reproductive Health (SRH), political representation and economic opportunities. Women's full economic empowerment and participation in decision-making bodies remain major challenges.
3. **Persistence of poverty:** Despite an impressive decrease in the last decades, 31.6% of the population lived

in poverty in 2020, up from 25.7% in 2019. Poverty no longer affects women disproportionately (53.6% of the poor in 2015 were women, 50.1% in 2020), but poverty has a higher incidence in rural areas, where 44.9% of the population is poor (25.8% in urban areas). Poverty amongst the elderly was halved between 2015 and 2020, from 44.3% to 19.6%. 13.1% of the population lives in extreme poverty, 47.9% of them being women, 40% children (under 15), 37.6% youth (15-34) and 3.4% elderly¹¹. Extreme poverty has a higher incidence in rural areas, (24.3% of the population, 56.9% of the very poor) whereas this rate is 8.1% in urban areas. 1 in 3 very poor lives in Santiago Norte, 1 in 5 in Praia, and 1 in 6 in Fogo. Boa Vista counts only 315 very poor, Maio 582, and Brava 549.

4. **Exclusive growth and slow employment creation:** Cabo Verde's growth has been steady at around a 5% average annual rate, following a slow recovery post-2008 crisis. However, this growth has been faster than employment creation between 1991 and 2019¹². Employment elasticity to GDP was 0.5 over the period, which means that the growth pattern has not created employment fast enough to reap the full benefits of the youth dividend. The reason can be found in the main drivers of growth: tourism (especially the all-inclusive segment) and FDI (mainly concentrated in tourism).

11 INECV, poverty profile (estimates), 2021. Non-disaggregated data displayed in the Voluntary National Review 2021. / INECV, perfil de pobreza (estimativas), 2021. Dados não-desagregados publicados no [Voluntary National Review 2021](#).

12 AfDB calculations on the basis of ILOSTAT, 2020 <https://ilostat ilo.org/data/#summarytables>. / Cálculos do BAD com base no ILOSTAT, 2020 <https://ilostat ilo.org/data/#summarytables>.

Vertical diversification, within tourism towards more sustainable, lucrative segments, and horizontal diversification, developing other sectors, especially within the blue economy (maritime transport, aquaculture, renewable energies, biotech, etc.)

5. **Persisting inequalities and socioeconomic exclusion:** Nine groups were identified as at greater risk of being left behind, based on a documentary review, focal groups and multi-stakeholders workshops, led by the National LNOB Partnership: people at risks of food insecurity, vulnerable women and girls, vulnerable children and adolescents, Youth not in employment, education or training, the elderly, immigrants especially from mainland Africa, people living with disabilities, detainees, minorities by gender identity or sexual orientation, people living in isolated areas. Within these nine groups, subgroups living in income poverty, especially in extreme poverty, are at higher risk of being left behind. Apart from poverty, these groups experience harsher living conditions, do not have access to their full human rights, and may suffer from food insecurity. The immediate causes of their exclusion can be grouped into three leading reasons: 1) Lack of employment, income and social protection; 2) poor physical and mental health; and 3) limited participation in the public sphere.
6. **Access to concessional finance and diversified, sustainable private investments:** To recover from these multiple crises, build resilience, and invest in the transition to a blue economy able to continue driving sustainable development, Cabo Verde needs partnerships and investments with multiple stakeholders. However, the limited fiscal space and overwhelming pressure on pub-

soberana (155% do PIB). A disponibilidade de dados de forma atempada, fiável e desagregada, proveniente de diferentes fontes, é outro desafio.

1.4. LACUNAS E DESAFIOS

Os principais desafios futuros incluem:

1. **Vulnerabilidade a choques exógenos:** Como PEID, Cabo Verde enfrenta limitações estruturais que dificultam o seu desenvolvimento económico e social, tais como um pequeno mercado interno, dispersão territorial, elevados custos de transporte, energia e água, e significativa dependência de fatores de produção externos (combustíveis, alimentos, mercadorias, bens intermédios) e financeiros (Remessas, IDE, Empréstimos Externos, Ajuda Pública ao Desenvolvimento ODA...). Esta vulnerabilidade fez de Cabo Verde um dos países mais atingidos pelas crises múltiplas e sobrepostas. Estas incluem as consequências das alterações climáticas, a COVID-19 e a guerra na Ucrânia. O efeito combinado destas crises agrava ainda mais o seu impacto, consumindo os amortecedores ao nível do Estado, das empresas e dos agregados familiares (rendimentos, poupanças, investimentos, redes de solidariedade).
2. **Estagnação no desenvolvimento institucional e capital humano:** Cabo Verde fez grandes progressos nas últimas décadas no quadro jurídico e institucional em relação à igualdade de género, orçamentação sensível ao género e participação de Organizações da Sociedade Civil, etc. Os casos relatados de VBG foram reduzidos para metade entre 2015 e 2020 (22% vs. 11%) e as disparidades de género diminuíram ou desapareceram

na educação, Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), representação política e oportunidades económicas. Alguns indicadores estão, contudo, a estagnar, nomeadamente nos setores da saúde e da educação. O pleno empoderamento económico das mulheres e a sua participação nos órgãos de decisão continuam a ser grandes desafios.

3. **Persistência da pobreza:** Apesar de uma diminuição significativa nas últimas décadas, 31,6% da população vivia na pobreza em 2020, contra 25,7% em 2019. A pobreza já não afeta as mulheres de forma desproporcionada (53,6% dos pobres em 2015 eram mulheres, 50,1% em 2020), mas tem uma maior incidência nas zonas rurais, onde 44,9% da população é pobre (25,8% nas zonas urbanas). A pobreza entre os idosos reduziu para metade entre 2015 e 2020, de 44,3% para 19,6%. 13,1% da população vive em extrema pobreza, 47,9% são mulheres, 40% crianças (menores de 15 anos), 37,6% jovens (15-34) e 3,4% idosos¹¹. A pobreza extrema tem uma maior incidência nas zonas rurais, (24,3% da população, 56,9% dos muito pobres) enquanto que esta taxa é de 8,1% nas zonas urbanas. 1 em cada 3 muito pobres vive em Santiago Norte, 1 em cada 5 na Praia, e 1 em cada 6 no Fogo. Boa Vista conta apenas com 315 muito pobres, Maio 582, e a Brava 549.
4. **Crescimento não inclusivo e criação lenta de emprego:** O crescimento de Cabo Verde tem sido constante a uma taxa média anual de cerca de 5%, após uma lenta

recuperação a seguir à crise pós-2008. Contudo, este crescimento tem sido mais rápido do que a criação de empregos entre 1991 e 2019¹². A elasticidade do emprego em relação ao PIB foi de 0,5 durante o período, o que significa que o padrão de crescimento não gerou empregos com rapidez suficiente para colher todos os benefícios do dividendo dos jovens. A razão pode ser encontrada nos principais motores do crescimento: o turismo (especialmente o segmento all-inclusive) e o IDE (principalmente concentrado no turismo). Diversificação vertical, dentro do turismo para segmentos mais sustentáveis e lucrativos, e diversificação horizontal, desenvolvendo outros sectores, especialmente dentro da economia azul (transporte marítimo, aquacultura, energias renováveis, biotecnologia, etc.)

5. **Persistência de desigualdades e exclusão socio-económicas:** Nove grupos foram identificados como em maior risco de ficarem para trás, com base numa revisão documental, grupos focais e seminários de múltiplas partes interessadas, liderados pela Parceria Nacional LNOB: pessoas em risco de insegurança alimentar, mulheres e raparigas vulneráveis, crianças e adolescentes vulneráveis, jovens sem emprego, educação ou formação, idosos, imigrantes particularmente oriundos do continente africano, pessoas com deficiência, detidos, minorias baseadas no género ou orientação sexual e pessoas que vivem em áreas isoladas. Dentro destes nove grupos, os subgrupos que vivem em pobreza de rendimentos, especialmente em po-

11 INECV, poverty profile (estimates), 2021. Non-disaggregated data displayed in the Voluntary National Review 2021. / INECV, perfil de pobreza (estimativas), 2021. Dados não-desagregados publicados no [Voluntary National Review 2021](#).

12 AfDB calculations on the basis of ILOSTAT, 2020 <https://ilostat.ilo.org/data/#summarytables>. / Cálculos do BAD com base no ILOSTAT, 2020 <https://ilostat.ilo.org/data/#summarytables>.

lic expenditure to mitigate the impact of the three crises hamper public investment, domestic private investment is limited by the struggle of businesses to survive and pay their bills, and FDI remains concentrated in tourism (more than 90% of FDI went to tourism in 2021).

regional average - and social contract will be key assets to drive the rollout of the new National Development Plan (PEDS II - 2022-2026).

7. **Climate change adaptation:** As a SIDS, Cabo Verde has one of the lowest per capita emissions of greenhouse gases (90% of which come from energy production) and is, however, among the countries most vulnerable to climate change, with the fundamental challenge of adequately managing water-scarcity for sustainable agri-food systems and ecosystems. In its Nationally Determined Contribution (NDC) 2020, Cabo Verde identifies five contributions to mitigation, including energy efficiency and renewable energies, low carbon transport, nature-based solutions and sustainable tourism; and nine contributions to adaptation, including water management, food security, coastal management and spatial planning, and disaster risk reduction.
8. **Governance:** While Cabo Verde is recognized for its democratic governance, it could be further advanced including by strengthening civil society organizations, furthering public administration reforms, intersectoral coordination and decentralization.

To overcome the challenges and fully use emerging opportunities beyond financing issues, recovery and sustainable development will require solid institutional capacities and coordination and increased availability of individual skills. Cabo Verde can count on its outstanding governance settings and democratic culture. Its solid institutions, human capital – based on education and health systems well above

breza extrema, correm um maior risco de serem deixados para trás. Para além da pobreza, estes grupos experienciam condições de vida mais duras, não têm acesso aos seus plenos direitos humanos e podem sofrer de insegurança alimentar. As causas imediatas da sua exclusão podem ser agrupadas em três razões principais: 1) falta de emprego, rendimento e proteção social; 2) saúde física e mental deficiente; e 3) participação limitada na esfera pública.

6. Acesso a financiamento concessional e investimentos privados diversificados e sustentáveis:

Para recuperar destas múltiplas crises, criar resiliência, e investir na transição para uma economia azul capaz de continuar a impulsionar o desenvolvimento sustentável, Cabo Verde precisa de parcerias e investimentos com múltiplas partes interessadas. Contudo, o espaço fiscal limitado e a pressão esmagadora sobre a despesa pública para mitigar o impacto das três crises dificultam o investimento público, o investimento privado interno é limitado devido ao esforço das empresas para sobreviverem e pagarem as suas contas, e o IDE continua concentrado no turismo (mais de 90% do IDE foi para o turismo em 2021).

7. Adaptação às alterações climáticas:

Como PEID, Cabo Verde tem uma das mais baixas emissões per capita de gases com efeito de estufa (90% dos quais provêm da produção de energia) e está, no entanto, entre os países mais vulneráveis às alterações climáticas, com o desafio fundamental de gerir adequadamente a escassez de água para sistemas agro-alimentares e ecossistemas sustentáveis. Na sua Contribuição Nacional Determinada (CND) 2020, Cabo Verde identifica

cinco contribuições à mitigação, incluindo a eficiência energética e as energias renováveis, transportes de baixa emissão de carbono, soluções baseadas na natureza e no turismo sustentável; e nove contribuições à adaptação, incluindo a gestão de água, segurança alimentar, gestão costeira e ordenamento do território, e redução de risco de desastres.

8. Governação: Embora Cabo Verde seja reconhecido pela sua governação democrática, poderia ser mais avançada, inclusive através do reforço das organizações da sociedade civil, da promoção das reformas da administração pública, da coordenação intersectorial e da descentralização.

Para superar os desafios e utilizar plenamente as oportunidades emergentes para além das questões de financiamento, a recuperação e o desenvolvimento sustentável exigirão capacidades institucionais sólidas e coordenação, e uma maior disponibilidade de competências individuais. Cabo Verde pode contar com excelentes cenários de governação e cultura democrática. As suas sólidas instituições, capital humano - baseados em sistemas de educação e saúde bem acima da média regional - e o contrato social são trunfos fundamentais para impulsionar a implementação do novo Plano Nacional de Desenvolvimento (PEDS II - 2022-2026).

UN DEVELOPMENT SYSTEM SUPPORT TO THE 2030 AGENDA

SISTEMA DE APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DA ONU À
AGENDA 2030

A large, white, stylized number '2' is positioned on the right side of the image. The background behind the number is dark and blurry, showing hints of a landscape with a yellow structure and some greenery. The right edge of the white area has a rough, torn-paper-like texture.

2



2.1. THEORY OF CHANGE

The United Nations Development System (UNDS) is committed to supporting Government of Cabo Verde towards achieving its national development priorities, the PEDS II and the Agenda 2030, and promoting regional integration and contributing to the priority areas of the African Union Agenda 2063 as well as the SAMOA Pathway agenda, a top priority for the country. In this regard, the United Nations system is committed to contributing to a vision for the country where “all people in Cabo Verde realize their full potential in a consolidated democratic, safe, inclusive, equitable and resilient country, without extreme poverty, dully integrated in the region”.

- For this vision of change to be achieved, Cabo Verde and its partners will need to ensure that:
- people, especially the most vulnerable, are empowered to drive and benefit from development to live in dignity through greater access and use of quality, gender-sensitive, and inclusive social services and protection;
- a more sustainable, inclusive and diversified economy and management of natural resources generate decent jobs and food security for all, and greater resilience to climate change and shocks;
- and inclusive governance and peace are consolidated, and people can fully enjoy their human rights.

The overall theory of Change is based on several assumptions that include, among others, for the Government of Cabo Verde to maintain its political commitment to eradicating

extreme poverty and decentralization while maintaining sustainable levels of public debt over time. It further requires these commitments to be shared by all partners, especially the private sector, and to be translated into increased investments and accelerated progress in the areas identified as accelerators for the SDGs, namely Human capital development, the blue economy, the digital economy, renewable energies, and the tourism industry. At the global level, it implies a relatively stable macro-economic context enabling a return to lower inflation rates, food security, and tourism going back to pre-2020 levels.

This theory of change requires risk-informed approaches to enable the contribution of human talent to the economic transformation and the transition to a healthier environment underpinned by transformative governance and greater territorial cohesion. In addition, Alongside the Governmental priority of eradicating extreme poverty by 2026 and significantly reduce poverty, especially in a period characterized by multiple crises exacerbating vulnerabilities, the UNDS will have an even stronger focus on Leaving No One Behind, implementing the recommendations of the national LNOB partnership based on the 2021 LNOB Assessment, and on Gender Equality, building on the very good assessment provided by the Gender Scorecard, which revealed that the UN in Cabo Verde is progressing well in terms of mainstreaming gender equality and women’s empowerment in its inter-agency processes, mechanisms and tools (the Country Team scored well 9 out of 15 indicators, and exceeded minimum requirements in 6 of them). In particular, the formulation of the UNCF took into account the elements of the UNCT-SWAP Gender Equality Action Plan (2022-2026) as both were developed in parallel.

2.2. STRATEGIC PRIORITIES FOR THE UN DEVELOPMENT SYSTEM

Three strategic priority areas structure the UNCF 2023-2027. They were jointly identified through different joint, participatory exercises conducted with the Government to inform both national and UN strategic plans around common priority areas, governmental entities and UN agencies, but also CSOs and private sector representatives as well as the academia defined how the UN can best support the country’s priorities for the coming 5 years. The areas where UN support is deemed to present most potential leverage are:

- **Strategic priority area 1: Strengthened human talent and social capital**

This strategic priority area aims to contribute to Cabo Verde’s goal of promoting social development through human capital, inclusion, and eradicating extreme poverty. It focuses on enabling better access and use of modern essential social services and protection through strengthening national capacities and systems, empowering the most vulnerable rights holders, and improving policy and regulatory frameworks.

- **Strategic priority area 2: Inclusive economic transformation, prosperity, and just transition to a healthy environment**

This strategic priority area aims to contribute to Cabo Verde’s goals to ensure economic recovery, sustainable growth, and promote diversification while at the same time addressing the environmental sustainability, climate action, and resilience agenda. It prioritizes a

2.1. TEORIA DA MUDANÇA

O Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDS) está empenhado em apoiar o Governo de Cabo Verde na realização das suas prioridades nacionais de desenvolvimento, o PEDS II e a Agenda 2030, promovendo a integração regional e contribuindo para as áreas prioritárias da Agenda 2063 da União Africana, bem como para a agenda de SAMOA Pathway, uma prioridade máxima para o país. A este respeito, o sistema das Nações Unidas compromete-se a contribuir para uma visão do país onde “todas as pessoas em Cabo Verde possam realizar todo o seu potencial num país democrático consolidado, seguro, inclusivo, equitativo e resistente, sem pobreza extrema e devidamente integrado na região”.

Para que esta visão de mudança seja alcançada, Cabo Verde e os seus parceiros terão de garantir que:

- as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, estão habilitadas para dirigir e beneficiar do desenvolvimento para viver com dignidade, através de um maior acesso e utilização de serviços e proteção social de qualidade, sensíveis ao género, e inclusivos;
- a economia e gestão dos recursos naturais mais sustentável, inclusiva e diversificada crie empregos decentes e segurança alimentar para todos, e que haja uma maior resiliência às alterações climáticas e a choques;
- uma governação inclusiva e paz sejam consolidadas e que as pessoas possam desfrutar plenamente dos seus direitos humanos.

A teoria geral da Mudança baseia-se em vários pressupostos que incluem, entre outros, que o Governo de Cabo Verde mantenha o seu compromisso político de erradicar a pobreza extrema e a descentralização, mantendo ao mesmo tempo níveis sustentáveis de dívida pública ao longo do tempo. Exige ainda que estes compromissos sejam partilhados por todos os parceiros, especialmente o sector privado, e que se traduzam em maiores investimentos e progressos acelerados nas áreas identificadas como aceleradores para os ODS, nomeadamente o desenvolvimento do capital humano, a economia azul, a economia digital, as energias renováveis, e a indústria do turismo. A nível global, implica um contexto macroeconómico relativamente estável que permite um regresso a taxas de inflação mais baixas, segurança alimentar e turismo que remonta aos níveis anteriores a 2020.

Esta teoria da mudança requer abordagens baseadas em análises de risco, de forma a permitir a contribuição do talento humano para a transformação económica e a transição para um ambiente mais saudável, sustentado por uma governação transformadora e uma maior coesão territorial. Adicionalmente, a par da prioridade governamental de erradicar a pobreza extrema até 2026 e reduzir significativamente a pobreza, especialmente num período caracterizado por múltiplas crises que exacerbam as vulnerabilidades, a UNDS focar-se-á ainda mais em Não Deixar Ninguém Para Trás, implementando as recomendações da parceria nacional LNOB com base na Avaliação LNOB de 2021, e sobre a Igualdade de Género, com base na excelente avaliação fornecida pelo “Gender Scorecard”, que revelou que a ONU em Cabo Verde está a progredir bem em termos de integração da igualdade de género e do empoderamento das mulheres nos seus processos, mecanismos e ferramentas inter-agências (a Equipa do País obteve bons resultados em 9 dos 15 indicadores, e excedeu os requisitos mínimos em 6 deles). Em particular, a

formulação da UNCF teve em conta os elementos do Plano de Ação da UNCT-SWAP para a Igualdade de Género (2022-2026), dado que ambos foram desenvolvidos em paralelo.

2.2. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU

Três áreas prioritárias estratégicas estruturam o UNCF 2023-2027. Foram identificadas conjuntamente, através de diferentes exercícios conjuntos e participativos realizados com o Governo para divulgar os planos estratégicos nacionais e da ONU sobre as áreas prioritárias comuns, entidades governamentais e agências da ONU, assim como as OSC e representantes do sector privado e universidade, definiram a melhor forma da ONU poder apoiar as prioridades do país nos próximos 5 anos. As áreas onde se considera que o apoio das Nações Unidas apresenta o maior potencial de alavancagem são:

- **Área estratégica prioritária 1: Reforço do talento humano e do capital social**

Esta área estratégica prioritária visa contribuir para o objetivo de Cabo Verde de promover o desenvolvimento social através do capital humano, da inclusão e da erradicação da pobreza extrema. Incide sobre facilitar um maior acesso e utilização de serviços sociais essenciais modernos e de proteção através do reforço de capacidades e sistemas nacionais, da capacitação dos titulares de direitos mais vulneráveis, e da melhoria das políticas públicas e regulamentação.

transition to the blue and green economy that creates decent jobs for all as well as food security. Furthermore, it pays special attention to the opportunities of digital transformation and regional and global integration.

- **Strategic priority area 3: transformative governance and strengthened territorial cohesion**

This strategic priority area aims to contribute to Cabo Verde's objective of greater territorial cohesion, decentralization, consolidation of national sovereignty and democratic governance, and adequate access to justice. It encompasses supporting the country in meeting its human rights obligations, increased accountability and ability to partner for development, and specifically focuses on women and youth.

2.3. INTENDED DEVELOPMENT RESULTS

In the coming 5 years, Cabo Verde will not only have to recover from the triple crisis currently unfolding, but also create decent and resilient jobs, transform its economy, eradicate extreme poverty - the overarching goal of Cabo Verde's Government for 2026 -, strengthen its health, education and social protection systems, consolidate its Governance framework, strengthen the justice and security systems, and adapt to climate change, while reducing inequalities between islands and groups, within a human rights-based approach. The UN Development System will support the acceleration of Cabo Verde's national development priorities as outlined in the PEDS II, and progress towards the SDGs in an integrated manner through the following jointly agreed development results:

- **Outcome 1:** By 2027, more people, especially those living in the most vulnerable and marginalized situations and those living with disabilities, have equitable access to and use of high-quality, resilient, gender-responsive, and modern essential social services and protection. This outcome is a concrete commitment of the UN in Cabo Verde to improve access to quality basic and social services, within a Leave No One Behind approach, strengthening the education, health and social protection systems by building institutional and human capacities and piloting innovative service delivery programs and improving cross-sectoral and multilevel coordination and planning. It is in line with the national and global targets (#SDG1, #SDG3, #SDG4, #SDG5, #SDG6.1-6, 6b and #SDG11.1, 11.3, 11.5, 11.a, 11.b and (#SDG3, #SDG4, #SDG6.1-6, 6b and #SDG11.1, 11.3, 11.5, 11.a, 11.b). It will also contribute to inclusive growth (SDG 8), reduction of inequalities (#SDG10) and legal identity (#SDG16).

- **Outcome 2. 1:** By 2027, a more sustainable, inclusive, diversified and integrated economy generates decent jobs, food security and nutrition for the most vulnerable, especially women, youth and the extreme poor.

Through this outcome, the UN intends to accompany economic transformation (#SDG8.1-3, 8.5-9 and) by supporting better gender equality (#SDG5), territorial cohesion, transition to formality, innovation and small-scale industrialization (#SDG9.2, 9.3, 9.5, 9.b), with a focus on decent jobs in the blue, green and digital economies. Boosting further transformations are meant to achieve poverty eradication (#SDG1.1, 1.2, 1.4; #SDG10.3, 10.4, 10.7, 10.b; #SDG17.15), econom-

ic diversification, energetic transition (#SDG7.1-3) and digitalization (#SDG17). It will require equipping people with the right skills (#SDG4) and it will support inclusive and resilient food systems to improve food security and nutrition (#SDG2), including through addressing critical bottlenecks linked to the water-energy nexus and the limited economies of scale.

- **Outcome 2.2:** By 2027, key marine and land ecosystems and biodiversity are better protected, restored, and more sustainably managed and the resilience to shocks and climate change are improved and gender responsive.

This outcome represents the commitment of the UN system to support the country's adaptation to climate change (#SDG1.5; #SDG13.1-3, 13.b;) while taking gender into account (#SDG5), by supporting the enhancement of the legal, policy and institutional frameworks and the capacities for marine (#SDG14.2-5, 14.7, 14.a, 14.b), and land (#SDG15.1-5, 15.9) ecosystems protection and restoration, disaster risk reduction, sustainable management of natural resources (#SDG6, #SDG12) and cities (#SDG11), and access to climate financing (#SDG17).

- **Outcome 3:** By 2027, more people, especially women, youth and those in vulnerable groups, freely exercise their rights, participate in, and benefit from, inclusive, resilient, transparent, and accountable institutions and a more modernized, transformative and effective system of democratic governance that upholds the rule of law, at national and local levels.

- **Área estratégica prioritária 2: Transformação económica inclusiva, prosperidade e transição justa para um ambiente saudável**

Esta área estratégica prioritária visa contribuir para os objetivos de Cabo Verde de assegurar a recuperação económica, o crescimento sustentável, e promover a diversificação, abordando ao mesmo tempo a sustentabilidade ambiental, a ação climática, e a agenda de resiliência. Prioriza uma transição para a economia azul e verde que cria empregos decentes para todos, assim como a segurança alimentar. Além disso, presta especial atenção às oportunidades de transformação digital e integração regional e global.

- **Área estratégica prioritária 3: governação transformadora e coesão territorial reforçada**

Esta área estratégica prioritária visa contribuir para o objetivo de Cabo Verde de maior coesão territorial, descentralização, consolidação da soberania nacional e governação democrática, e acesso adequado à justiça. Abrange o apoio ao país no cumprimento das suas obrigações em matéria de direitos humanos, maior responsabilização e capacidade de parceria para o desenvolvimento, com um enfoque específico nas mulheres e na juventude.

2.3. RESULTADOS ESPERADOS DO DESENVOLVIMENTO

Nos próximos 5 anos, Cabo Verde não só terá de se recuperar da tripla crise que atualmente se desenrola, como também criar empregos decentes e resistentes, transformar a sua economia, erradicar a pobreza extrema - o objetivo global do Governo de Cabo Verde para 2026 -, reforçar os seus sistemas de saúde, educação e proteção social, consolidar o seu quadro de governação, reforçar os sistemas da justiça e segurança, e adaptar-se às alterações climáticas, reduzindo ao mesmo tempo as desigualdades entre ilhas e grupos, no âmbito de uma abordagem baseada nos direitos humanos. O Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas apoiará a aceleração das prioridades nacionais de desenvolvimento de Cabo Verde, tal como delinheadas no PEDS II, e avançar progressivamente em direção aos ODS de forma integrada, através dos seguintes resultados de desenvolvimento acordados conjuntamente:

- **Resultado 1:** Até 2027, mais pessoas, especialmente as que vivem em situações mais vulneráveis e marginalizadas e as que vivem com deficiências, terão acesso equitativo e uso de serviços sociais essenciais e de proteção de alta qualidade, resilientes, sensíveis ao género e modernos.

Este resultado é um compromisso específico da ONU em Cabo Verde para melhorar o acesso a serviços básicos e sociais de qualidade, dentro de uma abordagem de Não Deixar Ninguém Para Trás, reforçando os sistemas de educação, saúde e proteção social, através do desenvolvimento de capacidades institucionais e humanas e de programas piloto de prestação de serviços inovadores, melhorando a coordenação e o planeamen-

to intersectorial e multinível. Está alinhado com os objetivos nacionais e globais (#ODS1, #ODS3, # ODS4, # ODS5, #ODS6.1-6, 6b e #ODS11.1, 11.3, 11.5, 11.a, 11.b e (#ODS3, #ODS4, #ODS6.1-6, 6b e #ODS11.1, 11.3, 11.5, 11.a, 11.b). Contribuirá também para o crescimento inclusivo (ODS8), redução das desigualdades (ODS10) e identidade legal (#ODS16)..

- **Resultado 2.1:** Até 2027, uma economia mais sustentável, inclusiva, diversificada e integrada gerará empregos decentes, segurança alimentar e nutrição para os mais vulneráveis, especialmente mulheres, jovens e pessoas extremamente carenciadas.

Através deste resultado, o SNU pretende acompanhar a transformação económica (#ODS8.1-3, 8.5-9 e), apoiando uma maior igualdade de género (#SDG5), coesão territorial, transição para a formalidade, inovação e industrialização em pequena escala (#ODS9.2, 9.3, 9.5, 9.b), com enfoque em empregos decentes nas economias azul, verde e digital. A promoção de mais transformações destina-se a alcançar a erradicação da pobreza (#ODS1.1, 1.2, 1.4; #ODS10.3, 10.4, 10.7, 10.b; #ODS17.15), diversificação económica, transição energética (#ODS7.1-3) e digitalização (#ODS17). Exigirá equipar as pessoas com as competências certas (#SDG4) e irá apoiar sistemas alimentares inclusivos e resilientes para melhorar a segurança alimentar e a nutrição (#ODS2), incluindo através da resolução de estrangulamentos críticos ligados ao nexo água-energia e economias de escala limitadas.

- **Resultado 2.2:** Até 2027, os principais ecossistemas marinhos e terrestres e a biodiversidade serão melhor

This outcome aims at supporting the continuity, even in an adverse development landscape, of resilience building and greater cohesion (#SDG10), by consolidating one the country's main assets for sustainable development – well-functioning institutions, strong democracy (#SDG16.1-5, 16.6-10, 16.a). Using its convening power and the tools created at national and global levels by UN Agencies, Funds and Programmes, it will support the financing of these transformations (#SDG17.1, 17.14), including through the emergence of a strong national coalition underpinned by gender equality (#SDG5) and solid strategic partnerships, across sectors and including local authorities, civil society, the private sector and the academia (#SDG17.17), as well as international partners (#SDG17.3), south-south cooperation partners (#SDG17.6) and peer SIDS as a top priority.

In addition, the commitment to align with and contribute to national SDG priorities will be extended to the entire result framework (see Annex 1). Thus, it was agreed with the Government that the performance indicators to monitor progress against these outcomes would be indicators from the national SDG Indicators, or global SDG indicators for which national data is available and regularly updated.

2.4. COOPERATION FRAMEWORK OUTCOMES AND PARTNERSHIPS

2.4.1. STRATEGIC PRIORITY 1: STRENGTHENED HUMAN TALENT AND SOCIAL CAPITAL

Outcome 1 By 2027, more people, especially those living in the most vulnerable and marginalized situations and those living with disabilities, have equitable access to and use of high-quality, resilient, gender-responsive, and modern essential social services and protection.

Theory of Change

To achieve the stated Outcome at least three conditions must be fulfilled.

First, actors, including national institutions and civil society organizations, need strengthened systems and capacities, including timely data collection, monitoring and reporting, to deliver, innovate and partner for quality, resilient, digitalized, gender-responsive, and inclusive social and child protection and essential services to all of Cabo Verde.

Second, more people living in the most vulnerable and marginalized situations and those living with disabilities should have access to and are empowered through adequate education, proper health care and awareness, and tools to allow the exercise of their rights, leverage resilience to reach their potential and improve their well-being.

And third, policy and regulatory frameworks must better enable access to, utilization and modernization of inclusive, gender-responsive and resilient social and protection

services and transformative multi-sectoral approaches, including for informal settlements.

UN Contribution to the outcome

The UN Development System is committed to continuing to support the strengthening of national actors' capacities to deliver inclusive social protection and comprehensive packages of essential services, including high-quality, people-centered health based on primary health care strategies and child protection. To that end, it will support innovative data collection systems, data management and research on health, women and girls' access to services, legal identity, migrants, and drug control. In addition, it will further build on the lessons learned from the COVID-19 pandemic, supporting the tools, and implementing policies toward a resilient health system.

Recognizing that improving the population's access to basic services, such as health – including sexual and reproductive health, education, and social protection, requires lifting the barriers to equity throughout life, the UN will focus on the access and empowerment of the most vulnerable populations and key groups, such as the extreme poor, children, youth, women, migrants, people living with disabilities, people who use drugs, people living in informal settlements, and people in contact with the criminal justice system, including through cash transfers social protection programmes and the support to the implementation of the National Initiative on Education for Sustainable Development (ESD) for 2030 for Cabo Verde, and the National Housing Policy and Action Plan.

The UN will leverage its capacities and expertise in upstream

protegidos, restaurados e geridos de forma mais sustentável, a resistência aos choques e às alterações climáticas será melhorada e a resposta às questões de género será mais adequada.

Este resultado representa o compromisso do sistema do SNU de apoiar a adaptação do país às alterações climáticas (#ODS1.5; #ODS13.1-3, 13.b.) tendo em conta o género (#SDG5), apoiando o reforço dos quadros jurídicos, políticos e institucionais e as capacidades para proteção e restauração de ecossistemas marinhos (#ODS14. 2-5, 14.7, 14.a, 14.b), e terrestres (#ODS15.1-5, 15.9), redução do risco de desastres, gestão sustentável dos recursos naturais (#ODS6, #ODS12) e das cidades (#SDG11), e acesso ao financiamento climático (#SDG17).

- **Resultado 3:** Até 2027, mais pessoas, especialmente mulheres, jovens e grupos vulneráveis, exercerão livremente os seus direitos, participarão e beneficiarão de instituições inclusivas, resilientes, transparentes e responsáveis e de um sistema de governação democrática mais modernizado, transformador e eficaz que defende o Estado de Direito, a nível nacional e local.

Este resultado visa apoiar a continuidade, mesmo num cenário de desenvolvimento adverso, da construção de resiliência e uma maior coesão (#SDG10), consolidando um dos principais trunfos do país para o desenvolvimento sustentável - instituições que funcionam bem e uma democracia sólida (#ODS16.1-5, 16.6-10, 16.a). Utilizando o seu poder de assembleia e as ferramentas criadas a nível nacional e global pelas Agências, Fundos e Programas das Nações Unidas, irá apoiar o financiamento

destas transformações (#ODS17.1, 17.14), inclusive através da emergência de uma forte coligação nacional sustentada por igualdade de género (#SDG5) e sólidas parcerias estratégicas, entre sectores e incluindo as autoridades locais, a sociedade civil, o setor privado e as universidades (#ODS17.17), bem como parceiros internacionais (#ODS17.3), parceiros de cooperação Sul-Sul (#ODS17.6) e PEID homólogos como prioridade máxima.

Além disso, o compromisso de alinhamento com as prioridades nacionais dos ODS e de contribuição para as mesmas será alargado a todo o quadro de resultados (ver Anexo 1). Desta feita, foi acordado com o Governo que os indicadores de desempenho para acompanhar o progresso em relação a estes resultados seriam indicadores dos indicadores nacionais dos ODS, ou indicadores globais dos ODS para os quais os dados nacionais estejam disponíveis e regularmente atualizados.

2.4. RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO E PARCERIAS

2.4.1. PRIORIDADE ESTRATÉGICA 1: REFORÇO DO TALENTO HUMANO E DO CAPITAL SOCIAL

Resultado 1: Até 2027, mais pessoas, especialmente as que vivem em situações mais vulneráveis e marginalizadas e as que vivem com deficiências, terão acesso equitativo e utilização de serviços sociais essenciais e de proteção de alta qualidade, resilientes, sensíveis ao género e modernos.

Teoria da Mudança

Para alcançar o Resultado declarado, devem ser cumpridas pelo menos três condições.

Primeiro, os atores, incluindo instituições nacionais e organizações da sociedade civil, precisam de sistemas e capacidades reforçadas, incluindo a recolha atempada de dados, monitorização e relatórios, para fornecer, inovar e estabelecer parcerias de qualidade, resilientes, informatizadas, sensíveis ao género, e serviços essenciais de proteção infantil e social inclusivos para todos os cabo-verdianos.

Em segundo lugar, mais pessoas que vivem em situações mais vulneráveis e marginalizadas e as que vivem com deficiências deveriam ter acesso a, e ser capacitadas através de uma educação adequada, cuidados de saúde adequados e sensibilização, ferramentas que permitam o exercício dos seus direitos e alavancar a resiliência de forma a atingir o seu potencial e melhorar o seu bem-estar.

policy advice to contribute to improving the legal and regulatory framework. It will primarily focus on health financing strategies and reforms toward universal healthcare coverage, the establishment and implementation of the legal and structural instruments of the Child Protection System, decentralizing the National Housing Policy through Municipal Housing Plans, supporting Cabo Verde's commitments to Gender Equality and Women's Empowerment, increasing coverage and quality of HIV and drug prevention and treatment.

Partnerships

Pursuing a strengthened human talent and social capital requires engagement and commitment across all public institutions and sectors along with the civil society and the private sector, ensuring participation of and ownership by those living in the most vulnerable and marginalized situations. The UN system's contribution to the Outcome will therefore involve partnerships with a wide range of stakeholders, including relevant Ministries and other national institutions at the central and local level, local governments, academia, civil society, and community-based organizations, especially those representing the groups at risk of being left behind, development partners and the private sector. The UN will also explore additional international partnerships to leverage human development investments.

2.4.2. STRATEGIC PRIORITY 2: INCLUSIVE ECONOMIC TRANSFORMATION, PROSPERITY AND JUST TRANSITION TO A HEALTHY ENVIRONMENT

Outcome 2.1 By 2027, a more sustainable, inclusive, diversified and integrated economy generates decent jobs, food security and nutrition for the most vulnerable, especially women, youth and the extreme poor.

Theory of Change

To achieve the stated Outcome at least four conditions must be fulfilled.

First, transitioning to the blue and green economy through an enhanced national quality system, strengthened small and medium-sized enterprises, digitalization, and diversified, market and nature based, and energy-efficient solutions enables greater food and nutrition security, and the integration in fair value chains, including sustainable tourism, at national, regional and global level.

Second, people, especially women, youth, those living with disabilities, migrants and the extreme poor, ought to have greater access to nutritious foods at all times and skills adequate with the current and future labour market through greater access to adequate technical and vocational education and training (TVET), decent jobs and financial and non-financial services.

Third, duty-bearers must have strengthened capacities to monitor working conditions, protect workers' rights and

promote inclusion of vulnerable and marginalized people, especially youth, women, people living with disabilities and migrants.

And fourth, legal, policy and institutional frameworks enable better business environment climate action, resilient food systems, a greater diaspora contribution to the economy, the improvement of infrastructures and the accessibility and adoption of new technologies.

UN Contribution to the outcome:

Recognizing the potential of transitioning the blue and green economy for Cabo Verde, the UN Development System will support the country through programmes focusing on energy efficiency, financial innovation with digitalization of taxation and innovative value chain digital platforms, developing and implementing norms and standards in line with regional and global practices and capacity building of MSMEs and agro-businesses and agro-industries.

Harnessing the human capital of Cabo Verde represents a critical opportunity to enable the necessary transition of the country. The UN intends to back national efforts to leverage the demographic dividend, ensure that crisis affected populations benefit effective evidence-based programmes and policies to improve their food security and nutrition status, and to develop people's ability to contribute to and benefit from inclusive growth through skill development, including entrepreneurship, training and vocational education, industrial and digital skills. The UN will also work towards greater protection of workers through awareness-raising campaigns and cash transfers targeted at specific workers in the infor-

E, em terceiro lugar, os quadros de políticas e reguladores devem permitir melhor acesso, utilização e modernização de serviços sociais e de proteção inclusivos, sensíveis ao género e resilientes e abordagens multi-setoriais transformadoras, inclusivo às povoações informais.

Contribuição da ONU para o resultado

O Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas está empenhado em continuar a apoiar o reforço das capacidades dos atores nacionais para proporcionar proteção social inclusiva e pacotes abrangentes de serviços essenciais, incluindo saúde de alta qualidade, centrada nas pessoas e baseada em estratégias de cuidados de saúde primários e proteção infantil. Para o efeito, apoiará sistemas inovadores de recolha de dados, gestão de dados e investigação sobre a saúde, o acesso das mulheres e raparigas aos serviços, identidade legal, migrantes e controlo de drogas. Para além disso, irá desenvolver ainda mais as lições aprendidas com a pandemia COVID-19, apoiando ferramentas e a implementação de políticas que visam um sistema de saúde resiliente.

Reconhecendo que a melhoria do acesso da população aos serviços básicos, tais como a saúde - incluindo a saúde sexual e reprodutiva, educação e proteção social - requer a remoção das barreiras à equidade ao longo da vida, a ONU irá focar-se no acesso e empoderamento das populações mais vulneráveis e dos grupos chave, tais como os extremamente pobres, crianças, jovens, mulheres, migrantes, pessoas com deficiência, usuários de substâncias psicoativas, pessoas que vivem em assentamentos informais, e pessoas em contacto com o sistema de justiça penal, nomeadamente através de programas de proteção social por transferência de dinheiro e apoio à implementação da Iniciativa Nacional de Educação para o Desen-

volvimento Sustentável (ESD) 2030 para Cabo Verde, da Política Nacional de Habitação e do Plano de Ação.

As Nações Unidas irão alavancar as suas capacidades e competências na assessoria de políticas a montante para contribuir para a melhoria do quadro jurídico e regulamentar. Concentrar-se-ão principalmente nas estratégias de financiamento da saúde e nas reformas para uma cobertura universal dos cuidados de saúde, no estabelecimento e implementação dos instrumentos legais e estruturais do Sistema de Proteção da Criança, descentralizando a Política Nacional de Habitação através de Planos Municipais de Habitação, apoiando os compromissos de Cabo Verde com a Igualdade de Género e o Empoderamento da Mulher, aumentando a cobertura e a qualidade da prevenção e tratamento do VIH e das drogas.

Parcerias

A procura do reforço do talento humano e do capital social requer o envolvimento e o empenho de todas as instituições e sectores públicos, juntamente com a sociedade civil e o sector privado, assegurando a participação e a apropriação das pessoas que vivem nas situações mais vulneráveis e marginalizadas. A contribuição do sistema das Nações Unidas para o Resultado envolverá, portanto, parcerias com uma vasta gama de intervenientes, incluindo Ministérios relevantes e outras instituições nacionais a nível central e local, governos locais, universidades, sociedade civil e organizações de base comunitária, especialmente as que representam os grupos em risco de serem deixados para trás, parceiros de desenvolvimento e o sector privado. A ONU irá também explorar parcerias internacionais adicionais para alavancar investimentos no desenvolvimento humano.

2.4.2. PRIORIDADE ESTRATÉGICA 2: TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA INCLUSIVA, PROSPERIDADE E TRANSIÇÃO JUSTA PARA UM AMBIENTE SAUDÁVEL

Resultado 2.1 Até 2027, uma economia mais sustentável, inclusiva, diversificada e integrada criará empregos decentes, segurança alimentar e nutrição para os mais vulneráveis, especialmente para as mulheres, os jovens e pessoas extremamente pobres.

Teoria da Mudança

Para alcançar o resultado determinado, devem ser cumpridas pelo menos, quatro condições.

Primeiro, a transição para a economia azul e verde através de um sistema de qualidade nacional melhorado, o reforço de pequenas e médias empresas, digitalização, e soluções diversificadas, baseadas no mercado e na natureza, energeticamente eficientes, que permitem uma maior segurança alimentar e nutricional, e a integração em cadeia de valores justas, incluindo o turismo sustentável, a nível nacional, regional e global.

Em segundo lugar, as pessoas, especialmente as mulheres, os jovens, pessoas portadoras de deficiência, migrantes e os extremamente pobres, deveriam ter sempre maior acesso a alimentos nutritivos e qualificações adequadas ao mercado de trabalho atual e no futuro, através de maior acesso à educação e formação técnica e profissional adequada (TVET), empregos decentes e serviços financeiros e não-financeiros.

Em terceiro lugar, os titulares de direitos devem ter as suas capacidades reforçadas de forma a monitorizar as condições

mal economy or at groups that are difficult to reach. It will also engage with all relevant stakeholders to promote decent work.

Supporting the Government and its partners in creating an enabling environment for the economic transition of Cabo Verde through sustainable and profitable management of its natural capital, will be a priority for the UN. To that aim, it will support the development and implementation of critical policies that promote decent employment, innovation, integration in the African Continental Free Trade Area (AfCFTA), diaspora entrepreneurship and engagement, sustainable industrial parks, and cultural expressions. It will also make full use of its capacities in and out of the country to generate new evidence through research and provide technical assistance on climate resilient and ecosystem-based approaches to food production, trade-related issues, and digitalization, using networks and digital technologies to respond to and mitigate the consequences of shocks. In particular, it will provide food, technical assistance, capacity strengthening and policy support to manage and implement the national school feeding programme.

Agencies will partner to ensure that the country understands and reaps the benefits of the demographic dividend, namely through the installation of a Demographic Dividend Observatory, the update of the Demographic Dividend Country Profile, which will include a mapping of the investments needed to fully reap the benefits of the dividend before the window closes, and a support to data generation and analysis, matching census and geospatial data, to anticipate demographic trends and other related to sustainable development.

Partnerships

The UN will pursue a whole-of-government and whole-of-society approach, partnering with a wide range of organizations, including Government Ministries and agencies, the private sector, Chambers of Commerce and Tourism, financial institutions, workers' trade unions, civil society and community-based organizations, especially those representing women, youth and the extreme poor, along with bilateral and multilateral agencies, international financial institutions and other development partners. Regional Commissions and broader South-South and North-South partnerships will also be deepened.

Outcome 2.2: By 2027, key marine and land ecosystems and biodiversity are better protected, restored, and more sustainably managed and the resilience to shocks and climate change impacts are improved and gender responsive.

Theory of Change

To achieve the stated Outcome at least four conditions must be fulfilled.

First, more people must have greater knowledge and awareness of natural wealth, the risks of degradations, and are more resilient with adequate access to natural resources management services and infrastructures, including WASH.

Second, national institutions need strengthened capacities for the conservation, restoration, and valorization of ecosystems and biodiversity, with monitoring, information, protec-

tion and natural resources management systems, access to climate financing, and report on global commitments.

Third, legal and planning frameworks should be regulated and improved, better implemented with participatory approaches in the management of environmental & natural resources, including affordable clean energy, and the preparedness and response to shocks.

And fourth, more knowledge, innovative techniques and technologies would allow an integrated territorial planning, optimizing decisions about land and sea use, promoting ecosystems' healthy functioning and the sustainable increase of the services they provide, including productivity, mitigation and adaptation to climate change.

UN Contribution to the outcome:

National institutions require strengthened capacities for the conservation, and protection of ecosystems, biodiversity, and tangible and intangible heritage. The contribution of the UN in that area will aim at technical and institutional capacity building, including climate-smart and ecosystem-based approaches to food production, renewable and clean energies and sustainable industrialization.

The UN will also support the Government of Cabo Verde in establishing a planning and legal framework through effective participatory and consultative processes and elaborating relevant assessments and reports to comply with Cabo Verde's international commitments, especially in the framework of the Paris agreement, and improve access to climate finance.

de trabalho, proteger os direitos dos trabalhadores e promover a inclusão de pessoas vulneráveis e marginalizadas, especialmente jovens, mulheres, pessoas portadoras de deficiência e migrantes.

E, em quarto lugar, ter quadros jurídicos, políticos e institucionais que permitam melhores ações em matéria de clima empresarial, sistemas alimentares resilientes, uma maior contribuição da diáspora para a economia, melhoria das infra-estruturas, acessibilidade e adoção de novas tecnologias.

Contribuição da ONU para o resultado:

Reconhecendo o potencial de transição da economia azul e verde para Cabo Verde, o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas apoiará o país através de programas centrados na eficiência energética, inovação financeira com a digitalização da tributação e plataformas digitais inovadoras da cadeia de valores, desenvolvendo e implementando normas e padrões alinhados com as práticas regionais e globais e a capacitação das MPMEs, agro-negócios e agro-indústrias.

Capitalizar no capital humano de Cabo Verde representa uma oportunidade crítica que permitirá a necessária transição do país. O SNU pretende apoiar os esforços nacionais para alavancar o dividendo demográfico, assegurar que as populações afetadas pela crise beneficiam de programas e políticas eficazes baseadas em evidências para melhorar a sua segurança alimentar e o seu estado nutricional, e desenvolver a capacidade das pessoas para contribuir e beneficiarem do crescimento inclusivo através do desenvolvimento de competências, incluindo o empreendedorismo, a formação e a educação profissional, as competências industriais e digitais. A ONU trabalhará também no sentido de proporcionar uma maior proteção dos

trabalhadores através de campanhas de sensibilização e transferências monetárias direcionadas a trabalhadores específicos da economia informal ou a grupos difíceis de alcançar. O SNU colaborará também com todos os atores relevantes a fim de promover o trabalho digno.

Apoiar o Governo e os seus parceiros na criação de um ambiente propício à transição económica de Cabo Verde através de uma gestão sustentável e rentável do seu capital natural, será uma prioridade. Para tal, o SNU apoiará o desenvolvimento e a implementação de políticas críticas que promovam o emprego digno, a inovação, a integração na Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), o empreendedorismo e o envolvimento da diáspora, parques industriais sustentáveis, e expressões culturais. Fará também pleno uso das suas capacidades dentro e fora do país para gerar novas descobertas através da investigação e fornecimento de assistência técnica sobre abordagens resilientes ao clima e baseadas no ecossistema para a produção de alimentos, questões relacionadas com o comércio, e digitalização, utilizando redes e tecnologias digitais para responder e mitigar as consequências dos choques. Em particular, fornecerá alimentos, assistência técnica, reforço da capacidade e apoio político para gerir e implementar o programa nacional de alimentação escolar.

As agências estabelecerão parcerias para assegurar que o país compreenda e colha benefícios do dividendo demográfico, nomeadamente através da instalação de um Observatório Demográfico de Dividendos, a atualização do Perfil Demográfico de Dividendos do País, que incluirá um mapeamento dos investimentos necessários para colher plenamente os benefícios do dividendo antes que a oportunidade desapareça, e um apoio à produção e análise de dados, cruzando os dados de recenseamento e geo-espaciais, para antecipar as tendências demográficas

cas e outros relacionados com o desenvolvimento sustentável.

Parcerias

A ONU seguirá uma abordagem de todo o governo e de toda a sociedade em parceria com uma vasta gama de organizações, incluindo ministérios e agências governamentais, o sector privado, câmaras de comércio e turismo, instituições financeiras, sindicatos de trabalhadores, sociedade civil e organizações de base comunitária, especialmente as que representam as mulheres, os jovens e pessoas extremamente pobres, juntamente com agências bilaterais e multilaterais, instituições financeiras internacionais e outros parceiros de desenvolvimento. Parceria com Comissões Regionais e de cooperação sul sul e norte sul serão também aprofundadas.

Resultado 2.2: Até 2027, os principais ecossistemas marinhos e terrestres e a biodiversidade serão melhor protegidos, restaurados e geridos de forma mais sustentável, e a resistência aos choques e impactos das alterações climáticas será melhorada incluindo de forma mais sensível ao género.

Teoria da Mudança

Para alcançar o resultado declarado, devem ser cumpridas pelo menos, quatro condições.

Primeiro, mais pessoas precisam ter maior conhecimento e consciência da riqueza natural, dos riscos de degradação, tornando-se mais resilientes com o acesso adequado aos serviços e infra-estruturas de gestão dos recursos naturais, incluindo o WASH.

Integrated and gender sensitive understanding and awareness are a prerequisite to people's increased resilience and improved access to natural resources and a circular economy approach, including cleaner production processes and the reduction of waste, biological and hydrological processes for a socially acceptable, cost-effective, and systemic approaches to the sustainable management in Cabo Verde.

To promote integrated territorial planning and healthy ecosystems, the UN in Cabo Verde is engaged in prioritizing technical and technological components of adapting to climate change and mitigating its effects, promoting innovation and digital technologies to contribute to sustainability and conservation. It will also support implementing the National Territorial Planning and Urbanism Policy.

Partnerships

The UN will continue to build partnerships with and engage a wide range of partners, including relevant Ministries and other national institutions at the central and local level, local governments, civil society and community-based organizations, academia, development partners, especially global climate mechanisms and international financial institutions, and the private sector. The UN will also explore additional international partnerships to leverage climate finance investments reaping on the SIDS global and regional platforms and mechanisms opportunities.

2.4.3. STRATEGIC PRIORITY 3: TRANSFORMATIVE GOVERNANCE AND STRENGTHENED TERRITORIAL COHESION

Outcome 3: By 2027, more people, especially women, youth, and those in vulnerable groups, freely exercise their rights, participate in, and benefit from, inclusive, resilient, transparent, and accountable institutions and a more modernized, transformative and effective system of democratic governance that upholds the rule of law, at national and local levels.

Theory of Change

To achieve the stated Outcome at least four conditions must be fulfilled.

First, more people, particularly women and youth and the most vulnerable must be empowered to exercise their rights and actively participate in democratic processes at all levels, either individually or through stronger and more effective civil society organizations, and thus contribute to enhancing social and territorial cohesion.

Second, State institutions need enhanced capacity for coherent, evidence-based, and innovative policy design and implementation at all levels, in compliance with international conventions and treaties, that address structural barriers, reduce territorial and social disparities and advance gender equality and human rights, and are committed to greater transparency and accountability.

Third, public and private institutions are able to more effectively coordinate to increase the mobilization of internal and

external financial and technical resources and develop partnerships that contribute to sustainable development and territorial cohesion.

And fourth, the justice and security system are strengthened, oriented toward an equitable and cooperative society, respond more effectively to improve access, prevent violence, illicit trafficking and crimes, especially those against women, and children, to improve the security environment and reduce impunity.

UN Contribution to the outcome

People's empowerment to exercise their human rights will remain a critical area of focus for the UN contribution to sustainable development in Cabo Verde to support the country in meeting its commitments vis a vis normative instruments with a strong emphasis on women, youth, people living with disabilities, and migrants in vulnerable situations. In particular, the UNDS will support alignment with international standards and the capacity development of local development platforms and grassroots, women-led, youth-led CSOs and NGOs to exercise their rights and actively participate in democratic life.

The UN is also committed to supporting national institutions in building enhanced capacities to address structural barriers, reduce inequalities and enable greater decentralization, transparency, and accountability, also by leveraging digital transformation. This commitment will be operationalized by, among others, the support for the implementation of human rights obligations including stemming from the Universal Periodic Review, the CEDAW, the International Labour Standards, the United Nations Convention against Corruption, the

Segundo, as instituições nacionais precisam reforçar as suas capacidades para preservar, restaurar e valorizar os ecossistemas e a biodiversidade, com sistemas de monitorização, informação, proteção e gestão dos recursos naturais, acesso ao financiamento climático, e reportar os compromissos globais.

Terceiro, as estruturas legais e de planeamento devem ser reguladas e melhoradas, melhor implementadas com abordagens participativas na gestão do ambiente e dos recursos naturais, incluindo energia limpa a preços acessíveis, prontidão e resposta a choques.

E, em quarto lugar, mais conhecimentos, técnicas e tecnologias inovadoras permitiriam um planeamento territorial integrado, otimizando decisões sobre a utilização da terra e do mar, promovendo o funcionamento saudável dos ecossistemas e o aumento sustentável dos serviços que estes prestam, incluindo a produtividade, mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Contribuição da ONU para o resultado:

As instituições nacionais exigem capacidades reforçadas para a preservação, e proteção dos ecossistemas, biodiversidade, e património material e imaterial. A contribuição da ONU nessa área visará o reforço de capacidades técnicas e institucionais, incluindo abordagens inteligentes e baseadas nos ecossistemas para a produção de alimentos, energias renováveis e limpas e industrialização sustentável.

O SNU também apoiará o Governo de Cabo Verde no estabelecimento de um quadro jurídico e de planeamento através de processos participativos e consultivos eficazes e na elaboração de avaliações e relatórios relevantes para cumprir os seus com-

promissos internacionais, especialmente no quadro do Acordo de Paris, e melhorar o acesso ao financiamento climático.

A compreensão e sensibilização integradas e sensíveis ao género são um pré-requisito para uma maior resiliência das pessoas e um melhor acesso aos recursos naturais e uma abordagem de economia circular, incluindo processos de produção mais limpos e a redução de resíduos, processos biológicos e hidrológicos para uma abordagem socialmente aceitável, rentável e sistémica para uma gestão sustentável em Cabo Verde.

De forma a promover um planeamento territorial integrado e ecossistemas saudáveis, a ONU em Cabo Verde comprometeu-se em priorizar as componentes técnicas e tecnológicas de adaptação às alterações climáticas e de mitigação dos seus efeitos, promovendo a inovação e as tecnologias digitais a fim de contribuir para a sustentabilidade e a preservação. Apoiará igualmente a implementação da Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo.

Parcerias

A ONU continuará a construir parcerias e a envolver uma vasta gama de parceiros, incluindo Ministérios relevantes e outras instituições nacionais a nível central e local, governos locais, sociedade civil e organizações de base comunitária, universidades, parceiros de desenvolvimento, especialmente os mecanismos climáticos globais e instituições financeiras internacionais, e o sector privado. A ONU irá também explorar parcerias internacionais adicionais para alavancar os investimentos de financiamento climático aproveitando também mecanismos e plataformas globais e regionais para os SIDS.

2.4.3. PRIORIDADE ESTRATÉGICA 3: GOVERNAÇÃO TRANSFORMADORA E COESÃO TERRITORIAL REFORÇADA

Resultado 3: Até 2027, mais pessoas, especialmente as mulheres, os jovens e as pessoas de grupos vulneráveis, exercerão livremente os seus direitos, participarão e beneficiarão de instituições inclusivas, resilientes, transparentes e responsáveis e de um sistema de governação democrática mais modernizado, transformador e eficaz que defenda o Estado de direito, a nível nacional e local.

Teoria da Mudança

Para alcançar o resultado declarado, devem ser cumpridas pelo menos quatro condições.

Primeiro, mais pessoas, particularmente mulheres e jovens e os mais vulneráveis, devem ser capacitados para exercer os seus direitos e participar ativamente nos processos democráticos a todos os níveis, quer individualmente, quer através de organizações da sociedade civil mais fortes e eficazes, e assim contribuir para reforçar a coesão social e territorial.

Em segundo lugar, as instituições do Estado necessitam de uma maior capacidade de elaboração e implementação de políticas coerentes, baseadas em evidências e inovadoras a todos os níveis, em conformidade com as convenções e tratados internacionais, que abordam as barreiras estruturais, reduzem as disparidades territoriais e sociais e promovem a igualdade de género e os direitos humanos, comprometidas com uma maior transparência e responsabilidade.

National Territorial Cohesion Policy, and the Decentralization Strategy at the municipal level, providing advice at the regional, sub-regional or national.

To address the need for modern and innovative instruments for financing for development, the UN will support the alignment and the mobilization of resources, as well as initiatives to strengthen transparency and accountability in the management of public financial resources on the basis of gender equality and respect for human rights. One of its tools will be implementing the INFF, complementing initiatives to strengthen public-private partnerships and promote local economic development. Agencies will also contribute to further strengthening national statistical, monitoring and evaluation systems targeting the achievement of the SDGs.

In the area of access to justice, the UN will maintain its commitment to strengthening technical and institutional capacities to guarantee access to justice for all and fighting impunity for a peaceful society. That support includes working towards a more functional legal framework, the institutionalization of the alternative conflict resolution mechanism, structuring of the legal aid for the poor and children. The UN will contribute to achieving security and justice for all and promoting peace and sustainable well-being by assisting the country in fighting human trafficking and supporting measures for victims of trafficking and sexual and gender-based violence, fighting against drug and cultural property trafficking, and all forms of organized crime.

Partnerships

In order to contribute to strengthened territorial cohesion and transformative governance, the UN needs to build a multi-stakeholder partnership with a broad and diverse range of partners, including the full spectrum of Government ministries, agencies, and justice sector stakeholders, National Assembly, local governments and local development actors, civil society and community-based organizations, especially those representing women, youth, and people in vulnerable groups, academia, media, the private sector and development partners. In addition; deepening the partnership with all municipalities in the country and exploring more twinning arrangements will be critical for territorial cohesion.

2.5. SYNERGIES BETWEEN COOPERATION FRAMEWORK OUTCOMES

Given the structural vulnerabilities of Cabo Verde as a SIDS and the context of multiple, overlapping crises that will last for the years to come, the whole Cooperation Framework is built around the overarching objective of building better preparedness and resilience: against socioeconomic shocks by diversifying the economy and innovative financing, promoting digitalization and strengthening social protection, education and health systems against environmental hazards, by adapting to climate change; and mitigating vulnerability at households' level, by eradicating extreme poverty, ensuring inclusive growth, and extending access to social services.

The three strategic priorities and four outcomes are interdependent and consider the interconnections among the social, economic, environmental dimensions of sustainable

development, and the multi-dimensional nature of challenges and opportunities towards the achievement of the SDGs in Cabo Verde within a small island development context. Progress towards achieving one outcome will both contribute to and require progress in other outcomes. Investing in increased access to quality basic social services and protection (outcome 1), in a more sustainable and diversified economy (outcome 2.1) will strengthen the resilience of the population to the shocks and crisis and ensure that no one is left behind and lives in extreme poverty. In this regard, the protection of Cabo Verde's key marine and land ecosystems and biodiversity (outcome 2.2) will reduce the country's vulnerability to climatic hazards that disproportionately affect the most vulnerable and enhance the sustainability of livelihoods and foods systems. Human Rights, the Rule of Law, and good governance (outcome 3) are essential for fully realizing human potential, particularly for women, youth, and the most vulnerable and maintain the country solid international credibility also essential to promote FDI, ODA and partnerships. It also encompasses the support of the UN to stakeholders on human rights normative expertise and guidance for the monitoring, reporting, implementation and follow-up of recommendations and standards from UN and African human rights mechanisms.

Historically, in Cabo Verde, harnessing the potential for growth has been possible through the country's outstanding governance and democratic culture and constant investment in human capital development: social protection, health, and education. Moving forward, the synergies will be even more important to ensure that skilled and healthy workers can both drive and benefit from economic transformation, ensuring nobody is left behind to ensure resilience for all ; and to improve access to rights and justice for all, as well

Em terceiro lugar, instituições públicas e privadas capazes de coordenar com maior eficácia para aumentar a mobilização de recursos financeiros e técnicos internos e externos e desenvolver parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial.

E, em quarto lugar, os sistemas de justiça e de segurança são reforçados, orientados para uma sociedade equitativa e cooperativa, responder mais eficazmente para melhorar o acesso, prevenir a violência, o tráfico ilícito e os crimes, especialmente os contra as mulheres e as crianças, para melhorar o ambiente de segurança e reduzir a impunidade.

Contribuição da ONU para o resultado

O empoderamento das pessoas para exercerem os seus direitos humanos continuará a ser uma área crítica da contribuição da ONU para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, apoiar o país no cumprimento dos seus compromissos vis-à-vis um instrumento normativo com forte ênfase nas mulheres, jovens, pessoas com deficiência e migrantes em situações vulneráveis. Em particular, o SNU apoiará o alinhamento com as normas internacionais e o desenvolvimento de capacidades das plataformas de desenvolvimento local e das OSC de base, lideradas por mulheres, jovens e as ONGs para exercerem os seus direitos e participarem ativamente na vida democrática.

A ONU está igualmente comprometida a apoiar as instituições nacionais no reforço das suas capacidades para enfrentar barreiras estruturais, reduzir as desigualdades e permitir uma maior descentralização, transparência e responsabilização, também através da alavancagem da transformação digital. Este compromisso será operacionalizado, entre outros, através do apoio à implementação das obrigações em matéria de direitos

humanos, incluindo as decorrentes da Revisão Periódica Universal, da CEDAW, das Normas Internacionais do Trabalho, da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, da Política de Coesão Territorial Nacional, e da Estratégia de Descentralização a nível municipal, prestando assessoria a nível regional, sub-regional ou nacional.

A fim de responder à necessidade de instrumentos modernos e inovadores de financiamento para o desenvolvimento, a ONU apoiará o alinhamento e a mobilização de recursos, bem como iniciativas para reforçar a transparência e a responsabilização na gestão dos recursos financeiros públicos com base na igualdade de género e no respeito pelos direitos humanos. Uma das suas ferramentas será a implementação do INFF, complementando iniciativas para reforçar parcerias público-privadas e a promoção do desenvolvimento económico local. As agências contribuirão também para reforçar ainda mais os sistemas nacionais de estatística, a monitorização e avaliação visando a realização dos ODS.

Na área do acesso à justiça, a ONU manterá o seu compromisso de reforçar as capacidades técnicas e institucionais para garantir o acesso à justiça para todos e combater a impunidade para uma sociedade pacífica. Esse apoio inclui trabalhar para um quadro jurídico mais funcional, a institucionalização do mecanismo alternativo de resolução de conflitos, a estruturação da assistência jurídica para os pobres e crianças. A ONU contribuirá para alcançar a saúde, a segurança e a justiça para todos, promovendo a paz e o bem-estar sustentável, apoiando o país no combate ao tráfico de pessoas e nas medidas de apoio às vítimas do tráfico e da violência sexual baseadas no género, a lutar contra o tráfico de drogas e de bens culturais, e todas as formas de crime organizado.

Parcerías

A fim de contribuir para alcançar e ter uma coesão territorial reforçada e uma governação transformadora, a ONU precisa de construir uma parceria multi-setorial com uma vasta e diversificada gama de parceiros, incluindo todo o espectro de ministérios governamentais, agências e entidades do sector da justiça, Assembleia Nacional, governos locais e agentes de desenvolvimento local, sociedade civil e organizações de base comunitária, especialmente as que representam mulheres, jovens e pessoas de grupos vulneráveis, universidades, meios de comunicação social, sector privado e parceiros de desenvolvimento. O aprofundar da parceria com todas as municipalidades e busca de sinergias com governos locais bilaterais será fundamental para a coesão territorial.

2.5. SINERGIAS ENTRE OS RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO

Dadas as vulnerabilidades estruturais de Cabo Verde enquanto PEID e o contexto de crises múltiplas e sobrepostas que se irão prolongar pelos próximos anos, todo o Quadro de Cooperação é construído em torno do objetivo global de construir uma melhor prontidão e resiliência: contra choques socio-económico através da diversificação da economia e do financiamento inovador, promovendo a digitalização e reforçando a proteção social, a educação e os sistemas de saúde contra riscos ambientais, através da adaptação às alterações climáticas; e mitigando as vulnerabilidades a nível dos agregados familiares, através da erradicação da pobreza extrema, assegurando um crescimento inclusivo, e alargando o acesso aos serviços sociais.

As três prioridades estratégicas e os quatro resultados são inter-

as multilevel governance and policy coherence to unleash the potential of the most vulnerable groups and islands, and allow them to fully participate in the sustainable development process, while easing the burden on State's finances to support the most vulnerable in crises times.

2.6. SUSTAINABILITY

The sustainability of UN action relies first on its alignment with Agenda 2030 and national analysis, priorities, and strategies, and articulation with a long-term, transformative vision, expressed in the Ambition 2030, PEDS II and the strategic foresight exercise co-led by the government and UNCT.

A fourfold effort aims at institutional sustainability of development efforts and is embedded throughout the results of the UNCF: 1) direct support to governance structure as foreseen under outcome 3; 2) overall support to policy coherence within and across outcomes; 3) ensure that flagship programmes focus on the CSU (Cadastro Social Unico) beneficiaries to sustainably lift people out of poverty with a coherent programmatic framework under outcome 1 and 4) support for strategic, transformative partnerships at national and global levels, including and access to financing under outcome 3.

The focus on building human capital under outcome 1 intends to enable social sustainability, which is also mainstreamed in the three other outcomes (cf. decent jobs in outcome 2.1 and human rights, participation, and justice in outcome 3), within an LNOB focus and a lifecycle, gender-responsive, multidimensional approach, consistent with the multidimensional approach of poverty reduction of the Government. The sustainability vis-à-vis economic shocks

is ensured by a strong focus on economic diversification and transformation to boost resilience and catalytic development solutions to be brought up to scale by public policies and investments, with the support of other partners. The focus on adaptation to climate change of outcome 2.2, through strengthening national systems, awareness and capacities for climate action and ecosystems, and support to smart agriculture- under outcome 2.1 contribute directly to environmental sustainability.

Finally, the financial sustainability of the UNCF is reinforced by the strong partnerships developed together with the national Government, especially with IFIs and international partners, to improve coherence and efficiency towards national priorities aligned to the Agenda 2030. This strong coordination allows for enhanced complementarity with Governmental action and budgets, and between technical and financial supports amongst partners. With a view to creating the enabling framework and financing solutions for key transformations in Cabo Verde's sustainable finance landscape, bridging financing gaps that slow down the implementation of SDGs, national plans and local strategies, the Government is currently rolling out the Integrated National Financing Framework (INFF) with the support of the UN. Besides, the ONE UN pooled fund can serve as an investment tool for all partners that are striving to support the country achieving SDG related common goals. It is therefore contributing to reinforce public finance management, policy coherence, and is now also aiming at improving access to climate and concessional finance.

2.7. UN COMPARATIVE ADVANTAGES AND UNCT CONFIGURATION

The comparative advantages of the United Nations System in Cabo Verde are a foundational element of the Cooperation Framework formulation. These advantages have been identified based on information gathered through internal and external consultations with partners, as well as the final evaluation of the 2018-2022 UNDAF. The main comparative advantages identified are:

- the consistency and reliability of the UN system support;
- its capacity for partnership and resource mobilization;
- its function as a Knowledge Center;
- the integration of gender, human rights, and the Leave No One Behind (LNOB) principle in all its interventions.

Under the leadership of the Resident Coordinator, the UNCT in Cabo Verde carried out an assessment to map out currently available and additional capacities and resources required to deliver on the outcomes of the UNCF. UN entities committed to contributing to the implementation of the UNCF through the full range of possible implementation modalities and type of presence. This configuration exercise resulted in a broader range of UN capacities and expertise through the inclusion of UN entities not previously engaged in supporting Cabo Verde through the UN.

Noting that the UNCT configuration is meant to be dynamic and revised throughout the cycle of the UNCF to ensure the most effective and efficient support for the evolving country

dependentes e consideram as interligações entre as dimensões social, económica, ambiental de desenvolvimento sustentável, e a natureza multidimensional dos desafios e oportunidades para a realização dos ODS em Cabo Verde dentro de um contexto de desenvolvimento de uma pequena ilha. O progresso no sentido da realização de um dos resultados contribuirá e exigirá progressos noutros resultados. O investimento num maior acesso a serviços sociais básicos e de proteção de qualidade (resultado 1), numa economia mais sustentável e diversificada (resultado 2.1) reforçará a resiliência da população aos choques e à crise e assegurará que ninguém seja deixado para trás e viva em extrema pobreza. A este respeito, a proteção dos principais ecossistemas marinhos e terrestres de Cabo Verde e da biodiversidade (resultado 2.2) reduzirá a vulnerabilidade do país aos riscos climáticos que afetam desproporcionadamente os mais vulneráveis e reforçará a sustentabilidade dos meios de subsistência e dos sistemas alimentares. Os Direitos Humanos, o Estado de Direito e a boa Governança (resultado 3) são essenciais para a plena realização do potencial humano, particularmente para as mulheres, os jovens e os mais vulneráveis, e para manter a sólida credibilidade internacional do país, também essencial para promover o IDE, a ODA e as parcerias. Também abrange o apoio da ONU às partes interessadas sobre conhecimentos normativos em matéria de direitos humanos e orientação para a monitorização, elaboração de relatórios, implementação e acompanhamento das recomendações e normas dos mecanismos da ONU e dos direitos humanos Africanos.

Historicamente, em Cabo Verde, o aproveitamento do potencial de crescimento tem sido possível através da excelente governação e cultura democrática do país e do constante investimento no desenvolvimento do capital humano: proteção social, saúde e educação. Seguindo em frente, as sinergias serão ainda mais importantes para assegurar que trabalhadores qualifica-

dos e saudáveis possam simultaneamente impulsionar e beneficiar da transformação económica, assegurando que ninguém fique para trás para garantir uma resiliência para todos; e para melhorar o acesso aos direitos e justiça para todos, bem como a governação a vários níveis e a coerência política para libertar o potencial dos grupos e ilhas mais vulneráveis, e permitir-lhes participar plenamente no processo de desenvolvimento sustentável, aliviando ao mesmo tempo o fardo sobre as finanças do Estado a fim de apoiar os mais vulneráveis em tempos de crise.

2.6. SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade da ação do SNU baseia-se, em primeiro lugar, no seu alinhamento com a Agenda 2030, na análise, nas prioridades e estratégias nacionais, e na articulação com uma visão transformadora a longo prazo, expressa na Ambição 2030, no PEDS II e no exercício de previsão estratégica co-liderado pelo governo e pela Equipa Pais das NU.

Um esforço quádruplo visa a sustentabilidade institucional e está integrado em todos os resultados da UNCF: 1) apoio direto à estrutura de governação como previsto no resultado 3; 2) apoio global à coerência política dentro e entre resultados; 3) assegurar que os programas emblemáticos se concentrem nos beneficiários da CSU (Cadastro Social Único) para remover as pessoas da pobreza de forma sustentável com um quadro programático coerente no âmbito do resultado 1 e 4) apoio a parcerias estratégicas e transformadoras a nível nacional e global, incluindo o acesso ao financiamento no âmbito do resultado 3.

O enfoque na construção de capital humano no resultado 1 pretende permitir a sustentabilidade social, que também é integrada nos outros três resultados (cf. empregos decentes

no resultado 2.1 e direitos humanos, participação e justiça no resultado 3), dentro de um enfoque LNOB (ver secção LNOB acima), e uma abordagem de ciclo de vida, sensível ao género e, multidimensional, consistente com a abordagem multidimensional de redução da pobreza do Governo. A sustentabilidade face aos choques económicos é assegurada por uma forte ênfase na diversificação e transformação económica para impulsionar a resiliência e as soluções de desenvolvimento catalítico, a serem levadas à escala pelas políticas e investimentos públicos, com o apoio de outros parceiros. O enfoque na adaptação às alterações climáticas do resultado 2.2, através do reforço dos sistemas nacionais, sensibilização e capacidades para a ação climática e ecossistemas, e o apoio à agricultura inteligente - no âmbito do resultado 2.1 contribuir diretamente para a sustentabilidade ambiental.

Por último, a sustentabilidade financeira do UNCF é reforçada pelas fortes parcerias desenvolvidas em conjunto com o Governo, especialmente com os IFIs e parceiros internacionais, para melhorar a coerência e a eficiência em relação às prioridades nacionais alinhadas com a Agenda 2030. Esta forte coordenação permite uma maior complementaridade com as ações e os orçamentos governamentais, e entre os apoios técnicos e financeiros entre os parceiros. Com vista a criar o quadro facilitador e soluções de financiamento para as principais transformações no panorama financeiro sustentável de Cabo Verde, reduzindo as lacunas de financiamento que atrasam a implementação das ODS, planos nacionais e estratégias locais, o Governo está atualmente a implementar o Quadro Integrado de Financiamento Nacional (INFF) com o apoio da ONU. Além disso, o fundo comum ONE UN pode servir como um instrumento de investimento para todos os parceiros que se esforçam para apoiar o país a alcançar os objetivos comuns relacionados com os ODS. Está, portanto, a contribuir para reforçar a gestão

context, the UN entities that have committed to supporting the UNCF 2023-2027 at the time of its signature are:

- **FAO**
- **ILO**
- **IOM**
- **ITU**
- **OHCHR**
- **UN WOMEN**
- **UN-Habitat**
- **UNCTAD**
- **UNDP**
- **UNECA**
- **UNEP**
- **UNESCO**
- **UNFPA**
- **UNICEF**
- **UNIDO**
- **UNODC**
- **WFP**
- **WHO**
- **WIPO**

das finanças públicas, a coerência das políticas, e tem agora também como objetivo melhorar o acesso ao financiamento climático e concessional.

2.7. VANTAGENS COMPARATIVAS DA ONU E CONFIGURAÇÃO DA UNCT

As vantagens comparativas do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde são um elemento fundamental da formulação do Quadro de Cooperação. Estas vantagens foram identificadas com base na informação recolhida através de consultas internas e externas com parceiros, bem como na avaliação final do UNDAF 2018-2022. As principais vantagens comparativas identificadas são:

- A consistência e fiabilidade do apoio do sistema da ONU;
- a sua capacidade de parceria e de mobilização de recursos;
- a sua função como um Centro de Conhecimento;

a integração do género, dos direitos humanos, e do princípio de Não Deixar Ninguém para Trás (LNOB) em todas as suas intervenções.

Sob a liderança da Coordenadora Residente, a Equipa de País em Cabo Verde levou a cabo uma avaliação para mapear as capacidades e recursos adicionais actualmente disponíveis e necessários para produzir os resultados do UNCF. As entidades das Nações Unidas comprometeram-se a contribuir para a

implementação do UNCF através de toda a gama de possíveis

modalidades de implementação e tipo de presença. Este exercício de configuração resultou numa gama mais vasta de capacidades e conhecimentos especializados da ONU através da inclusão de entidades da ONU que não estavam a apoiar Cabo Verde através do SNU.

Observando que a configuração da UNCT pretende ser dinâmica e revista ao longo de todo o ciclo da UNCF para assegurar o apoio mais eficaz e eficiente para o contexto do país em evolução, as entidades da ONU que se comprometeram a apoiar a UNCF 2023-2027 no momento da sua assinatura são:

- | | |
|-----------------------|-----------------|
| • FAO | • UIT |
| • OHCHR | • UNCTAD |
| • OIM | • UNECA |
| • OIT | • UNESCO |
| • OMPI | • UNFPA |
| • OMS | • UNICEF |
| • ONU-Habitat | • UNIDO |
| • ONU-MULHERES | • UNODC |
| • PAM | |
| • PNUA | |
| • PNUD | |

COOPERATION FRAMEWORK IMPLEMENTATION PLAN

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO
QUADRO DE COOPERAÇÃO

A vertical image on the right side of the page. It features a dark silhouette of a palm tree against a warm, orange-hued sunset sky. A large, white, bold number '3' is superimposed over the lower half of the image. In the background, a street lamp and a utility pole are also visible in silhouette.

3



3.1. IMPLEMENTATION STRATEGY AND STRATEGIC PARTNERSHIPS

The different planning processes initiated by the Government and the response and recovery to the COVID-19 pandemic have reinvigorated the need for development coordination, including of international stakeholders, and the convening role that the UN can play in that regard. Platforms and partnerships have the potential to serve as the basis of the implementation strategy. In particular, the national LNOB partnership, established in 2021, aims to harmonize visions and priorities and jointly reinforce the implementation of public policies to ensure the well-being, improvement of living conditions, access to basic services, and economic opportunities for the most vulnerable. It represents a permanent space of discussion, within a Human Rights based approach, for all the governmental and non-governmental institutions working on political and socioeconomic inclusion in Cabo Verde. The UN also intends to fully leverage the opportunities of collaboration with International Financial Institutions, including and the African Development Bank, contributing to a collective strategic vision for economic growth as well as responses to international shocks. In particular, the UN and the World Bank in Cabo Verde are committed to identifying and implementing joint and complementary approaches to support the country in achieving the results of the Cooperation Framework

The UNCF is aligned with Agenda 2063 of the African Union, the SAMOA Pathways (2014-2024) for Small Island Developing States. At the international level, together with the Ministries of Foreign Affairs and Finance, the UNCT strongly supported a renewed leadership of Cabo Verde in the SIDS agenda at regional and global levels. This will lead to trans-

formative partnerships with other SIDS, and enhanced visibility through reinforced advocacy, which may improve access to technologies and finance, especially climate finance. For the latter, the Multidimensional Vulnerability Index, finalized by the end of 2022, is a critical instrument. For the former, Cabo Verde is co-leading with Seychelles a strategic dialogue amongst the 9 SIDS in the AIS (Atlantic, Indian Ocean, and the South China Sea) region on recovery and sustainable development solutions, including financing solutions. Several critical milestones were already reached, such as a high-level meeting between the Ministers of Finance and Foreign Affairs of 8 of the 9 SIDS AIS, or the joint organization of a successful side-event during the UN Ocean Conference. Other, more sectoral initiatives will converge to make this space an enabler for cooperation and boost achievements in the CF outcomes, such as the Agreement signed between the African SIDS on the joint procurement of vaccines and medicines, which may lead to the joint development of health/well-being products, and beyond, digital and blue economy solutions. Further south-south and north-south cooperation strategic partnership will be pursued in different domains across the three strategic priority areas, including modernized and accountable governance, climate and food security, justice and security, to name a few be it bilaterally amongst states as with the private sector and public and private institutions.

The programme will be nationally executed under the overall co-ordination of the Ministry of Foreign Affairs and Cooperation. Government coordinating authorities for specific UN system agency programmes are noted in Annex 2. Government Ministries, NGOs, INGOs and UN system agencies will implement programme activities. The Cooperation Framework will be made operational through the development of

joint work plans (see section 3.2), agency-specific work plans and project documents as necessary which describe the specific results to be achieved and will form an agreement between the UN system agencies and each implementing partner as necessary on the use of resources. To the extent possible the UN system agencies and partners will use the minimum documents necessary, namely the signed Cooperation Framework and signed joint or agency-specific work plans and project documents to implement programmatic initiatives. However, as necessary and appropriate, project documents can be prepared using, inter alia, the relevant text from the Cooperation Framework and joint or agency-specific work plans and or project documents.

3.2. JOINT WORKPLANS

For effective implementation of the UNCF, the UN agencies, in collaboration with partners, will develop, monitor and report on the annual JWPs, using UN INFO¹³. The JWPs will ensure alignment with national priorities, support country capacities to deliver development results and ensure transparency and accountability in their implementation. In addition, they will help to translate outcomes into concrete, measurable and time-bound outputs that provide clear linkages to enable the attribution of the UN contribution to Cabo Verde' priorities.

UNCF Strategic Priority Group will prepare an annual or bi-annual JWP, including UNCF outcomes, outputs, resources, SDG Targets and indicators, national priorities alignment, as

13 UN INFO is an online planning, monitoring and reporting platform that digitizes each Cooperation Framework and its corresponding joint work plans. / UN INFO é uma plataforma em linha de planeamento, monitorização e relatórios que digitaliza cada Quadro de Co-operação e os seus correspondentes planos de trabalho conjuntos.

3.1. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Os diferentes processos de planeamento iniciados pelo Governo e a resposta e recuperação da pandemia da COVID-19 re-vigoraram a necessidade de coordenação do desenvolvimento, incluindo dos parceiros internacionais, e o papel que a ONU pode desempenhar neste âmbito. As plataformas e parcerias têm o potencial para servir de base à estratégia de implementação. Em particular, a parceria nacional LNOB, estabelecida em 2021, que visa harmonizar visões e prioridades e reforçar conjuntamente a implementação de políticas públicas para assegurar o bem-estar, a melhoria das condições de vida, o acesso a serviços básicos, e oportunidades económicas para os mais vulneráveis. Representa um espaço permanente de discussão, no âmbito de uma abordagem baseada nos Direitos Humanos, para todas as instituições governamentais e não-governamentais que trabalham na inclusão política e socio-económica de Cabo Verde. O SNU pretende também aproveitar plenamente as oportunidades de colaboração com Instituições Financeiras Internacionais, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento, contribuindo para uma visão estratégica coletiva para o crescimento económico, bem como respostas a choques internacionais. Em particular, a ONU e o Banco Mundial em Cabo Verde estão empenhados em identificar e implementar abordagens conjuntas e complementares para apoiar o país na consecução dos resultados do Quadro de Cooperação.

O UNCF está alinhado com a Agenda 2063 da União Africana, a SAMOA Pathways (2014-2024) para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. A nível internacional, em conjunto com os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, o SNU apoiou fortemente uma liderança renovada de Cabo

Verde na agenda da PEID a nível regional e global. Isto conduzirá a parcerias transformadoras com outros PEID, e a uma maior visibilidade através de uma advocacia reforçada, o que poderá melhorar o acesso a tecnologias e ao financiamento, especialmente o financiamento climático. Para estes últimos, o Índice de Vulnerabilidade Multidimensional, finalizado no final de 2022, é um instrumento crítico. Quanto ao primeiro, Cabo Verde está a co-liderar com as Seicheles um diálogo estratégico entre os 9 PEIDs da região do AIS (Atlântico, Oceano Índico, e Mar do Sul da China) sobre soluções de recuperação e desenvolvimento sustentável, incluindo soluções de financiamento. Vários marcos críticos foram já atingidos, tais como uma reunião de alto nível entre os Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros de 8 dos 9 PEIDs AIS, ou a organização conjunta de um evento paralelo bem-sucedido durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano. Outras iniciativas mais sectoriais convergirão para tornar este espaço num facilitador da cooperação e impulsionar os resultados do QP, tais como o Acordo assinado entre os PEIDs africanos sobre a aquisição conjunta de vacinas e medicamentos, o que pode levar ao desenvolvimento conjunto de produtos de saúde/ bem-estar, e, para além disso, a soluções para a economia digital e azul. Outras parcerias estratégicas de cooperação Sul-Sul e Norte-Sul serão prosseguidas em diferentes domínios nas três áreas estratégicas prioritárias, incluindo governação moderna e responsável, clima e segurança alimentar, justiça e segurança, para nomear algumas, seja bilateralmente entre Estados como com o sector privado e instituições públicas e privadas.

O programa será executado a nível nacional sob a coordenação geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. As autoridades governamentais de coordenação de programas específicos das agências do sistema das Nações Unidas encontram-se indicadas no Anexo 2. Ministérios governamentais,

ONG, ONGIs e agências do sistema das Nações Unidas implementarão as atividades do programa. O Quadro de Cooperação tornar-se-á operacional através do desenvolvimento de planos de trabalho conjuntos (ver secção 3.2), planos de trabalho específicos para as agências e documentos de projeto, conforme necessário, que descrevem os resultados específicos a alcançar e formarão um acordo entre as agências do sistema da ONU e cada parceiro de implementação, consoante as necessidades, sobre a utilização de recursos. Na medida do possível, as agências e os parceiros do sistema das Nações Unidas utilizarão os documentos mínimos necessários, nomeadamente o Quadro de Cooperação assinado e os planos de trabalho conjuntos ou específicos da agência e documentos de projeto assinados para implementar iniciativas programáticas. Contudo, conforme necessário e apropriado, os documentos do projeto podem ser preparados utilizando, entre outros, o texto relevante do Quadro de Cooperação e planos de trabalho conjuntos ou específicos da agência e/ou documentos do projeto.

3.2. PLANOS DE TRABALHO CONJUNTOS

Para uma implementação eficaz do UNCF, as agências da ONU, em colaboração com os parceiros, desenvolverão, acompanharão e informarão sobre os Planos de Trabalho Conjuntos Anuais (PTCA), utilizando o ONU INFO¹³. Os PTCA assegurarão o alinhamento com as prioridades nacionais, apoiarão as capacidades dos países na produção de resultados de desenvolvimento e assegurarão a transparência e a responsabilização na sua

¹³ UN INFO is an online planning, monitoring and reporting platform that digitizes each Cooperation Framework and its corresponding joint work plans. / UN INFO é uma plataforma em linha de planeamento, monitorização e relatórios que digitaliza cada Quadro de Cooperação e os seus correspondentes planos de trabalho conjuntos.

well as gender equality and human rights and other agreed system-wide markers. Regardless of their physical presence, all UNCT members, will be involved in the preparation of JWPs for the Strategic Priorities they contribute to. The Joint Work Plans will be approved by the ONE UN Steering Committee and will be accessible on UN INFO.

3.3. GOVERNANCE

The governance structure and implementation mechanism for the UNCF will be aligned with PEDS-II coordination mechanisms. The UNCF governance structure will ensure strong national ownership and engagement, which includes the Joint UN and National Steering Committee as the highest governing body.

The ONE UN Steering Committee, a **Joint UNCT and National Steering Committee** will ensure strategic direction and oversight of the UNCF, the alignment with national, regional, and international development processes, mechanisms and goals, monitor progress, challenges and opportunities, steer the direction of implementation, review the UNCT Annual Country Results Reports, support resource mobilization for the UNCF as well as development financing opportunities. Joint National UNCF Steering Committee is chaired by the Minister of Foreign Affairs, Cooperation and Regional Integration and the UN Resident Coordinator and includes the UNCT members, representatives from the National Directorate of Planning and of Foreign Affairs, from the Municipalities, from the Private Sector and Civil Society organizations and should meet at least twice a year to undertake annual reviews, update of the CCA and assess implementation of the annual JWP.

The **UNCT**, under the leadership of the RC, will provide the overall strategic oversight and guidance for the entire UNCF, including the ongoing update of the CCA and provides oversight to the various interagency groups, based on the mutual accountabilities stipulated in the Management and Accountability Framework.

The **PMT** provides operational oversight for the UNCF, under the overall guidance of the UNCT. Is composed of senior policy and programme officers of the entire UNCT members and must be chaired by a Head of Agency (rotational) and should meet twice a year. The PMT serves as a strategic forum including MNEC and DNP senior officials, to facilitates the implementation of the UNCF and particularly to promote synergies across the three strategic priority areas, in support of the work of the SP Groups and provides overall technical guidance on the UNCF monitoring implementation and reporting and key policy issues.

The **Strategic Priority Groups (SP Groups)** are responsible for CF implementation, monitoring progress and reporting on their strategic priority area. They are led by Heads of Agencies, or their deputies (with delegated power) as well as the lead (Chef de File) one to two maximum national designated members. The SP Groups are responsible for inter-agency coordination and technical support associated with the implementation of agreed CF Outcomes, including on cross-cutting issues. Supported by the RCO they will develop the JWPs identifying the joint UN contribution to the results, including through joint programming and joint resource mobilization.

The **Gender and Human Rights Group** (GHRG) provides technical support to the UNCT and PMT on issues related to

the UN's normative mandate that includes Gender Equality and Women's Empowerment (GEWE), human rights, disability inclusion and prevention of sexual exploitation and abuse (PSEA). It supports coherence in mainstreaming of gender and human rights in programmes and operations, interagency coordination and capacity building, monitors fulfilment of UN' institutional commitments on human rights and gender in programming and operations, including the Gender Scorecard and UNCT System-Wide Action Plan, use of gender and human rights markers in programming. The group comprises gender and human rights focal persons from all UN agencies in Cabo Verde and is to be co-chaired by two entities.

The **Monitoring, Evaluation, Reporting and Learning** (MERL) group provide coherent support in strengthening national data systems to track UNCF, joint work plans and SDG achievement, monitor groups in vulnerable situations including through support for greater disaggregation of national data and statistics, monitor the alignment of national policies and frameworks with international norms and commitments. The M&E Group's work will be guided by a jointly agreed annual work plan and UNCF monitoring, evaluation and learning plan.

UN **Operations Management Team** guide the UNCT for operational coherence, harmonization, and optimization to increase the Cabo Verde UN' overall service efficiency, effectiveness and quality while enhancing programme delivery. Membership to the OMT includes senior operations managers from each resident agency in Cabo Verde and should meet quarterly. The OMT also consists of technical working groups of Procurement, Administration, Information Communications and Technology, Human Resources

implementação. Além disso, ajudarão a traduzir os resultados em resultados concretos, mensuráveis e calendarizados que fornecem ligações claras para permitir a atribuição da contribuição da ONU às prioridades de Cabo Verde.

O Grupo de Prioridades Estratégicas do UNCF preparará um PTAC anual ou bianual, incluindo resultados, contributos, recursos, objetivos e indicadores do UNCF, alinhamento das prioridades nacionais, bem como a igualdade de género e direitos humanos e outros marcadores acordados a nível do sistema. Independentemente da sua presença física, todos os membros da UNCT, estarão envolvidos na preparação dos PTCA para as Prioridades Estratégicas para as quais contribuem. Os Planos de Trabalho Conjuntos serão aprovados pelo Comité Diretivo de ONE UN e estarão acessíveis no ONU INFO.

3.3. GOVERNANÇA

A estrutura de governança e o mecanismo de implementação para o UNCF estará alinhada com os mecanismos de coordenação do PEDS-II. A estrutura de governança de UNCF irá assegurar uma forte apropriação e engajamento nacionais, que incluirá o SNU e o Comité Diretivo Nacional como o mais elevado órgão governativo.

O Comité Diretivo ONE UN, um **Comité Diretivo Conjunto da UNCT e o Comité Diretivo Nacional**, assegurarão a direção estratégica e a supervisão do UNCF, o alinhamento com os processos, mecanismos e objetivos de desenvolvimento nacionais, regionais e internacionais, monitorizará o progresso, os desafios e as oportunidades, orientará a direção da implementação, irá rever os Relatórios Anuais de Resultados dos Países da UNCT, apoiará a mobilização de recursos para a UNCF, bem como as oportunidades de financiamento do desenvolvi-

to. O Comité Diretivo Conjunto Nacional da UNCF é presidido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação et Integração Regional e pela Coordenadora Residente da ONU e inclui os membros da UNCT, representantes da Direção Nacional do Planeamento e dos Negócios Estrangeiros, dos Municípios, do Sector Privado e das organizações da Sociedade Civil e deve reunir-se pelo menos duas vezes por ano para efetuar revisões anuais, atualizar a CCA e avaliar a implementação do PTAC anual.

A **UNCT**, sob a liderança do CR, providenciará a supervisão e orientação estratégica global para todo o UNCF, incluindo a atualização em curso da CCA, e supervisiona os vários grupos inter-agências, com base nas responsabilidades mútuas estipuladas no Quadro de Gestão e Prestação de Contas.

O **PMT** fornece supervisão operacional para o UNCF, sob a orientação geral da UNCT. É composto por oficiais seniores de política e programas de todos os membros da UNCT, deve ser presidido por um coordenador da agência (rotativo) e deve reunir-se duas vezes ao ano. O PMT serve como um fórum estratégico que inclui altos funcionários do MNEC e do DNP, para facilitar a implementação do UNCF e particularmente para promover sinergias entre as três áreas estratégicas prioritárias, em apoio ao trabalho dos Grupos de PE e fornece orientação técnica global sobre a implementação, os relatórios de monitorização do UNCF e questões políticas fundamentais.

Os Grupos de **Prioridade Estratégica (Grupos de PE)** são responsáveis pela implementação do QP, pelo acompanhamento dos progressos e pela elaboração de relatórios sobre a sua área de prioridade estratégica. São liderados por chefes de Agências, ou pelos seus adjuntos (com poderes delegados), bem como pelo responsável (Chef de File), um a dois membros nacionais

designados, no máximo. Os Grupos de PE são responsáveis pela coordenação inter-agências e pelo apoio técnico associado à implementação dos Resultados do QP acordados, incluindo de questões transversais. Apoiados pela OCR, desenvolverão os JWP que identificarão a contribuição conjunta da ONU para os resultados, inclusive através de programação conjunta e mobilização conjunta de recursos.

O **Grupo de Género e Direitos Humanos** (GHRG) fornece apoio técnico à UNCT e PMT em questões relacionadas com com o mandato normativo da ONU que inclui igualdade de género, direitos humanos, inclusão da deficiência e prevenção da exploração e abuso sexual (PSEA). O grupo apoia a coerência na integração do género e direitos humanos em programas e operações, coordenação inter-agências e capacitação, monitoriza o cumprimento dos compromissos institucionais das Nações Unidas sobre direitos humanos e género na programação e operações, incluindo a ficha de pontuação de género e o Plano de Ação da UNCT a nível do Sistema, o uso de marcadores de género e direitos humanos na programação. O grupo inclui pontos focais de género e direitos humanos de todas as agências da ONU em Cabo Verde e deve ser co-presidido pelas duas entidades.

O **grupo de Monitorização, Avaliação, Relatórios e Aprendizagem** (MERL) fornece apoio coerente no reforço dos sistemas de dados nacionais para acompanhar o UNCF, planos de trabalho conjuntos e realização dos ODS, monitoriza grupos em situações vulneráveis, incluindo através do apoio a uma maior desagregação dos dados e estatísticas nacionais, monitoriza o alinhamento das políticas e quadros nacionais com as normas e os compromissos internacionais. O trabalho do Grupo de M&A será orientado por um plano de trabalho anual acordado conjuntamente e pelo plano de monitorização, avaliação e aprendizagem do UNCF.

and Finance and Harmonized Approach to Cash Transfers (HACT), leading the implementation of UN Cabo Verde Business Operations Strategy (BOS), annualized through a work plan with deliverables at the working group level.

UN Communication Group (UNCG) develop the internal and external communication strategy for UNCF. It is composed of Communication and Information Officers or focal points of all UN agencies operating in Cabo Verde. It is responsible for joint UN communications, including strategic advocacy, outreach and joint programme communication, support to partnership building, media relations, digital communications, and publications. The group enhances knowledge management building on lessons learned from both joint and agency-specific programmes and activities, ensuring innovative ways to interact with beneficiaries.

The UN Resident Coordinator Office (RCO) supports day-to-day coordination and the UNCT as the secretariat, liaises with Government, and has six key functions: (1) Leadership for development, (2) Integrated normative and policy support for the 2030 Agenda; (3) Coordination and planning for development results; (4) Partnerships and finance for development; (5) Communications for development results; and (6) Business innovation and operations.

3.4. RESOURCES

The UN system agencies will provide support to the development and implementation of activities within the Cooperation Framework, which may include technical support, cash assistance, supplies, commodities and equipment, procurement services, transport, funds for advocacy, research and studies, consultancies, programme development, moni-

toring and evaluation, training activities and staff support. Part of the UN system entities' support may be provided to non-governmental and civil society organizations as agreed within the framework of the individual workplans and project documents.

Additional support may include access to UN organization-managed global information systems, the network of the UN system agencies' country offices and specialized information systems, including rosters of consultants and providers of development services, and access to the support provided by the network of UN specialized agencies, funds and programmes. The UN system agencies shall appoint staff and consultants for programme development, programme support, technical assistance, as well as monitoring and evaluation activities.

Subject to annual reviews and progress in the implementation of the programme, the UN system agencies' funds are distributed by calendar year and in accordance with the Cooperation Framework. These budgets will be reviewed and further detailed in the workplans and project documents. By mutual consent between the Government and the UN development system entities, funds not earmarked by donors to UN development system agencies for specific activities may be re-allocated to other programmatically equally worthwhile activities.

The Government will support the UN system agencies' efforts to raise funds required to meet the needs of this Cooperation Framework and will cooperate with the UN system agencies including: encouraging potential donor Governments to make available to the UN system agencies the funds needed to implement unfunded components of the

programme; endorsing the UN system agencies' efforts to raise funds for the programme from other sources, including the private sector both internationally and in Cabo Verde; and by permitting contributions from individuals, corporations and foundations in Cabo Verde to support this programme which will be tax exempt for the Donor, to the maximum extent permissible under applicable law.

The Financing Strategy being prepared as part of the INFF process, supported by the UN, will help also identify and mobilize targeted resources to finance these sustainable development priorities identified in the UNCF.

A **Equipa de Gestão de Operações** da ONU conduz a UNCT para a coerência operacional, harmonização e otimização a fim de aumentar a eficiência, eficácia e qualidade geral dos serviços do SNU em Cabo Verde, melhorando ao mesmo tempo o prazo de execução do programa. A adesão à OMT inclui gestores de operações seniores de cada agência residente em Cabo Verde e devem reunir-se trimestralmente. A OMT também consiste em grupos de trabalho técnicos de Aquisições, Administração, Comunicação e Tecnologia da Informação, Recursos Humanos e Finanças e Abordagem Harmonizada de Transferências de Dinheiro (HACT), liderando a implementação da Estratégia de Operações Empresariais da ONU em Cabo Verde (BOS), anualizada através de um plano de trabalho com os resultados a nível de grupo de trabalho.

O **Grupo de Comunicação da ONU** (UNCG) desenvolve a estratégia de comunicação interna e externa para a UNCF. É composto por agentes de comunicação e informação ou pontos focais de todas as agências da ONU que operam em Cabo Verde. É responsável pela comunicação conjunta da ONU, incluindo a defesa estratégica, comunicação de proximidade e programas conjuntos, apoio à construção de parcerias, relações com os meios de comunicação, comunicação digital, e publicações. O grupo fortalece a gestão do conhecimento com base nas lições aprendidas tanto de programas e atividades conjuntas como de agências específicas, assegurando formas inovadoras de interagir com os beneficiários.

O **Gabinete da Coordenadora Residente das Nações Unidas** (GCR) apoia a coordenação diária e a UNCT como secretariado, articula com o Governo, e tem seis funções-chave: Liderança para o desenvolvimento, apoio normativo e político integrado para a Agenda 2030; (3) Coordenação e planeamento para os resultados do desenvolvimento; (4) Parcerias e fi-

nanciamento para o desenvolvimento; (5) Comunicações para resultados de desenvolvimento; e (6) Inovação empresarial e operações.

3.4. RECURSOS

As agências do sistema das NU prestarão apoio ao desenvolvimento e implementação de atividades no âmbito do Quadro de Cooperação, que podem incluir apoio técnico, assistência em numerário, fornecimentos, bens e equipamentos, serviços de aquisição, transportes, fundos para advocacia, investigação e estudos, consultorias, desenvolvimento de programas, monitorização e avaliação, atividades de formação e apoio de pessoal. Parte do apoio das entidades do sistema das Nações Unidas pode ser prestado a organizações não governamentais e da sociedade civil, conforme acordado no âmbito dos planos de trabalho individuais e dos documentos do projeto.

O apoio adicional pode incluir o acesso aos sistemas de informação global geridos por organizações da ONU, à rede dos escritórios nacionais das agências do sistema da ONU e aos sistemas de informação especializados, incluindo listas de consultores e fornecedores de serviços de desenvolvimento, e o acesso ao apoio fornecido pela rede de agências, fundos e programas especializados da ONU. As agências do sistema da ONU devem nomear o pessoal e consultores para o desenvolvimento de programas, apoio a programas, assistência técnica, bem como atividades de monitorização e avaliação.

Sujeitos a revisões anuais e a progressos na implementação do programa, os fundos das agências do sistema da ONU são distribuídos por ano civil e de acordo com o Quadro de Cooperação. Estes orçamentos serão revistos e mais detalhados nos planos de trabalho e nos documentos do projeto. Por con-

sentimento mútuo entre o Governo e as entidades do sistema de desenvolvimento da ONU, os fundos não destinados pelos doadores às agências do sistema de desenvolvimento da ONU para atividades específicas podem ser realocadas a outras atividades programáticas igualmente válidas.

O Governo apoiará os esforços das agências do sistema da ONU na angariação dos fundos necessários para satisfazer as necessidades deste Quadro de Cooperação e colaborará com as agências do sistema da ONU, incluindo encorajando os potenciais governos doadores a disponibilizarem às agências do sistema da ONU os fundos necessários para implementar componentes não financiadas do programa; apoiará os esforços das agências do sistema da ONU na angariação de fundos para o programa a partir de outras fontes, incluindo o sector privado tanto a nível internacional como em Cabo Verde; e permitirá contribuições de indivíduos, empresas e fundações em Cabo Verde para apoiar este programa que será isento de impostos para o Doador, na máxima extensão permitida pela legislação aplicável.

A Estratégia de Financiamento que está a ser preparada como parte do processo INFF, apoiada pela ONU, ajudará também a identificar e a mobilizar recursos específicos para financiar estas prioridades de desenvolvimento sustentável identificadas no UNCF.

MONITORING AND EVALUATION PLAN

PLANO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A large, bold, white number '4' is positioned on the right side of the slide. The background of the right half of the slide is a blue-tinted, blurred image of a group of people, possibly in a meeting or workshop setting. The number '4' is the central focus of this section.



4.1. MONITORING PLAN

The Monitoring, Evaluation, Reporting and Learning (MERL) group as well as the Strategic Priority Groups will be responsible to ensure continuous efficient and effective monitoring and evaluation of the Cooperation Framework (CF) throughout its cycle. This will be done through a Monitoring Plan (Annex 3) developed according to the UN Evaluation Group (UNEG) norms and standards. In operationalizing the monitoring plan, the UN will maximize the use of nationally available data and information systems. The UN will also support the capacity development for data collection, disaggregation, analysis and use and SDG monitoring.

SDG Indicators are the backbone of monitoring progress sustainable development at the local and national levels, and thus, of the CF Results Framework Matrix (Annex 1). Progress on the CF outcomes are measured by SDG indicators that include baselines, means of verification and targets for 2027.

UN INFO system will be used to increase the transparency of in-country activities and accountability for results. It will act as a central coordination platform for information and data management to track and visualize how the UN development system in Cabo Verde is supporting the Government to deliver on the SDG – including the programmes implemented at national and local levels, available resources and partners engaged, progress on gender, human rights, and disability inclusion.

Implementing Partners agree to cooperate with the UN system agencies for monitoring all activities supported by cash transfers and will facilitate access to relevant financial records and personnel responsible for the administration

of cash provided by the UN system agencies. To that effect, Implementing Partners agree to the following:

1. Periodic on-site reviews and spot checks of their financial records by the UN system agencies or their representatives, as appropriate, and as described in specific clauses of their engagement documents/ contracts with the UN system agencies'
2. Programmatic monitoring of activities following the UN system agencies' standards and guidance for site visits and field monitoring,
3. Special or scheduled audits. Each UN organization, in collaboration with other UN system agencies (where so desired and in consultation with the respective coordinating Ministry) will establish an annual audit plan, giving priority to audits of Implementing Partners with large amounts of cash assistance provided by the UN system agencies, and those whose financial management capacity needs strengthening.

4.1.1. RISKS AND OPPORTUNITIES

As a SIDS, Cabo Verde is particularly exposed to exogenous shocks and is consequently feeling an overwhelming impact of three overlapping crises: Climate change (materialized mainly by a fourth consecutive year of drought), COVID-19, and global inflation on fuel and food commodities due to the latest crisis.

The most immediate risk for the population and consequently for the Government is linked to access to food and energy. The high prices of both led the Government to declare

the State of social and economic emergency in June 2022 and to implement necessary measures to stabilize prices and ensure access to food and energy, especially for the most vulnerable. This inflation impacts overwhelming the State's, businesses and households' budgets, both fragilized by the limited buffers left by the COVID crisis (high public debt and debt service, limited savings and investments. The UN launched a food security appeal to mitigate the impact on the most affected population. As a result, poverty is likely to increase, and so is food insecurity with already 9% of households at risk, compared to 2% at the beginning of the year.

In the short term, this can lead to the inability of the State to buy/subsidize oil and food, putting the economy and social services to a stop and triggering a major food crisis. Although this possibility remains unlikely, many public investments in basic services and economic transformation will be redirected towards immediate response, delaying resilience building, and threatening sustainable development gains.

Another risk linked to these multiple, overlapping (and potentially protracted) crises is a slow recovery process. The consequences could include slow tourism and growth recovery, continued drop in public revenues and lack of fiscal space to invest in resilience and transformations, slow progress or stagnation in key SDG indicators (social services and economic development, limited resilience to exogenous shocks, failure to reap the benefits of the youth dividend). The multiple crises are likely to impact progress on gender equality and human rights.

The main opportunities to boost sustainable development and build resilience include 1) Human capital and youth dividend; 2) Islands' untapped potential and territorialization of

4.1. PLANO DE MONITORIZAÇÃO

O grupo de Monitorização, Avaliação, Relatórios e Aprendizagem (MERL), bem como os Grupos Estratégicos Prioritários serão responsáveis por assegurar uma monitorização e avaliação contínua eficiente e eficaz do Quadro de Cooperação (QC) ao longo do seu ciclo. Isto será feito através de um Plano de Monitorização (Anexo 3) desenvolvido de acordo com as normas e padrões do Grupo de Avaliação da ONU (UNEG). Ao operacionalizar o plano de monitorização, a ONU irá maximizar a utilização dos dados e sistemas de informação disponíveis a nível nacional. O SNU também apoiará o desenvolvimento da capacidade de recolha, desagregação, análise e utilização de dados e monitorização dos ODS.

Os indicadores dos ODS são a espinha dorsal da monitorização do progresso do desenvolvimento sustentável a nível local e nacional e, por conseguinte, da Matriz do Quadro de Resultados do QP (Anexo 1). O progresso dos resultados do QP é medido pelos indicadores dos ODS que incluem linhas de base, meios de verificação e os objetivos para 2027.

O sistema ONU INFO será utilizado para aumentar a transparência das atividades no país e a responsabilização pelos resultados. Atuará como uma plataforma central de coordenação para a gestão da informação e dos dados para acompanhar e visualizar a forma como o sistema de desenvolvimento da ONU em Cabo Verde está a apoiar o Governo a cumprir os ODS - incluindo os programas implementados a nível nacional e local, os recursos disponíveis e os parceiros envolvidos, os progressos em questões de género, direitos humanos, e a inclusão de pessoas portadoras de deficiência.

Os Parceiros implementadores concordam em cooperar com as

agências do sistema da ONU para monitorar todas as atividades apoiadas por transferências de valores e facilitarão o acesso aos registos financeiros relevantes e ao pessoal responsável pela administração do dinheiro fornecido pelas agências do sistema da ONU. Para esse efeito, os Parceiros de Implementação concordam com o seguinte:

1. Revisões periódicas no local e verificações pontuais dos seus registos financeiros pelas agências do sistema da ONU ou pelos seus representantes, conforme apropriado, e conforme descrito em cláusulas específicas dos seus documentos/contratos de compromisso com as agências do sistema da ONU”.
2. Monitorização programática das atividades seguindo as normas e orientações das agências do sistema da ONU para visitas aos locais e monitorização no terreno,
3. Auditorias especiais ou programadas. Cada organização da ONU, em colaboração com outras agências do sistema da ONU (quando assim o desejar e em consulta com o respetivo Ministério coordenador) estabelecerá um plano de auditoria anual, dando prioridade às auditorias dos Parceiros de Implementação com grandes montantes de assistência em numerário fornecidos pelas agências do sistema da ONU, e daqueles cuja capacidade de gestão financeira necessita ser reforçada.

4.1.1. RISCOS E OPORTUNIDADES

Sendo um PEID, Cabo Verde está particularmente exposto a choques exógenos e, consequentemente, ao impacto avassalador de três crises sobrepostas: As alterações climáticas

(materializadas principalmente por um quarto ano consecutivo de seca), a COVID-19, e a inflação global de combustíveis e produtos alimentícios devido à última crise.

O risco mais imediato para a população, e consequentemente para o Governo, está ligado ao acesso aos alimentos e à energia. Os preços elevados de ambos levaram o Governo a declarar o estado de emergência social e económico em Junho de 2022 e a implementar as medidas necessárias para estabilizar os preços e assegurar o acesso aos alimentos e à energia, especialmente para os mais vulneráveis. Esta inflação teve um impacto esmagador nos orçamentos do Estado, das empresas e dos agregados familiares, fragilizados pelos amortecedores limitados deixados pela crise da COVID (elevada dívida pública e serviço da dívida, poupanças e investimentos limitados). A ONU lançou um apelo à segurança alimentar para mitigar o impacto sobre a população mais afetada. Como resultado, é provável que a pobreza aumente, assim como a insegurança alimentar, com 9% dos agregados familiares já em risco, em comparação com 2% no início do ano.

A curto prazo, isto pode levar à incapacidade do Estado de comprar/subsidiar petróleo e alimentos, colocando a economia e os serviços sociais num impasse e provocando uma grande crise alimentar. Embora esta possibilidade continue a ser improvável, muitos investimentos públicos em serviços básicos e transformação económica serão redirecionados para uma resposta imediata, atrasando a construção da resiliência e ameaçando os ganhos de desenvolvimento sustentável.

Outro risco associado a estas crises múltiplas e sobrepostas (e potencialmente prolongadas) é o processo lento de recuperação. As consequências podem incluir uma lenta recuperação do turismo e de crescimento, queda contínua das receitas

public policies; 3) Economic diversification and Blue Economy; 4) Digitalization of administration and businesses; 5) Inclusion of LNOB groups in the sustainable development paths; 6) the status of Cabo Verde as a SIDS and the innovative solutions this can offer for sustainable development (including digital and financing solutions).

4.1.2. COOPERATION FRAMEWORK REVIEW AND REPORTING

The CCA will be updated at least once a year to identify actual or anticipated shifts in the Cabo Verde development landscape. It will provide an updated analysis by the UN to stakeholders and help the UN identify possible course corrections needed in the UNCF and its Theory of Change. The updates of the CCA will be carried out by the PMT, under the leadership of the UNCT, with the support of the MERL group and the RCO.

The UNCT and its interagency groups (PMT, SP Groups) will prepare an annual UN Country Results Report using UN INFO, with support from the MERL group, a core accountability and transparency tool between the UN and the Cabo Verde Government, with special emphasis on the commitment of the UN and the Government to leaving no one behind. It will use nationally available data, existing country-specific data points in UN INFO and other platforms.

CCA updates and UN country results reports will feed the preparation the Voluntary National Reviews (VNR) and the country SDGs annual report. UNCT will continuously report on the financial execution and do an overview of the budget, resources mobilized and available, as well as expenditures and funding gaps, increasing the accountability and trans-

parency between the UN and Cabo Verde.

4.2. EVALUATION PLAN

An independent evaluation of the UNCF will be conducted in 2026 to contribute to the preparation of a subsequent UNCF. The UNCF evaluation will adhere to UN Evaluation Group norms and standards and the Organization for Economic Co-operation and Development – Development Assistance Committee evaluation criteria. The Terms of reference of the UNCF Evaluation will be developed in a transparent and inclusive manner involving all UNCT members, the Government of Cabo Verde and other key stakeholders focusing on, among others, development results the UNCF design and implementation and the application of the Guiding Principles, and the Funding Compact and Management and Accountability Framework.

The UNCF evaluation will aim to create synergies with the evaluations of individual agencies country programmes and strategies.

públicas e falta de espaço fiscal para investir na resiliência e nas transformações, progresso lento ou estagnação nos indicadores-chave dos ODS (serviços sociais e desenvolvimento económico, resiliência limitada a choques exógenos, incapacidade de colher os benefícios dos dividendos dos jovens). As múltiplas crises podem também ter um impacto negativo no progresso da igualdade de género e dos direitos humanos.

As principais oportunidades para impulsionar o desenvolvimento sustentável e criar resiliência incluem 1) Capital humano e dividendos dos jovens; 2) Potencial inexplorado das ilhas e territorialização das políticas públicas; 3) Diversificação económica e economia azul; 4) Digitalização da administração e das empresas; 5) Inclusão dos grupos LNOB nos percursos de desenvolvimento sustentável; 6) O estatuto de Cabo Verde como PEID e as soluções inovadoras que este pode oferecer para o desenvolvimento sustentável (incluindo soluções digitais e de financiamento).

4.1.2. REVISÃO DO QUADRO DE COOPERAÇÃO E RELATÓRIOS

O CCA será atualizado, pelo menos, uma vez por ano para identificar mudanças reais ou previstas na conjuntura do desenvolvimento de Cabo Verde. Fornecerá uma análise atualizada pela ONU às partes interessadas e ajudará a ONU a identificar possíveis correções de rumo necessárias no UNCF e na sua Teoria da Mudança. As atualizações do CCA serão realizadas pelo PMT, sob a liderança da UNCT, com o apoio do grupo MERL e de OCR.

A UNCT e os seus grupos inter-agências (PMT, Grupos PE) irão preparar um Relatório Anual de Resultados da ONU usando o ONU INFO, com o apoio do grupo MERL, um instrumento central

de responsabilização e transparência entre a ONU e o Governo de Cabo Verde, com especial ênfase no compromisso da ONU e do Governo de Não Deixar Ninguém Para Trás. Utilizará os dados disponíveis a nível nacional, pontos de dados específicos do país existentes na ONU INFO e outras plataformas.

As atualizações do CCA e os relatórios de resultados dos países da ONU contribuirão para a preparação das Revisões Voluntárias Nacionais (RVN) e do relatório anual dos ODS do país. A UNCT apresentará relatórios contínuos sobre a execução financeira e fará uma visão geral do orçamento, dos recursos mobilizados e disponíveis, bem como das despesas e lacunas de financiamento, aumentando a responsabilidade e a transparência entre a ONU e Cabo Verde.

4.2. PLANO DE AVALIAÇÃO

Uma avaliação independente do UNCF será efetuada em 2026 para contribuir para a preparação do UNCF subsequente. A avaliação do UNCF obedecerá às normas e aos padrões do Grupo de Avaliação da ONU e aos critérios de avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - Comité de Apoio ao Desenvolvimento. Os Termos de Referência da Avaliação do UNCF serão desenvolvidos de forma transparente e inclusiva envolvendo todos os membros da UNCT, o Governo de Cabo Verde e outras partes interessadas relevantes, focando, entre outros, nos resultados do desenvolvimento, na conceção e implementação do UNCF e na aplicação dos Princípios Orientadores, e no Pacto de Financiamento e Quadro de Gestão e Responsabilização.

A avaliação do UNCF terá como objetivo criar sinergias com as avaliações dos programas e estratégias de cada agência nacional.

ANNEX

ANNEXO



RESULTS FRAMEWORK | QUADRO DE RESULTADOS

ÁREA ESTRATÉGICA PRIORITÁRIA 1: REFORÇO

Prioridades nacionais de desenvolvimento:

"PEDS II - Pilar Social: Programa Proteção Social, Programa Desenvolvimento do Capital Humano, Programa Desenvolvimento Integrado da Saúde, Programa Igualdade e Equidade de Género="

Atualização e expansão do Cadastro Social Único (CSU), Plano de Ação para a operacionalização de mecanismos alternativos de pagamento das pensões sociais, Plano Nacional para a Igualdade de Género (PNIG),

Quadros regionais:

"Agenda 2063 da União Africana: Objectivo 1 "Um elevado padrão de vida, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos", Objectivo 2 "Cidadãos bem educados e revolução de competências sustentada pela ciência, tecnologia

".SAMOA Pathway áreas prioritárias: "Saúde e doenças não transmissíveis", "Igualdade de género e empoderamento das mulheres", "Desenvolvimento social", "Cultura e desporto", "Educação", "Desenvolvimento de capacidades".

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

1, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 16.

RESULTADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO	LINHA DE BASE (Ano)	META 2027
Efeito 1.1: Até 2027, mais pessoas, especialmente as que vivem em situações mais vulneráveis e marginalizadas e aquelas que vivem com deficiência, terão acesso equitativo e utilização de serviços sociais essenciais e de protecção de alta qualidade, resilientes, sensíveis ao género e modernos.	1.1.1 Proporção da população coberta por níveis/ sistemas de protecção social, por sexo	A receber pelo menos uma prestação social: 51,4% (48,4% M; 54,6% F)	
	1.1.2 Proporção da população que vive em agregados familiares com acesso a serviços básicos	42% (Urbano: 49,3%; Rural: 21,1%) (2020)	
	1.1.3 Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos de idade) que têm a sua necessidade de planeamento familiar satisfeita com métodos modernos	Método moderno: 43%	
	1.1.4 Cobertura dos serviços essenciais de saúde	Índice Universal de Cobertura da Saúde: 69	
	1.1.5 Taxa de conclusão (ensino primário, ensino secundário inferior, ensino secundário superior), por sexo e idade	14-16 anos com pelo menos o 6º ano concluído: 92,2% (95,5% F; 89,0% M) • 16-18 anos com pelo menos o 8º ano concluído: 79,9% (85,3% F; 74,8% M) • 20-22 anos com pelo menos o 12º ano concluído: 31,4% (37,1% F; 26,0% M) (2020)	• 14-16 anos com pelo menos o 6º ano concluído: 98% (99,0% F; 97,0% M) • 16-18 anos com pelo menos o 8º ano concluído: 96,0% (97,0% F; 95% M) • 20-22 anos com pelo menos o 12º ano concluído: 44% (50,6% F; 38,0% M)
	1.1.6 Proporção da população urbana que vive em bairros de lata, assentamentos informais ou habitação inadequada		
	1.1.7 Proporção de crianças com menos de 5 anos de idade cujos nascimentos foram registados junto de uma autoridade civil, por sexo	Total 0-5 anos: 98% (96% F; 99,9% M)	Total 0-5 Anos = 100% (100% F; 100% M)

DO TALENTO HUMANO E DO CAPITAL SOCIAL

gia e inovação ", Objectivo 3 "Cidadãos saudáveis e bem nutridos ", Objectivo 17 "Igualdade total de género em todas as esferas da vida ", Objectivo 18 "Jovens e crianças empenhados e capacitados"

FONTE MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS 2023-2027 (em USD)		HIPÓTESES
	Disponível	A ser mobilizado	
Grupo de Trabalho Inter-institucional sobre Estatísticas de Protecção Social - GITEPS (inclui as seguintes entidades: MF/ INPS / CNPS / BCV / INE) e OIT, Boletim Estatístico do Sistema de Protecção Social de Cabo Verde	\$ 7107338	\$ 10660000	Os actores, incluindo instituições nacionais e organizações da sociedade civil, necessitam de sistemas e capacidades reforçadas, incluindo a recolha de dados, monitorização e informação atempada, para fornecer, inovar e ser parceiros de qualidade, resilientes, digitalizados, sensíveis ao género, e de protecção social e infantil inclusiva e serviços essenciais para todos os cabo-verdianos. - Mais pessoas que vivem nas situações mais vulneráveis e marginalizadas devem ter acesso e estar habilitadas através de educação adequada, cuidados de saúde e sensibilização adequados, e ferramentas que permitam o exercício dos seus direitos, alavancar a resiliência para alcançar o seu potencial e melhorar o seu bem-estar. - Os quadros políticos e reguladores devem permitir melhor acesso, utilização e modernização de serviços sociais e de protecção inclusivos, sensíveis ao género e resilientes e abordagens multi-sectoriais transformadoras, incluindo para os assentamentos informais.
INE - Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-V)			
INE - Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva (IDSR-IV)			
Ministério da Saúde e da Segurança Social, Relatório Estatístico Anual Fonte: https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/uhc-index-of-service-coverage			
INE - IMC - Inquérito anual aos agregados familiares			
Relatório Anual do Ministério da Justiça (DGRNI).			

ÁREA ESTRATÉGICA PRIORITÁRIA 2: TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA INCLU

Prioridades nacionais de desenvolvimento:

"PEDS II - Pilar Economia: Programa Desenvolvimento Empresarial, Programa Cabo Verde Plataforma do Turismo, Programa Cabo Verde Plataforma Marítima, Programa Cabo Verde Plataforma Aérea, Programa Cabo Verde Plataforma e Gestão do Território "

PEDS II - Pilar Ambiente: Programa Água e Saneamento, Programa Ambiente, Biodiversidade e Geodiversidade, Programa Ação Climática e Resiliência

PEDS II - Pilar Social: Programa Proteção Social, Programa Desenvolvimento do Capital Humano, Programa Igualdade e Equidade de Género, Programa Desenvolvimento da Cultura e das Indústrias Criativas

Programa Nacional Integrado para a Aceleração da Transição da Economia Informal à Formal, Estratégia Nacional de Promoção do Emprego Digno, Plano Nacional de Ação para o Emprego Jovem (PNAEJ), Plano Nacional para a Ig

Quadros Regionais:

"Agenda 2063 da União Africana: Objectivo 1 "Um elevado nível de vida, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos", Objectivo 2 "Cidadãos bem educados e revolução de competências sustentada pela ciência, tecnologia e desenvolvimento económico acelerado", Objectivo 7 "Economias e comunidades ambientalmente sustentáveis e resistentes ao clima", Objectivo 17 "Plena igualdade de género em todas as esferas da vida".

SAMOA Pathway área prioritária: "Crescimento económico sustentável e sustentável, inclusivo e equitativo com trabalho digno para todos", "Turismo sustentável", "Alterações climáticas", "Energia sustentável", "Redução do risco de o", "mulheres", "Biodiversidade", "Desertificação, degradação da terra e seca", "Florestas", "Comércio", "Desenvolvimento de capacidades", "Tecnologia", "Dados e estatísticas".

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17.

RESULTADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO	LINHA DE BASE (Ano)	META 2027
Efeito 2.1: Até 2027, uma economia mais sustentável, inclusiva, diversificada e integrada gerará empregos decentes, segurança alimentar e nutrição para os mais vulneráveis, especialmente as mulheres, os jovens e os mais pobres.	2.1.1 Proporção da população que vive abaixo do limiar nacional de pobreza, por sexo e urbano/rural	31.7% (32.1% F; 31.3% M; Urbano 25.8%; Rural 44.9%) (2020, estimativa)	26% (32.1% F; 31.3% M; Urbano 25.8%; Rural 44.9%)
	2.1.2 Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população, com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES)	38.6% moderado e severo (42.9% F; 30.7% M) 6.1% severo (7.4% F; 3.8% M) (2021)	31% moderado e severo 3% severo
	2.1.3 Indicador de anomalias no preço dos produtos alimentares	Milho: -0,28 Arroz: 0,61 Trigo: 0,19 Farinha: 0,33 (2021)	Milho IFPA: < 0.5 Arroz IFPA: < 0.5 Trigo IFPA: < 0.5 Farinha IFPA: < 0.5 "
	2.1.4 Proporção da superfície agrícola sob agricultura produtiva e sustentável	Área agrícola: 70.433 ha Proporção da área agrícola: 17% (2020, Proxy)	Área agrícola: 70.433 ha Proporção da área agrícola: 17%.

SIVA, PROSPERIDADE E TRANSIÇÃO JUSTA PARA UM AMBIENTE SAUDÁVEL

ma Digital e da Inovaçã, Programa Transformação da Agricultura, Programa Cabo Verde Plataforma da Indústria e do Comércio, Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética, Programa Habitação, Desenvolvimento Urbano

ualdade de Genero (PNIG), Plano de Género no Turismo

e inovação", Objectivo 3 "Cidadãos saudáveis e bem nutridos", Objectivo 4 "Economias transformadas", Objectivo 5 "Agricultura moderna e aumento da produtividade e produção", Objectivo 6 "Economia azul/ oceânica para um cresci-
catástrofes", "Oceanos e mares", "Segurança alimentar e nutrição", "Água e saneamento", "Transporte sustentável", "Gestão de produtos químicos e resíduos, incluindo resíduos perigosos", "Igualdade de género e empoderamento das

FONTE MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS 2023-2027 (em USD)		HIPÓTESES
	Disponível	A ser mobilizado	
INE - Estimativa de pobreza	\$ 10325140	\$ 16703293	A transição para a economia azul e verde através de um sistema de qualidade nacional melhorado, o reforço das pequenas e médias empresas, a digitalização, e soluções diversificadas, baseadas no mercado e na natureza, e energeticamente eficientes, permite uma maior segurança alimentar e nutricional, e a integração em cadeias de valor justo, incluindo o turismo sustentável, a nível nacional, regional e global. - As pessoas, especialmente as mulheres, os jovens, as pessoas portadoras de deficiência, os migrantes e os extremamente pobres, deveriam ter um maior acesso a alimentos nutritivos em todos os momentos e competências adequadas ao mercado de trabalho actual e futuro, através de um maior acesso ao ensino e formação técnica e profissional (TVET) adequado, a empregos decentes e a serviços financeiros e não-financeiros. - Os titulares de direitos devem ter capacidades reforçadas para monitorizar as condições de trabalho, proteger os direitos dos trabalhadores e promover a inclusão de pessoas vulneráveis e marginalizadas, especialmente jovens, mulheres, pessoas portadoras de deficiência e migrantes. - Os quadros jurídicos, políticos e institucionais permitem uma melhor acção no clima empresarial, sistemas alimentares resilientes, uma maior contribuição da diáspora para a economia, a melhoria das infra-estruturas e a acessibilidade e adopção de novas tecnologias.
SN-SAN - Inquérito Nacional de Monitorização da Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional das Famílias, 2021 (relatório ainda não disponível)			
SN-SAN - Boletim interno sobre o preço dos produtos alimentares			
"Dados administrativos produzidos pela DGASP - MAA Recenseamento Geral da Agricultura de 2025"			

RESULTADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO	LINHA DE BASE (Ano)	META 2027
Efeito 2.1: Até 2027, uma economia mais sustentável, inclusiva, diversificada e integrada gerará empregos decentes, segurança alimentar e nutrição para os mais vulneráveis, especialmente as mulheres, os jovens e os mais pobres.	2.1.5 Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência e sexo	- Copiar ou mover ficheiros/pastas: 88,0% (88,5% M; 87,6% F) - Utilizar comandos para copiar e colar, para duplicar ou mover informação 83,5%: (84,2% M; 82,6% F) - Enviar e-mails com ficheiros anexados: 62,8% (64,1% M; 61,3% F) - Criar um programa de computador utilizando linguagem de programação: 12,9% (15,4% M; 10,2% F)	Copiar ou mover ficheiros/pastas: 88,0% (88,5% M; 87,6% F)
	2.1.6 Proporção de mulheres em cargos de gestão	(2019)	40%
	2.1.7 Proporção do emprego informal no emprego total, por sexo e urbano/rural	Proxy: Proporção de emprego informal no sector não-agrícola: 51.6% 51.6% (45% F; 58.2% M; 42.8% Urbano; 76.1% Rural) (2020, Proxy)	30% (24% F; 36% M; 22.8% Urban; 56.1% Rural)
	2.1.8 Proporção de jovens (15-24 anos de idade) que não se encontram a estudar, a trabalhar ou a receber formação, por sexo	32.6% (33.1% F; 32.2% M) (2020)"	25% (25% F; 25% M)
	2.1.9 Indústria transformadora em proporção do PIB e per capita	8.6% do PIB 211 per capita (2021)"	12% do PIB 316 per capita

FONTE MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS 2023-2027 (em USD)		HIPÓTESES
	Disponível	A ser mobilizado	
Utilizar comandos para copiar e colar, para duplicar ou mover informação 83,5%: (84,2% M; 82,6% F)	\$ 10325140	\$ 16703293	A transição para a economia azul e verde através de um sistema de qualidade nacional melhorado, o reforço das pequenas e médias empresas, a digitalização, e soluções diversificadas, baseadas no mercado e na natureza, e energeticamente eficientes, permite uma maior segurança alimentar e nutricional, e a integração em cadeias de valor justo, incluindo o turismo sustentável, a nível nacional, regional e global. - As pessoas, especialmente as mulheres, os jovens, as pessoas portadoras de deficiência, os migrantes e os extremamente pobres, deveriam ter um maior acesso a alimentos nutritivos em todos os momentos e competências adequadas ao mercado de trabalho actual e futuro, através de um maior acesso ao ensino e formação técnica e profissional (TVET) adequado, a empregos decentes e a serviços financeiros e não-financeiros. - Os titulares de direitos devem ter capacidades reforçadas para monitorizar as condições de trabalho, proteger os direitos dos trabalhadores e promover a inclusão de pessoas vulneráveis e marginalizadas, especialmente jovens, mulheres, pessoas portadoras de deficiência e migrantes. - Os quadros jurídicos, políticos e institucionais permitem uma melhor acção no clima empresarial, sistemas alimentares resilientes, uma maior contribuição da diáspora para a economia, a melhoria das infra-estruturas e a acessibilidade e adopção de novas tecnologias.
INE - IMC - Inquérito às estatísticas do emprego e do mercado de trabalho			
INE, IMC 2024, 2025, 2026, 2027 INE, Inquérito ao Sector informal 2023			
INE, IMC - Estatísticas do emprego e mercado de trabalho			
INE - Contas Nacionais			

RESULTADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO	LINHA DE BASE (Ano)	META 2027
Efeito 2.2: Até 2027, os principais ecossistemas marinhos e terrestres e a biodiversidade estarão melhor protegidos, restaurados e geridos de forma mais sustentável, e a resiliência aos choques e impactos das alterações climáticas será melhorada e mais sensíveis às questões do género.	2.2.1 Participação das energias renováveis no consumo total final de energia	18.3% (2020)	35%
	2.2.2 Despesas nacionais totais per capita na preservação, protecção e conservação de todo o património cultural, incluindo o património material e imaterial, e natural, por fonte de financiamento (pública, privada), tipo de património (cultural, natural) e nível de governo (nacional, regional e local/municipal)	Total de despesas: 25,121,289 CVE (IPC) Total per capita: 51.14 CVE (25,121,298 ECV / 491,233 população) (2021)"	Total de despesas: 50,505,200 CVE (IPC) Total per capita: 102.81 CVE (50,505,200 ECV / 491,233 população)
	2.2.3 Proportion of local governments that adopt and implement local disaster risk reduction strategies in line with national disaster risk reduction strategies	63% (2019)	100%
	2.2.4 Existência de contribuições determinadas a nível nacional, estratégias a longo prazo, planos nacionais de adaptação e comunicações de adaptação, tal como comunicadas ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas	"Cabo Verde tem: - contribuições determinadas a nível nacional - SIM - estratégias a longo prazo - SIM - Roteiro - planos nacionais de adaptação - SIM, e - comunicações de adaptação a serem preparadas (2022)"	Relatórios/atualização dos planos e estratégias nacionais de acordo com os exigências da UNFCCC
	2.2.5 Cobertura de áreas protegidas em relação a áreas marinhas	5.66% (1,321.28 km ²)	10% de cobertura de áreas marinhas protegidas
	2.2.6 Área florestal como proporção da área total de terra	Área florestal (ha): 48,676.40 Percentagem de superfície florestal: 12% (2020)"	Área florestal (ha): 48,676.40 Percentagem de superfície florestal: 12%

FONTE MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS 2023-2027 (em USD)		HIPÓTESES
	Disponível	A ser mobilizado	
Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (portal de energia - www.portalenergia.cv)	\$ 18771462	\$ 24225000	• Mais pessoas devem ter mais conhecimento e consciência da riqueza natural, dos riscos de degradações, e são mais resilientes com acesso adequado aos serviços e infra-estruturas de gestão dos recursos naturais, incluindo o WASH. • As instituições nacionais necessitam de capacidades reforçadas para a conservação, restauração e valorização dos ecossistemas e da biodiversidade, com sistemas de monitorização, informação, protecção e gestão dos recursos naturais, acesso ao financiamento climático, e relatórios sobre os compromissos globais. • Os quadros jurídicos e de planeamento devem ser regulados e melhorados, melhor implementados com abordagens participativas na gestão do ambiente e dos recursos naturais, incluindo energia limpa a preços acessíveis, e a prontidão e resposta a choques. • Maior conhecimento, técnicas e tecnologias inovadoras permitiriam um planeamento territorial integrado, optimizando decisões sobre a utilização da terra e do mar, promovendo o funcionamento saudável dos ecossistemas e o aumento sustentável dos serviços por eles prestados, incluindo produtividade, mitigação e adaptação às alterações climáticas.
Relatório anual de despesas do Instituto do Património Cultural (IPC)			
Relatórios das Câmaras Municipais e da ANMCV			
Ministério da Agricultura e do Ambiente (DNA) - Comunicação Nacional a cada 5 anos e Relatório Bianual (BUR) das Alterações Climáticas e Comunicação Nacional			
Relatório Anual e Boletim Oficial do Ministério da Agricultura e do Ambiente (B.O.)			
Dados administrativos produzidos pela DGASP - MAA			

ÁREA ESTRATÉGICA PRIORITÁRIA 3: GOVERNAÇÃO TR

Prioridades nacionais de desenvolvimento:

PEDS II - Pilar Soberania: Programa Justiça e Paz Social, Programa Reforço da Segurança Nacional, Programa Diáspora – Uma Centralidade, Programa Modernização do Estado e da Administração Pública, Programa Gover

PEDS II - Pilar Economia: Programa Cabo Verde Plataforma Financeira

PEDS II - Pilar Soberania:

PEDS II - Pilar Social: Programa Igualdade e Equidade de Género

Plano Nacional para a Igualdade de Género (PNIG) 2020-2023, Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género (PNVBG), Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Sexual

Quadros regionais:

Agenda 2063 da União Africana: Objectivo 11 “Valores democráticos, práticas, princípios universais dos direitos humanos, justiça e Estado de direito entrincheirados”, Objectivo 12 “Instituições capazes e liderança transfo do seu desenvolvimento”.

Áreas prioritárias do Caminho de Samoa: “Igualdade de género e empoderamento das mulheres”, “Promoção de sociedades pacíficas e comunidades seguras”, “Parcerias”, “Financiamento”, “Dados e estatísticas”, “Apoio in

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

5,10,16,17

RESULTADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO	LINHA DE BASE (Ano)	META 2027
Efeito 1.1: Até 2027, mais pessoas, especialmente as que vivem em situações mais vulneráveis e marginalizadas e aquelas que vivem com deficiência, terão acesso equitativo e utilização de serviços sociais essenciais e de protecção de alta qualidade, resilientes, sensíveis ao género e modernos.	3.1.1 Se existem ou não quadros legais para promover, aplicar e monitorizar a igualdade e a não discriminação baseada no género	- Proposta de projeto de lei especial anti-discriminação elaborado - Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género (2015-2018) existente - Plano de Acção Nacional de Prevenção e Combate à Violência sexual de Crianças e Adolescentes (2021-2023) existente - Lei Especial sobre Violência Baseada no Género existente - Lei da Paridade existente - Lei sobre crimes de Agressão, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescente existente - Decreto-lei com medidas de apoio social e escolar às mães no sistema de ensino existente - Lei de Bases do Emprego Público (LBEP) existente (2022)	Proposta de projeto de lei especial anti-discriminação elaborado
	3.1.2 Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais sujeitas a violência física, sexual ou psicológica por um atual ou antigo parceiro íntimo nos últimos 12 meses, por tipo de violência e urbano/rural	"Violência emocional: 14,1% (Urbana: 15,1%; Rural: 11,5%) Violência física: 13,8% (Urbana: 15,2%; Rural: 9,7%) Violência sexual: 3,7% (Urbana: 3,9%; Rural: 3,3%) (2018)"	"Violência emocional: 10% (Urbano 13.5%; Rural: 6.6%) Violência física: 7,5% (Urbano: 10.1%; Rural: 5%) Violência sexual: 2.0% (Urbano: 2.8%; Rural: 1.4%)"

TRANSFORMADORA E COESÃO TERRITORIAL REFORÇADA

Manança e Democracia

Transformadora no lugar", Objectivo 17 "Plena igualdade de género em todas as esferas da vida", Objectivo 18 "Jovens e crianças empenhados e capacitados", Objectivo 20 "África assume plena responsabilidade pelo financiamento institucional aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento".

FONTE MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS 2023-2027 (em USD)		HIPÓTESES
	Disponível	A ser mobilizado	
Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género (2015-2018) existente	\$ 5663729	\$ 21261000	Mais pessoas, particularmente mulheres e jovens e os mais vulneráveis, devem ser capacitados para exercer os seus direitos e participar activamente nos processos democráticos a todos os níveis, quer individualmente quer através de organizações da sociedade civil mais fortes e eficazes, contribuindo assim para reforçar a coesão social e territorial.
INE - Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva (IDSR-IV)			- As instituições estatais necessitam de uma maior capacidade de concepção e implementação de políticas coerentes, baseadas em provas e inovadoras a todos os níveis, em conformidade com as convenções e tratados internacionais, que abordam as barreiras estruturais, reduzem as disparidades territoriais e sociais e promovem a igualdade de género e os direitos humanos, e estão empenhadas numa maior transparência e responsabilização. - As instituições públicas e privadas são capazes de coordenar mais eficazmente para aumentar a mobilização de recursos financeiros e técnicos internos e externos e desenvolver parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial.

RESULTADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO	LINHA DE BASE (Ano)	META 2027
Efeito 3.1: Até 2027, mais pessoas, especialmente mulheres, jovens e grupos vulneráveis, exercerão livremente os seus direitos, participarão e beneficiarão de instituições inclusivas, resilientes, transparentes e responsáveis e de um sistema de governação democrática mais modernizado, transformador e eficaz que defenda o Estado de direito, a nível nacional e local.	3.1.3 Proporção de lugares ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais	- Assentos no Parlamento: 37,5% - Governo: 32% - Liderança da representação diplomática 18,8% - Liderança das federações desportivas 4,8% - Liderança das empresas de comunicação social: 26,5% (2021) - Na Administração Pública e nas Empresas Públicas: - Administração pública indireta: 41.5% (2021) - Administração pública direta: 34,8% mulheres (2021) - Ano judiciário: 38,7% dos magistrados (2019) - Empresas estatais: 28% (2020); - Em órgãos colegiais: 38% (2019) - Administração Pública Local: 41.3% (2020)	- Assentos no Parlamento: pelo menos 40% - Governo: pelo menos 40% - Liderança da representação diplomática: pelo menos 40% - Liderança das federações desportivas: pelo menos 30% - Liderança das empresas de comunicação social: pelo menos 40% - Na Administração Pública e nas Empresas Públicas: - Administração pública indireta: pelo menos 40% - Administração pública direta: pelo menos 50% em liderança, pelo menos 40% em posições inter-mediárias - Ano judiciário: pelo menos 40% dos magistrados - Empresas estatais: 50% - Em órgãos colegiais: 50% - Administração Pública Local: pelo menos 40%
	3.1.4 Total de fluxos de recursos para o desenvolvimento, por países beneficiários e doadores e tipo de fluxo (por exemplo, ajuda pública ao desenvolvimento, investimento directo estrangeiro e outros fluxos)	- Ajuda Pública ao Desenvolvimento: 18,346 milhões de CVE (2015) - Investimento Direto Estrangeiro no País: 9.036,6 milhões de CVE (2021) - Remessas de emigrantes (corrente e capital): 25,833.4 milhões de CVE (2021)	- Assistência Oficial ao Desenvolvimento: 22,000 milhões de CVE - Investimento Direto Estrangeiro no País: 14,500 milhões de CVE - Remessas de emigrantes (corrente e capital): 32,415 milhões de CVE
	3.1.5 Número de vítimas de homicídio intencional por 100.000 habitantes, por sexo	6.47 (3,25 F; 9.67 M) (2020)	3.23 (1.63 F; 4.84 M)
	3.1.6 Proporção de vítimas de violência nos 12 meses anteriores que denunciaram a sua vitimização às autoridades competentes ou a outros mecanismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos, por sexo e urbano/rural	52,3% (59.9% F ; 46.9% M; 57.9% Urbano; 34.0% Rural) (2016)	56,75% (50.9% M; 65.9% F; 67.9% Urbano; 40.0% Rural)
	3.1.7 Detentos não condenados como proporção da população prisional em geral, por sexo	13,0% F; 15,3% M (2018)	6% F; 7,5% M
	3.1.8 Existência de instituições nacionais independentes de direitos humanos, em conformidade com os Princípios de Paris	Inexistente (2022)	Instituição nacional de direitos humanos em conformidade com o princípio de Paris e reconhecida pela GHANRI com estatuto A

FONTE MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS 2023-2027 (em USD)		HIPÓTESES
	Disponível	A ser mobilizado	
Relatório anual do Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG)	\$ 5663729	\$ 21261000	• Mais pessoas, particularmente mulheres e jovens e os mais vulneráveis, devem ser capacitados para exercer os seus direitos e participar activamente nos processos democráticos a todos os níveis, quer individualmente quer através de organizações da sociedade civil mais fortes e eficazes, contribuindo assim para reforçar a coesão social e territorial. • As instituições estatais necessitam de uma maior capacidade de concepção e implementação de políticas coerentes, baseadas em provas e inovadoras a todos os níveis, em conformidade com as convenções e tratados internacionais, que abordam as barreiras estruturais, reduzem as disparidades territoriais e sociais e promovem a igualdade de género e os direitos humanos, e estão empenhadas numa maior transparência e responsabilização. • As instituições públicas e privadas são capazes de coordenar mais eficazmente para aumentar a mobilização de recursos financeiros e técnicos internos e externos e desenvolver parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial. • O sistema de justiça é reforçado, orientado para uma sociedade equitativa e cooperativa, mais eficaz para melhorar o acesso, prevenir a violência, o tráfico ilícito e os crimes, especialmente os contra mulheres e crianças, para melhorar o ambiente de segurança e reduzir a impunidade.
Relatório Anual do Banco de Cabo Verde			
UNODC Estatísticas de Homicídios/UN CTS UNODC Estudo global sobre homicídios https://dataunodc.un.org/content/homicide-country-data			
INE - IMC sobre a Paz e a Governança da Segurança			
Recenseamento Prisional/UNODC investigação/WPB-ICPR/Externo			
Ministério da Justiça/ Sub-Comissão GANHRI para Relatórios de Acreditação			

RESULTADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO	LINHA DE BASE (Ano)	META 2027
Efeito 3.1: Até 2027, mais pessoas, especialmente mulheres, jovens e grupos vulneráveis, exercerão livremente os seus direitos, participarão e beneficiarão de instituições inclusivas, resilientes, transparentes e responsáveis e de um sistema de governação democrática mais modernizado, transformador e eficaz que defenda o Estado de direito, a nível nacional e local.	3.1.9 Despesas primárias do governo como proporção do orçamento original aprovado, por sector (ou por códigos orçamentais ou afins)	85% (2021)	90%
	3.1.10 Indicador de capacidade estatística para monitorização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	74% (68 dos 92 indicadores) dos indicadores dos ODS produzidos pelo Sistema Nacional de Estatística (2020)	100% (92/92) dos indicadores produzidos pelos Sistemas Estatísticos Nacionais

FONTE MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS 2023-2027 (em USD)		HIPÓTESES
	Disponível	A ser mobilizado	
Ministério das Finanças, Relatório do Banco Mundial, Relatório de avaliação do desempenho das finanças públicas utilizando indicadores PEFA			- Mais pessoas, particularmente mulheres e jovens e os mais vulneráveis, devem ser capacitados para exercer os seus direitos e participar activamente nos processos democráticos a todos os níveis, quer individualmente quer através de organizações da sociedade civil mais fortes e eficazes, contribuindo assim para reforçar a coesão social e territorial. - As instituições estatais necessitam de uma maior capacidade de concepção e implementação de políticas coerentes, baseadas em provas e inovadoras a todos os níveis, em conformidade com as convenções e tratados internacionais, que abordam as barreiras estruturais, reduzem as disparidades territoriais e sociais e promovem a igualdade de género e os direitos humanos, e estão empenhadas numa maior transparência e responsabilização. - As instituições públicas e privadas são capazes de coordenar mais eficazmente para aumentar a mobilização de recursos financeiros e técnicos internos e externos e desenvolver parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial. - O sistema de justiça é reforçado, orientado para uma sociedade equitativa e cooperativa, mais eficaz para melhorar o acesso, prevenir a violência, o tráfico ilícito e os crimes, especialmente os contra mulheres e crianças, para melhorar o ambiente de segurança e reduzir a impunidade.
Relatório estatístico elaborado pelo INE	\$ 5663729	\$ 21261000	

LEGAL ANNEX (INCLUDING HACT)

This Legal Annex refers to the cooperation or assistance agreements or other agreements that are the already existing legal basis for the relationship between the Government of **CABO VERDE** and each UN organization supporting the country to deliver on the United Nations Sustainable Development Cooperation Framework (2023 to 2027).

Whereas the Government of CABO VERDE (hereinafter referred to as “the Government”) has entered into the following relationships:

- a) With the **United Nations Development Programme** (hereinafter referred to as UNDP) have entered into a basic agreement to govern UNDP’s assistance to the country (Standard Basic Assistance Agreement (SBAA)), which was signed by both parties on 31st of January 1976. Based on Article I, paragraph 2 of the SBAA, UNDP’s assistance to the Government shall be made available to the Government and shall be furnished and received in accordance with the relevant and applicable resolutions and decisions of the competent UNDP organs, and subject to the availability of the necessary funds to the UNDP. In particular, decision 2005/1 of 28 January 2005 of UNDP’s Executive Board approved the new Financial Regulations and Rules and along with them the new definitions of ‘execution’ and ‘implementation’ enabling UNDP to fully implement the new Common Country Programming Procedures resulting from the undg simplification and harmonization initiative. In light of this decision this UNCF together with a work plan (which shall form part of this UNCF and is incorporated herein by reference) concluded hereunder

constitute together a project document as referred to in the SBAA.

- b) With the **United Nations Children’s Fund (UNICEF)**, through the Standard Basic Assistance Agreement (SBAA) of 1976 and the Basic Cooperation Agreement (BCA) concluded between the Government and UNICEF on 1991.
- c) With the **United Nations Population Fund (UNFPA)**, the relevant UNDP standard basic assistance agreement (SBAA) shall mutatis mutandis apply to UNFPA in Cabo Verde.
- d) With the **United Nations Food and Agriculture Organization (FAO)** an agreement through exchange of letters for the establishment of the FAO Representation in Cabo Verde signed by FAO on 17 July 1986 and by the Government of Cabo Verde on 20 August 1986.
- e) With the **World Health Organization (WHO)**, a Basic Agreement between the World Health Organization and the Government of the Republic of Cap Vert for the provision of technical assistance signed by the Government of the Republic of Cap Vert (on April 22, 1977 in Praia, Cap Vert) and the Regional Office of the World Health Organization (on May 17, 1977 in Brazzaville)."
- f) With the **United Nations Industrial Development Organization (UNIDO)**, in conformity with General Conference decision GC.1/Dec.40, adopted on 12 December 1985, and Director General's bulletin UNIDO/DG/B.18/REV.1, dated 15 May 1992, the provisions of the Standard Basic Assistance Agreement between the United

Nations Development Programme and the Government, signed on 31 January 1976 and entered into force on 14 January 1978, shall be applied, mutatis mutandis, to all UNIDO projects and programme documents in the Republic of Cabo Verde.

- g) With the **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)**, assistance to the Government shall be made available and shall be provided and received in accordance with relevant and applicable resolutions and decisions emanating from the governing bodies of UNESCO.
- h) With the **International Organization for Migration (IOM)**, the “Headquarters Agreement between the Republic of Cabo Verde and the International Organization for Migration” concluded between the Government and IOM on November 28th, 2001.
- i) With the **Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR)**, accepted to be part of the UNDAF and UNCF implementation and support the country from 2008.
- j) With the **United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)**, (together with the list of possible other agencies), assistance to the Government shall be made available and shall be furnished and received in accordance with the relevant and applicable resolutions, decisions, rules and procedures of each UN System Organization”.
- k) With the **United Nations Environment Programme (UNEP)**, the relevant UNDP standard basic assistance

ANEXO JURÍDICO (INCLUINDO HACT)

Este Anexo Legal refere-se aos acordos de cooperação ou assistência ou outros acordos que constituem a base jurídica já existente na relação entre o Governo de CABO VERDE e cada organização das Nações Unidas que apoia o país a cumprir o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2023 a 2027).

Considerando que o Governo de CABO VERDE (a seguir designado por “o Governo”) estabeleceu as seguintes relações:

a) Com o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP)** celebraram um acordo de base para reger a assistência do UNDP ao país (Standard Basic Assistance Agreement (SBAA)), que foi assinado por ambas as partes em 31 de Janeiro de 1976. Com base no Artigo I, parágrafo 2 do SBAA, a assistência do UNDP ao Governo será disponibilizada ao Governo e será fornecida e recebida de acordo com as resoluções e decisões relevantes e aplicáveis dos órgãos competentes do UNDP, e sujeita à disponibilidade dos fundos necessários para o UNDP. Em particular, a decisão 2005/1 de 28 de Janeiro de 2005 do Conselho Executivo do UNDP aprovou o novo Regulamento e Regulamento Financeiro e, juntamente com estes, as novas definições de “execução” e “implementação” que permitem ao UNDP implementar plenamente os novos Procedimentos Comuns de Programação do País resultantes da iniciativa de simplificação e harmonização do UNDG. À luz desta decisão, este UNCF, juntamente com um plano de trabalho (que fará parte deste UNCF e é aqui incorporado por referência), concluiu o presente

documento, constituindo em conjunto um documento de projeto, tal como referido no SBAA.

- b) Com o **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)**, através do Acordo Standard de Assistência Básica (SBAA) de 1976 e do Acordo de Cooperação Básica (BCA) celebrado entre o Governo e a UNICEF em 1991.
- c) Com o **Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)**, o acordo standard de assistência básica (SBAA) relevante do UNDP aplicar-se-á mutatis mutandis ao UNFPA em Cabo Verde.
- d) Com a **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)** um acordo através de troca de cartas para o estabelecimento da Representação da FAO em Cabo Verde, assinado pela FAO a 17 de Julho de 1986 e pelo Governo de Cabo Verde a 20 de Agosto de 1986.
- e) Com a **Organização Mundial de Saúde (OMS)**, um Acordo de Base entre a Organização Mundial de Saúde e o Governo da República de Cabo Verde para a prestação de assistência técnica assinado pelo Governo da República de Cabo Verde (em 22 de Abril de 1977 na Praia, Cabo Verde) e o Gabinete Regional da Organização Mundial de Saúde (em 17 de Maio de 1977 em Brazzaville)”.
f) Com a **Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)**, em conformidade com a decisão da Conferência Geral GC.1/Dec.40, adotada em 12 de Dezembro de 1985, e o boletim do Direc-

tor-Geral UNIDO/DG/B.18/REV.1, datado de 15 de Maio de 1992, as disposições do Acordo-tipo de Assistência de Base entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Governo, assinado em 31 de Janeiro de 1976 e que entrou em vigor em 14 de Janeiro de 1978, serão aplicadas, mutatis mutandis, a todos os projectos e documentos de programa da UNIDO na República de Cabo Verde.

- g) Com a **Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)**, a assistência ao Governo será disponibilizada e será prestada e recebida de acordo com as resoluções e decisões pertinentes e aplicáveis emanadas dos órgãos diretivos da UNESCO.
- h) Com a **Organização Internacional para as Migrações (OIM)**, o “Acordo de Sede entre a República de Cabo Verde e a Organização Internacional para as Migrações” celebrado entre o Governo e a OIM em 28 de Novembro de 2001.
- i) Com o **Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos (OHCHR)**, aceitou fazer parte da implementação do UNDAF e do UNCF e apoiar o país a partir de 2008.
- j) Com a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)**, (juntamente com a lista de possíveis outras agências), a assistência ao Governo será disponibilizada e será fornecida e recebida em conformidade com as resoluções, decisões, regras e procedimentos pertinentes e aplicáveis de cada Organização do Sistema das Nações Unidas”.

agreement (SBAA) shall mutatis mutandis apply to UNEP in Cabo Verde.

- l) With the **United Nations Organization against Drugs and Crime (UNODC)**, the relevant UNDP standard basic assistance agreement (SBAA) shall mutatis mutandis apply to UNODC in Cabo Verde.
- m) With the **International Labor Organization (ILO)**, the relevant UNDP standard basic assistance agreement (SBAA) shall mutatis mutandis apply to ILO in Cabo Verde.
- n) With the **United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT)** the relevant UNDP standard basic assistance agreement (SBAA) shall mutatis mutandis apply to UN-Habitat in Cabo Verde.
- o) With the **United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women)**, the basic agreement entered into between the Government and the United Nations Development Programme on January 31, 1976 (the "Basic Agreement") shall apply mutatis mutandis to the activities and personnel of UN Women. Assistance to the Government shall be made available and shall be provided and received in accordance with relevant and applicable resolutions and decisions emanating from the governing structures of UN Women.
- p) With the **United Nations Economic Commission for Africa (UNECA)**, the agreement between the Government of Cabo Verde and UNECA in 1975.
- q) With the **International Telecommunication Unit (ITU)**,

the relevant UNDP standard basic assistance agreement (SBAA) shall mutatis mutandis apply to ITU in Cabo Verde.

- r) With the **World Food Programme (WFP)**, a Basic Agreement concluded between the Government and WFP on 5th of August 1976
- s) With **World Intellectual Property Organization (WIPO)**, the agreement between the Government of Cabo Verde and WIPO in 1997, when Cabo Verde adhered to the treaties administered by the organization, namely in the areas of Industrial Property and Copyright.
- t) "The **World Bank** Group's Country Partnership Framework for Cabo Verde sets out the partnership objectives agreed between the World Bank Group and the national authorities. Within this country partnership, the World Bank Group broadly contributes to priority areas also reflected in the UN's Sustainable Development Cooperation Framework for Cabo Verde, consistent with its development mandate and country engagement approach, and coordinates closely with the UN, Cabo Verde and other development partners."

For all agencies: Assistance to the Government shall be made available and shall be furnished and received in accordance with the relevant and applicable resolutions and decisions of the competent UN system agency's governing structures.

The COOPERATION FRAMEWORK will, in respect of each of the United Nations system agencies signing, be read, interpreted, and implemented in accordance with and in a manner,

that is consistent with the basic agreement between such United Nations system agency and the Government of Cabo Verde.

The Government will honour its commitments in accordance with the provisions of the cooperation and assistance agreements outlined in paragraph on the Basis of the Relationship.

Without prejudice to these agreements, the Government shall apply the respective provisions of the Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations (the "General Convention") or the Convention on the Privileges and Immunities of the Specialized Agencies (the "Specialized Agencies Convention") to the Agencies' property, funds, and assets and to their officials and experts on mission. The Government shall also accord to the Agencies and their officials and to other persons performing services on behalf of the Agencies, the privileges, immunities and facilities as set out in the cooperation and assistance agreements between the Agencies and the Government. In addition, it is understood that all United Nations Volunteers shall be assimilated to officials of the Agencies, entitled to the privileges and immunities accorded to such officials under the General Convention or the Specialized Agencies Convention. The Government will be responsible for dealing with any claims, which may be brought by third parties against any of the Agencies and their officials, experts on mission or other persons performing services on their behalf and shall hold them harmless in respect of any claims and liabilities resulting from operations under the cooperation and assistance agreements, except where it is mutually agreed by Government and a particular Agency that such claims and liabilities arise from gross negligence or misconduct of that Agency, or its officials, advisors or persons performing services.

- k) Com o **Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP)**, o acordo padrão de assistência de base (SBAA) do UNDP pertinente aplicar-se-á mutatis mutandis ao UNEP em Cabo Verde.
- l) Com a **Organização das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC)**, o acordo padrão de assistência básica (SBAA) relevante do UNDP aplica-se mutatis mutandis ao UNODC em Cabo Verde.
- m) Com a **Organização Internacional do Trabalho (ILO)**, o acordo padrão de assistência básica (SBAA) relevante do UNDP aplica-se mutatis mutandis à ILO em Cabo Verde.
- n) Com o **Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT)**, o acordo padrão de assistência básica (SBAA) relevante do UNDP aplica-se mutatis mutandis ao UN-Habitat em Cabo Verde.
- o) Com a **Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (UN WOMEN)**, o acordo de base celebrado entre o Governo e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 31 de Janeiro de 1976 (o “Acordo de Base”) aplica-se mutatis mutandis às atividades e ao pessoal da UN WOMEN. A assistência ao Governo será disponibilizada e será prestada e recebida em conformidade com as resoluções e decisões pertinentes e aplicáveis emanadas das estruturas de governação da UN WOMEN.
- p) Com a **Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA)**, o acordo entre o Governo de Cabo Verde e a UNECA em 1975.
- q) Com a **União Internacional de Telecomunicações (ITUU)**, o acordo padrão de assistência básica (SBAA) do UNDP relevante aplica-se mutatis mutandis à ITU em Cabo Verde.
- r) Com o **Programa Alimentar Mundial (PAM)**, um Acordo de Base celebrado entre o Governo e o PAM em 5 de Agosto de 1976
- s) Com a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO)**, o acordo entre o Governo de Cabo Verde e a WIPO em 1997, quando Cabo Verde aderiu aos tratados administrados pela organização, nomeadamente nas áreas de Propriedade Industrial e Direitos de Autor.
- t) O Quadro de Parceria do Grupo **Banco Mundial** para Cabo Verde estabelece os objetivos de parceria acordados entre o Grupo Banco Mundial e as autoridades nacionais. No âmbito desta parceria nacional, o Grupo Banco Mundial contribui largamente para áreas prioritárias também refletidas no Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para Cabo Verde, consistente com o seu mandato de desenvolvimento e abordagem de envolvimento do país, e coordena estreitamente com as Nações Unidas, Cabo Verde e outros parceiros de desenvolvimento”.

Para todas as agências: A assistência ao Governo será disponibilizada e será prestada e recebida em conformidade com as resoluções e decisões pertinentes e aplicáveis das estru-

turas de governação das agências do sistema das Nações Unidas competentes.

O QUADRO DE COOPERAÇÃO será, relativamente a cada uma das agências do sistema das Nações Unidas que assinam, lido, interpretado e implementado em conformidade e de uma forma coerente com o acordo de base entre essa agência do sistema das Nações Unidas e o Governo de Cabo Verde.

O Governo honrará os seus compromissos em conformidade com as disposições dos acordos de cooperação e assistência delineados no parágrafo sobre a Base da Relação.

Sem prejuízo destes acordos, o Governo aplicará as respetivas disposições da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas (a “Convenção Geral”) ou da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas (a “Convenção das Agências Especializadas”) aos bens, fundos e bens das Agências, bem como aos seus funcionários e peritos em missão. O Governo concederá igualmente às Agências e aos seus funcionários, bem como a outras pessoas que prestem serviços em nome das Agências, os privilégios, imunidades e facilidades previstos nos acordos de cooperação e assistência entre as Agências e o Governo. Além disso, entende-se que todos os Voluntários das Nações Unidas serão assimilados aos funcionários das Agências, com direito aos privilégios e imunidades concedidos a esses funcionários ao abrigo da Convenção Geral ou da Convenção das Agências Especializadas. O Governo será responsável pelo tratamento de quaisquer reclamações, que possam ser apresentadas por terceiros contra qualquer das Agências e os seus funcionários, peritos em missão ou outras pessoas que prestem serviços em seu nome, e considerá-los-á inofensivos em relação a quaisquer reclamações e responsabilidades resultantes de operações ao abrigo dos acordos de coop-

Without prejudice to the generality of the foregoing, the Government shall insure or indemnify the Agencies from civil liability under the law of the country in respect of vehicles provided by the Agencies but under the control of or use by the Government.

- a) Nothing in this Agreement shall imply a waiver by the UN or any of its Agencies or Organizations of any privileges or immunities enjoyed by them or their acceptance of the jurisdiction of the courts of any country over disputes arising of this Agreement”.
- b) Nothing in or relating to this document will be deemed a waiver, expressed or implied, of the privileges and immunities of the United Nations and its subsidiary organs, including WFP, whether under the Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations of 13th February 1946, the Convention on the Privileges and Immunities of the Specialized Agencies of 21st November 1947, as applicable, and no provisions of this document or any Institutional Contract or any Undertaking will be interpreted or applied in a manner, or to an extent, inconsistent with such privileges and immunities

HARMONIZED APPROACH TO CASH TRANSFERS (HACT)

The HACT-specific mechanisms apply only to those UN system entities following HACT procedures.

All cash transfers to an Implementing Partner are based on the Work Plans (WPs) agreed between the Implementing Partner and the UN system Entities.

Cash transfers for activities detailed in work plans (WPs) can be made by the UN system entities using the following modalities:

1. Cash transferred directly to the Implementing Partner:
 - Prior to the start of activities (direct cash transfer), or
 - After activities have been completed (reimbursement);
2. Direct payment to vendors or third parties for obligations incurred by the Implementing Partners on the basis of requests signed by the designated official of the Implementing Partner;

Direct payments to vendors or third parties for obligations incurred by UN system entities in support of activities agreed with Implementing Partners.

Direct cash transfers shall be requested and released for programme implementation periods not exceeding three months. Reimbursements of previously authorized expenditures shall be requested and released quarterly or after the

completion of activities. The UN System Entities shall not be obligated to reimburse expenditure made by the Implementing Partner over and above the authorized amounts. Following the completion of any activity, any balance of funds shall be refunded or programmed by mutual agreement between the Implementing Partner and the UN System Entities.

Cash transfer modalities, the size of disbursements, and the scope and frequency of assurance activities may depend on the findings of a review of the public financial management capacity in the case of a Government Implementing Partner, and of an assessment of the financial management capacity of the non-UN Implementing Partner. A qualified consultant, such as a public accounting firm, selected by the UN System Entities may conduct such an assessment, in which the Implementing Partner shall participate. The Implementing Partner may participate in the selection of the consultant. Cash transfer modalities, the size of disbursements, and the scope and frequency of assurance activities may be revised in the course of programme implementation based on the findings of programme monitoring, expenditure monitoring and reporting, and audits.

A standard Fund Authorization and Certificate of Expenditures (FACE) report, reflecting the activity lines of the work plan (WP), will be used by Implementing Partners to request the release of funds, or to secure the agreement that [UN Entity] will reimburse or directly pay for planned expenditure. The Implementing Partners will use the FACE to report on the utilization of cash received. The Implementing Partner shall identify the designated official(s) authorized to provide the account details, request and certify the use of cash. The FACE will be certified by the designated official(s) of the Implementing Partner. Cash transferred to Implementing

eração e assistência, exceto se for mutuamente acordado pelo Governo e por uma determinada Agência que tais reclamações e responsabilidades decorrem de negligência grosseira ou má conduta dessa Agência, ou dos seus funcionários, consultores ou pessoas que prestem serviços.

Sem prejuízo da generalidade do precedente, o Governo segurará ou indemnizará as Agências de responsabilidade civil nos termos da lei do país relativamente a veículos fornecidos pelas Agências mas sob o controlo ou utilização pelo Governo.

- a) “Nada no presente Acordo implicará uma renúncia por parte das Nações Unidas ou de qualquer das suas Agências ou Organizações a quaisquer privilégios ou imunidades de que beneficiem ou a sua aceitação da jurisdição dos tribunais de qualquer país sobre litígios decorrentes do presente Acordo”.
- b) Nada no presente documento ou relacionado com o mesmo será considerado uma renúncia, expressa ou implícita, aos privilégios e imunidades das Nações Unidas e dos seus órgãos subsidiários, incluindo o PAM, quer ao abrigo da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 13 de Fevereiro de 1946, a Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas de 21 de Novembro de 1947, conforme o caso, e nenhuma disposição deste documento ou qualquer Contrato Institucional ou Compromisso será interpretada ou aplicada de forma, ou até certo ponto, inconsistente com tais privilégios e imunidades.

ABORDAGEM HARMONIZADA PARA TRANSFERÊNCIAS DE DINHEIRO (HACT EM SUA SIGLA EM INGLÊS)

Os mecanismos específicos da HACT aplicam-se apenas às entidades do sistema das Nações Unidas que seguem os procedimentos da HACT.

Todas as transferências de dinheiro para um Parceiro Implementador são baseadas nos Planos de Trabalho (PTs) acordados entre o Parceiro de Implementação e as Entidades do Sistema das Nações Unidas.

As transferências de dinheiro para as atividades detalhadas nos planos de trabalho (PT) podem ser feitas pelas Entidades do Sistema das Nações Unidas usando as seguintes modalidades:

1. Dinheiro transferido diretamente para o Parceiro de Implementação:
 - Antes do início das atividades (transferência direta de dinheiro), ou
 - Após o término das atividades (reembolso);
2. Pagamento direto a fornecedores ou terceiros por obrigações incorridas pelos Parceiros Implementadores com base em solicitações assinadas pelo oficial designado do Parceiro de Implementação;
3. Pagamentos diretos a fornecedores ou terceiros por títulos incorridos por Entidades do Sistema das Nações Unidas em apoio às atividades acordadas com os Parceiros de Implementação.

As transferências diretas de dinheiro devem ser solicitadas e liberadas para períodos de implementação do programa não superiores a três meses. Os reembolsos de despesas previamente autorizadas deverão ser solicitados e liberados

trimestralmente ou após o término das atividades. As Entidades do Sistema das Nações Unidas não serão obrigadas a reembolsar despesas feitas pelo Parceiro Implementador além dos Valores autorizados. Após a conclusão de qualquer atividade, qualquer saldo de fundos deve ser reembolsado ou programado por acordo mútuo entre o Parceiro de Implementação e as Entidades do Sistema das Nações Unidas.

As modalidades de transferência de dinheiro, o tamanho dos desembolsos e o escopo e frequência das atividades de seguro podem depender das conclusões de uma revisão da capacidade de gestão financeira pública, no caso de um Parceiro de Implementação do Governo, e de uma avaliação da capacidade de gestão financeira de Parceiro de Implementação não pertencente à ONU. Um consultor qualificado, como uma empresa de contabilidade pública, selecionado pelas Entidades do Sistema das Nações Unidas pode realizar tal avaliação, na qual o Parceiro de Implementação deve participar. O Parceiro de Implementação pode participar da seleção do consultor. As modalidades de transferência de renda, o tamanho dos desembolsos e o escopo e frequência das atividades de seguro podem ser revisados no decorrer da implementação do programa com base nas conclusões do monitoramento do programa, monitoramento e relatórios de despesas e auditorias.

Um relatório padrão de Autorização de Fundo e Certificado de Despesas (FACE em sua sigla em inglês), refletindo as linhas de atividade do plano de trabalho (PT), será usado pelos Parceiros de Implementação para solicitar a liberação de fundos ou para

Partners should be spent for the purpose of activities and within the timeframe as agreed in the work plans (WPs) only.

Cash received by the Government and national NGO Implementing Partners shall be used in accordance with established national regulations, policies and procedures consistent with international standards, in particular ensuring that cash is expended for activities as agreed in the work plans (WPs), and ensuring that reports on the utilization of all received cash are submitted to UN System in Cabo Verde within six months after receipt of the funds. Where any of the national regulations, policies and procedures are not consistent with international standards, the UN System Entity financial and other related rules and system agency regulations, policies and procedures will apply.

In the case of international NGO/CSO and IGO Implementing Partners cash received shall be used in accordance with international standards in particular ensuring that cash is expended for activities as agreed in the work plans (WPs) and ensuring that reports on the full utilization of all received cash are submitted to UN System in Cabo Verde within six months after receipt of the funds. To facilitate scheduled and special audits, each Implementing Partner receiving cash from UN in Cabo Verde will provide UN System Entity or its representative with timely access to:

- All financial records which establish the transactional record of the cash transfers provided by UN System in Cabo Verde, together with relevant documentation;
- All relevant documentation and personnel associated with the functioning of the Implementing Partner's internal control structure through which the cash transfers

have passed. The findings of each audit will be reported to the Implementing Partner and UN System in Cabo Verde. Each Implementing Partner will furthermore:

- Receive and review the audit report issued by the auditors.
- Provide a timely statement of the acceptance or rejection of any audit recommendation to the UN System in Cabo Verde provided cash (and where the Supreme Audit Institution (SAI) has been identified to conduct the audits) so that the auditors include these statements in their final audit report before submitting it to UN System in Cabo Verde.
- Undertake timely actions to address the accepted audit recommendations. Report on the actions taken to implement accepted recommendations to the UN system Entities (and where the SAI has been identified to conduct the audits), on a quarterly basis (or as locally agreed).

In case of direct cash transfer or reimbursement, the UN System Entities shall notify the Implementing Partner of the amount approved by the UN System Entities and shall disburse funds to the Implementing Partner in 10 working days.

In case of direct payment to vendors or third parties for obligations incurred by the Implementing Partners based on requests signed by the designated official of the Implementing Partner; or to vendors or third parties for obligations incurred by the UN System Entities in support of activities agreed with Implementing Partners, the UN System Entities

shall proceed with the payment in 10 working days.

The UN System Entities shall not have any direct liability under the contractual arrangements concluded between the Implementing Partner and a third-party vendor.

Where the UN System Entities and other UN System agency provide cash to the same Implementing Partner, programme monitoring, financial monitoring and auditing will be undertaken jointly or coordinated with those UN System Entities.

The audits will be commissioned by the UN System Entities and undertaken by private audit services.

garantir o acordo que [a Entidade da ONU] irá reembolsar ou pagar diretamente pelas despesas planejadas. Os Parceiros de Implementação usarão o FACE para relatar sobre a utilização do dinheiro recebido. O Parceiro de Implementação deve identificar o(s) funcionário(s) designado(s) autorizado(s) a fornecer os detalhes da conta, solicitar e certificar o uso de dinheiro. O FACE será certificado pelo(s) funcionário(s) designado(s) do Parceiro de Implementação. O dinheiro transferido para os Parceiros de Implementação deve ser gasto apenas para a finalidade das atividades e dentro do prazo acordado nos planos de trabalho (PTs).

O dinheiro recebido pelo Governo e pelos Parceiros de Implementação de ONGs nacionais deve ser usado de acordo com os regulamentos, políticas e procedimentos nacionais estabelecidos consistentes com os padrões internacionais, em particular garantindo que o dinheiro seja gasto para atividades conforme acordado nos planos de trabalho (TPs), e garantindo que relatórios sobre a utilização de todo o dinheiro recebido sejam submetidos ao Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde no prazo de seis meses após o recebimento dos fundos. Quando qualquer uma das regulamentações, políticas e procedimentos nacionais não forem consistentes com os padrões internacionais, as regras financeiras e outras regras relacionadas e regulamentações da agência do sistema da Entidade do Sistema das Nações Unidas serão aplicadas.

No caso de ONGs/OSCs internacionais e Parceiros de Implementação de Organizações Intergovernamentais, o dinheiro recebido deve ser usado de acordo com os padrões internacionais, em particular garantindo que o dinheiro seja gasto para atividades conforme acordado nos planos de trabalho (TPs) e garantindo que os relatórios sobre a plena utilização de todo o dinheiro recebido é submetido ao Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde no prazo de seis meses após o recebimento dos

fundos. Para facilitar as auditorias programadas e especiais, cada Parceiro de Implementação que receba dinheiro da ONU em Cabo Verde fornecerá à Entidade do Sistema das Nações Unidas ou seu representante acesso oportuno a:

- Todos os registos financeiros que estabelecem registo transacional das transferências de dinheiro fornecidos pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, juntamente com a documentação relevante;
- Toda a documentação relevante e pessoal associado ao funcionamento da estrutura de controle interno do Parceiro Implementador por meio da qual as transferências de dinheiro passaram. Os resultados de cada auditoria serão relatados ao Parceiro Implementador e ao Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde. Cada parceiro de implementação irá, além disso:
 - Receber e revisar o relatório de auditoria emitido pelos auditores.
 - Fornecer uma declaração atempada da aceitação ou rejeição de qualquer recomendação de auditoria ao Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde que forneceu dinheiro (e onde a Instituição Suprema de Auditoria (SAI) foi identificada para realizar as auditorias) para que os auditores incluíssem essas declarações no seu relatório final de auditoria antes de enviar para o Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde.
 - Realizar ações oportunas para atender às recomendações de auditoria aceitas. Relatório sobre as ações tomadas para implementar as recomendações aceitas para as Entidades do Sis-

tema das Nações Unidas (e onde a Instituição Suprema de Auditoria foi identificada para conduzir as auditorias), trimestralmente (ou conforme acordado localmente).

Em caso de transferência direta de dinheiro ou reembolso, as Entidades do Sistema das Nações Unidas devem notificar o Parceiro de Implementação do valor aprovado pelas Entidades do Sistema das Nações Unidas e devem desembolsar os fundos para o Parceiro de Implementação em 10 dias úteis.

Em caso de pagamento direto a fornecedores ou terceiros por obrigações incorridas pelos Parceiros Implementadores com base em solicitações assinadas pelo oficial designado do Parceiro de Implementação; ou a fornecedores ou terceiros por obrigações contraídas pelas Entidades do Sistema das Nações Unidas em apoio às atividades acordadas com os Parceiros de Implementação, as Entidades do Sistema das Nações Unidas procederão ao pagamento em 10 dias úteis.

As Entidades do Sistema das Nações Unidas não terão qualquer responsabilidade direta nos termos dos acordos contratuais celebrados entre o Parceiro Implementador e um fornecedor terceirizado.

Quando as Entidades do Sistema das Nações Unidas e outras agências do Sistema das Nações Unidas fornecem dinheiro ao mesmo Parceiro de Implementação, o monitoramento do programa, o monitoramento financeiro e a auditoria serão realizados em conjunto ou coordenados com essas Entidades do Sistema das Nações Unidas.

As auditorias serão encomendadas pelas Entidades do Sistema das Nações Unidas e realizadas por serviços de auditoria privados.